UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS

GABRIEL DE OLIVEIRA MORAIS

Jovens, álcool e festas universitárias:
a formação das masculinidades entre os novos homens

SÃO PAULO
2020

GABRIEL DE OLIVEIRA MORAIS

Jovens, álcool e festas universitárias:

a formação das masculinidades entre os novos homens

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Humanidades, Direitos e Outras Legitimidades da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, para a obtenção do título de Mestre.

Orientador: Prof. Dr. Francione Oliveira Carvalho

SÃO PAULO

2020

Autorizo a reprodução e divulgação total ou parcial deste trabalho, por qualquer meio convencional ou eletrônico, para fins de estudo e pesquisa, desde que citada a fonte.

Catálogo na Publicação
Serviço de Biblioteca e Documentação
Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo

M827j Moraes, Gabriel de Oliveira
 Jovens, álcool e festas universitárias: a
 formação das masculinidades entre os novos homens /
 Gabriel de Oliveira Moraes ; orientador Francione
 Oliveira Carvalho. - São Paulo, 2020.
 118 f.

 Dissertação (Mestrado)- Programa de Pós-Graduação
 Humanidades, Direitos e Outras Legitimidades da
 Universidade de São Paulo. Área de concentração:
 Humanidades, Direitos e Outras Legitimidades.

 1. Gênero . 2. Sexualidade. 3. Bebidas Alcoólicas.
 4. Juventudes. 5. Masculinidades . I. Carvalho,
 Francione Oliveira, orient. II. Título.

MORAIS, Gabriel de Oliveira. **Jovens, álcool e festas universitárias**: a formação das masculinidades entre os novos homens. 2020. Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-Graduação Humanidades, Direitos e Outras Legitimidades da Universidade de São Paulo. Área de concentração: Humanidades, Direitos e Outras Legitimidades. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, São Paulo, 2020.

Aprovado em:

Banca Examinadora

Profa. Dra. _____

Instituição: _____

Julgamento: _____

Prof. Dr. _____

Instituição: _____

Julgamento: _____

*Dedicado a todos os jovens que estiveram
comigo durante o trabalho, em especial J,
que me mostrou que o futuro vai ser mais
consciente, leve, colorido
e com certeza muito mais divertido.*

AGRADECIMENTOS

À minha família, em especial “a mãe”, que me acolheu em sua casa e em sua redoma de afeto para a escrita final desse trabalho.

Ao bloco “Acadêmicos dos Acadêmicos”, em especial aos cabeças de chave Bárbara, Fumie e HS, que me incentivaram, acompanharam e tornaram a minha trajetória acadêmica mais suave e tornam a minha trajetória na vida mais feliz. À Nazima que revisou com tanto carinho esse trabalho.

Às professoras Heloisa Buarque de Almeida e Silvana Nascimento que acompanharam esse trabalho na qualificação e o engrandeceram, minha admiração pelo trabalho enquanto pesquisadoras e pela ação enquanto mulheres na universidade. Ao professor Marko Monteiro pela presença na banca e em especial ao professor Francione Oliveira Carvalho pela dedicação, atenção e carinho a esse projeto e ao processo de orientação.

A todos os pesquisadores que tive contato, no Diversitas e na FFLCH, principalmente os que se dedicam aos estudos de gênero e sexualidade. Em tempos tão difíceis, de (des)governo e pandemia, é o que nos dá fôlego e nos inspira a continuar.

RESUMO

MORAIS, Gabriel de Oliveira. **Jovens, álcool e festas universitárias**: a formação das masculinidades entre os novos homens. 2020. Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-Graduação Humanidades, Direitos e Outras Legitimidades da Universidade de São Paulo. Área de concentração: Humanidades, Direitos e Outras Legitimidades. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, São Paulo, 2020.

O estudo problematiza a relação entre bebidas alcoólicas e jovens universitários em suas vivências das masculinidades, expressas por meio da ação e construção de performatividades. Para tal, o trabalho apresenta dados coletados em uma abordagem etnográfica feita com alunos da Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo, *campus* Butantã. Durante o segundo semestre de 2019, interlocutores guiaram o pesquisador por encontros em momentos de sociabilização não oficiais, com destaque para as festas universitárias. São nelas que se observam a presença do álcool e as dinâmicas e interações entre os homens. Para a análise dos dados, o trabalho se vale de quatro eixos: a perspectiva sobre gênero – concepções de masculinidades e marcadores da diferença, utilizando aqui os pensadores de gênero, como Judith Butler, e das masculinidades, como Raweyn Connell, Miguel Vale de Almeida, Benedito Medrado, Marko Monteiro e Berenice Bento; a relação com o álcool – como a substância compõe jogos e performatividades, bem como é agente das masculinidades universitárias, utilizando outras pesquisas etnográficas como as de Adriano de León e Aurora Mendoza; a disputa entre homens e mulheres, abordando ambientes de sociabilização e suas consequências, como a violência e o abuso na universidade, com uso dos estudos de Heloísa Buarque de Almeida. Por meio desses eixos é que se definem as maneiras de “ser homem”, nas palavras dos pesquisados, no ambiente, assim como são questionadas essas máximas entre homens e mulheres. Como principais aprendizados, podemos destacar que os elementos-chave da pesquisa – álcool, homens e universidade – apresentam um caráter duplo: ora quebram as regras estabelecidas – o álcool por meio da subversão, a universidade por meio do ambiente de experimentação e os homens por meio do questionamento –, ora mantêm a ordem predeterminada – o álcool por meio da violência, a universidade por meio do silenciamento e os homens pelas redes de proteção e hierarquia intra e entre gêneros.

Palavras-chave: Gênero. Juventudes. Masculinidades. Bebidas alcoólicas. Festas universitárias.

ABSTRACT

MORAIS, Gabriel Oliveira de. **Men, alcohol and parties in University:** young masculinities. 2020. Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-Graduação Humanidades, Direitos e Outras Legitimidades da Universidade de São Paulo. Área de concentração: Humanidades, Direitos e Outras Legitimidades. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, São Paulo, 2020.

The study presents the relation between alcohol and masculinities in a specific situation: parties in University. The work shows a data analysis with situations lived in Universidade de São Paulo, at Escola de Comunicações e Artes, campus Butantã, São Paulo, Brazil. During the second semester, students, men and woman, guided the researcher in “social moments”, mostly the parties.

The analysis have four guidelines: a gender perspective, using the gender studies of Judith Butler; a masculinities perspective, using authors like Raweyn Connell, Miguel Vale de Almeida, and the Brazilians researchers Benedito Medrado, Marko Monteiro e Berenice Bento; an alcohol perspective, using the ethnographies of Adriano de León e Aurora Mendoza; a violence perspective, with studies about violence in university of Heloisa Buarque de Almeida. With this guides and researches, the study shows “students concepts”, like “to be a man”, and also the confrontations between men and women in that context. The mainly learnings about all this process is: the key elements – alcohol, men and university – presents a double-dealing: they break the rules but also keep the order. The alcohol with the two sides: liberation and violence; the university with double spaces: a safe spaces to men, but also with dangerous spaces for women and the silencing of this violence too; and the men who make questions for this “toxic masculinity”, but also keep the “brotherhood protection” and the hierarchy between men and women.

Keywords: Gender. Youth. Masculinities. Alcohol. University.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

BIFE	Sigla referente a um campeonato esportivo com as iniciais formadas pelos nomes dos institutos BIO, IME, FAU, FFLCH e ECA
CA ou CALC	Centro Acadêmico ou Centro Acadêmico Lupe Cotrim (entidade representativa dos estudantes da ECA-USP)
CAC/EAD	Departamento de Artes Cênicas e sede da Escola de Artes Dramáticas
CAO	Comissão Anti-opressão (lê-se “caô”)
CAP	Departamento de Artes Plásticas
CCA	Departamento de Comunicações e Artes (localizado no prédio central da ECA-USP)
CJE	Departamento de Jornalismo e Editoração
CMU	Departamento de Música
CRP	Departamento de Relações Públicas, Publicidade e Propaganda e Turismo
CTR	Departamento de Audiovisual - Televisão e Rádio
ECA	Escola de Comunicação e Artes
Ecatlética	Associação Atlética Acadêmica Lupe Cotrim ECA-USP (entidade responsável pelas iniciativas esportivas da unidade)
LGBT	Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transexuais e Travestis
POLI	Escola Politécnica
QiB	Quinta i Breja (festa semanal organizada pelos alunos que acontece toda quinta-feira no <i>campus</i> da ECA-USP)
USP	Universidade de São Paulo

GLOSSÁRIO

Arroba	Pessoa (aquele ou aquela arroba), referência ao usuário da rede social Instagram
Balada	Festa, geralmente em uma casa noturna
Bb	Abreviação de bebê, apelido carinhoso
Breja	Cerveja
Cara	Pessoa
Chope	Bebida fermentada, similar à cerveja
Cornetar	Dar opinião de maneira enfática
Corote	Marca de bebida mista feita à base de vodca com alto grau alcoólico
Crush	Desejo amoroso/sexual por alguém, que pode ser concretizado ou não
Ecano/ecana	Aluno(a) da Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo
Google Docs	Aplicativos para edição e armazenamento de documentos on-line, geralmente usado para formulários
Instagram	Rede social com foco em fotografias
Itaipava	Marca de cerveja popular entre jovens universitários
Jurupinga	Marca de bebida mista feita com base em vinhos
Lança	Lança-perfume, solvente químico usado como droga recreativa inalante
Match	Encontro e afinidade amorosa. Termo que tem origem no aplicativo Tinder, quando dois perfis demonstram interesse mútuo
Meme	Informação que se espalha pela internet, geralmente de caráter humorístico em formato de foto ou vídeo
Minas	Mulheres jovens
Pegar	Ato de beijar e/ou ter interações sexuais e afetivas de maneira informal
Pegação	Afetos informais, geralmente nas festas entre casais e trios
Poc	Homossexual afeminado, gíria não pejorativa
Remember	Ato de “pegar” alguém novamente
Shot	Pequena dose de bebida, geralmente servida em um copo pequeno
Skol Beats	Bebida mista de alto grau alcoólico
Stories	Formato de conteúdo de rápida duração do Instagram. Geralmente uma foto ou vídeo disponível apenas por 24 horas
Uber	Aplicativo de transporte privado
Tinder	Aplicativo de relacionamento

Trote	Ritual de passagem dos novos ingressantes na universidade
Xis	Pessoa ou situação aleatória
Youtuber	Pessoa que usa a plataforma de vídeos Youtube profissionalmente, geralmente sendo reconhecido sobre determinado tema
Whatsapp	Aplicativo de troca de mensagens, algumas vezes também chamado de zap

SUMÁRIO

1. CONTEXTO, CENÁRIO E INTERLOCUTORES DA PESQUISA	14
1.1. Introdução	14
1.2. Objetivo	15
1.3. Problemática central	15
1.4. Hipótese central	15
1.5. Hipóteses secundárias	16
1.6. Metodologia.....	16
<i>1.6.1. Abordagem etnográfica: por quê?</i>	<i>16</i>
<i>1.6.2. Interlocutores e interação</i>	<i>19</i>
<i>1.6.3. Ações no contexto: homossociedade ou vivências interacionais masculinas</i>	<i>22</i>
1.7. Marcadores das diferenças	24
<i>1.7.1. Diferença e diversidade</i>	<i>28</i>
<i>1.7.2. Interseccionalidades</i>	<i>29</i>
<i>1.7.3. Perspectiva teórica sobre gênero: performatividades</i>	<i>30</i>
<i>1.7.4. Perspectiva teórica sobre masculinidades: projeto de gênero e arena reprodutiva</i>	<i>32</i>
<i>1.7.5. Perspectiva teórica sobre masculinidades: padrões de ordenação.....</i>	<i>33</i>
1.8. Espaço e território	35
<i>1.8.1. O campus: prainha & Quinta i Breja</i>	<i>37</i>
<i>1.8.2. As festas: visitas fora do campus</i>	<i>38</i>
<i>1.8.3. A casa: a preparação das festas e a intimidade</i>	<i>38</i>
<i>1.8.4. Os encontros em grupo: rodas de conversa.....</i>	<i>38</i>
1.9. Festas universitárias e suas tensões	39
<i>1.9.1. Vozes oficiais.....</i>	<i>40</i>
<i>1.9.2. Vozes dos alunos.....</i>	<i>42</i>
2. MASCULINIDADES: PERSPECTIVAS DE “SER HOMEM” NO CONTEXTO UNIVERSITÁRIO	44
2.1. Perspectiva de gênero.....	44
<i>2.1.1. Gênero e repertório: referenciais que os jovens trazem na mochila.....</i>	<i>44</i>
<i>2.1.2. Sexualidade e repertório: referenciais que os jovens trazem na mochila</i>	<i>46</i>
<i>2.1.3. Repertório: outros marcadores.....</i>	<i>49</i>
<i>2.1.4. Gênero na ECA, uma breve introdução</i>	<i>50</i>
2.2. Masculinidades e marcadores	52
<i>2.2.1. Marcadores & masculinidades no contexto: vivências entre os homens</i>	<i>52</i>
<i>2.2.2. Marcadores & masculinidades: vivências entre homens e mulheres</i>	<i>57</i>
<i>2.2.3. Marcadores & masculinidades no contexto: a visão das mulheres.....</i>	<i>63</i>

2.3. Gestão dos afetos (digitais e reais)	65
2.3.1. <i>Afetos reais: rótulos</i>	65
2.3.2. <i>Afetividades digitais: Spotted ECA-USP</i>	68
2.4. Álcool e masculinidades	72
2.4.1. <i>Álcool e repertório: um elemento comum</i>	72
2.4.2. <i>Álcool no contexto: cerveja & bebidas especiais</i>	74
2.4.3. <i>Outras drogas.....</i>	77
2.4.4. <i>Álcool e diferenças nos ambientes: QiB. Cerveja & rotina.....</i>	78
2.4.5. <i>Álcool e diferenças nos ambientes: Festas. “Dar a vida pra beber”</i>	79
2.4.6. <i>Álcool e afetividades</i>	81
2.4.7. <i>Álcool & homens: experimentação versus reforço da ordem vigente</i>	83
3. OUTRAS MASCULINIDADES: “SER MASCULINO” EM XEQUE	85
3.1. A visão das mulheres e o Comitê Anti Opressão	85
3.1.1. <i>CAO: mulheres, homens e punição</i>	85
3.1.2. <i>CAO: limitações.....</i>	92
3.1.3. <i>“Ser feminista”</i>	93
3.2. “Masculinidades possíveis”	94
3.2.1. <i>“Ser homem” na perspectiva dos jovens universitários</i>	94
3.2.2. <i>Homens e a CAO: vítimas e disputas</i>	97
4. CONSIDERAÇÕES FINAIS	102
REFERÊNCIAS	106
ANEXO.....	111

1. CONTEXTO, CENÁRIO E INTERLOCUTORES DA PESQUISA

1.1. Introdução

Em meio às inúmeras pesquisas atuais sobre os papéis e expressões de gênero – discussões pautadas principalmente por teóricos e teóricas feministas, ativistas da causa e de outros movimentos sociais –, despontam “recentemente” reflexões sobre as masculinidades:

estudos sobre a classe trabalhadora, as gangues e delinquentes, os papéis sexuais e a família, sobre sexualidade e identidade, além de muitos outros, tangenciaram o tema, mas nunca chegaram a colocar o homem, em sua condição de ser masculino, enquanto tópico essencial do debate acadêmico. (OLIVEIRA, 2004, p. 59)

É nesse contexto que esta reflexão se apresenta, trazendo um olhar mais profundo sobre as expressões de masculinidades e suas intersecções.

Inúmeras abordagens seriam possíveis tendo as masculinidades como ponto de partida. Para a presente pesquisa, destaca-se um elemento simbólico do imaginário e cotidiano masculino: o álcool. No Brasil, este se mantém nos convívios sociais e na maioria das vezes nem recebe o título de droga. Nessa proposta, não cabe destacar os malefícios do uso do álcool – casos de alcoolismo, acidentes de trânsito e mortes, casos de violência intra e entre gêneros com agressores alcoolizados –, já retratados em estudos principalmente na área da saúde. A abordagem escolhida atenta para o universo simbólico que essa droga carrega com ela e que muitas vezes se confunde com o próprio universo de representação das masculinidades: excessos, violência e jogos de poder.

Para tangibilizar esse universo, a escolha da pesquisa foi seguir com uma observação das masculinidades em ação. Isso se deu por meio de trabalho de campo de abordagem etnográfica, feito com jovens universitários. Por todo o segundo semestre de 2019, o pesquisador acompanhou grupos do *campus* Butantã da Universidade de São Paulo (USP), mais especificamente da Escola de Comunicações e Artes, a ECA. As interações, em sua maioria com pessoas de 18 anos, aconteceram durante momentos da sociabilização universitária, oficiais ou não: atividades extracurriculares, rodas de conversa e, principalmente, festas universitárias.

A escolha da juventude como pano de fundo deve-se à importância dessa fase de vida na composição dos sujeitos, bem como por ser um momento de início do consumo de drogas¹. Ela se mostrou a chave para compreender como as masculinidades são construídas na vida social, de maneira individual ou em grupo, e interpretar como o álcool se torna elemento-chave na definição desses sujeitos e subjetividades.

1.2. Objetivo

A pesquisa visa a compreender qual(is) o(s) papel(éis) do álcool na produção de masculinidades, a considerar o recorte proposto: jovens universitários frequentadores dos momentos de sociabilização no *campus* Butantã da Universidade de São Paulo, mais especificamente na unidade da Escola de Comunicações e Artes. O objetivo é uma análise crítica e interdisciplinar para avaliar a relação que o álcool assume com a formação das masculinidades nesse contexto e dessa forma compreender como os homens se expressam por meio da ação, do corpo e das performatividades.

1.3. Problemática central

O problema central do estudo é identificar e analisar como o processo de produção de masculinidades se dá a partir do álcool entre os jovens, o impacto do álcool nas relações e seu papel enquanto agente nas expressões de gênero e sexualidades.

1.4. Hipótese central

Reforçando o conjunto de questões estabelecidas acima, a hipótese central é que o álcool tem papel fundamental na composição das masculinidades para o recorte escolhido: jovens universitários. Com esse papel, o álcool tem agência na composição das suas expressões e, nesse contexto, a interação entre álcool e homem gera uma linguagem específica de masculinidades.

¹ INPAD. Resultados Parciais. *Levantamento Nacional de Álcool e Drogas*, 2. São Paulo: Inpad, 2014. Disponível em <https://inpad.org.br/lenad/resultados/comportamento-de-riscos/resultados-preliminares/>. Acesso em 13 de abril de 2020.

1.5. Hipóteses secundárias

- a) O álcool é um pré-requisito para expressão e composição das masculinidades, a considerar o recorte proposto. Assim, o álcool se torna um elemento obrigatório e intensificador das vivências masculinas e de suas performatividades.
- b) O álcool, como ferramenta na construção das masculinidades, tem como um dos pilares fundamentais as vivências grupais. A considerar o grupo como definidor das vivências das masculinidades, essas vivências passam pelo álcool e seu manejo.
- c) A composição entre as hipóteses acima gera masculinidades que influenciam o ambiente em que os homens estão inseridos, intra ou entre gêneros: no estabelecimento de hierarquia entre os seus iguais (homens), principalmente quais critérios para se reconhecerem como iguais, e com os diferentes (mulheres). O impacto é gerado em todas as ferramentas de interação social que esses homens produzem: valores e ideais de sociedade, a considerar uma visão interseccional das questões de gênero que engloba as questões étnico-raciais, de orientação e vivência das sexualidades, bem como de contextos socioculturais, econômicos e geracionais.

Após esse breve panorama sobre os pontos de partida que a pesquisa propõe, segue um detalhamento da metodologia: a justificativa de sua escolha e processos de aplicação.

1.6. Metodologia

1.6.1. *Abordagem etnográfica: por quê?*

Delimitado todo o panorama que deu origem à pesquisa, cabe agora compreender quais as premissas – teóricas e práticas – do estudo de campo. Como o desenho original incluía a observação das vivências das masculinidades, optou-se por uma abordagem etnográfica. Não se considera o estudo presente uma etnografia em si, pois, mesmo que a investigação estabeleça diálogo com a etnografia, algumas questões do método etnográfico não estão presentes. É com essa diretriz que o estudo utiliza os pensamentos de Carmen Lúcia Guimarães de Mattos e Paula Almeida de Castro (2011) nas discussões sobre etnografias no ambiente educacional e Maria Peirano (1992) sobre método etnográfico em si. A destacar:

a) Observação das ações sociais

No trabalho de campo, a premissa é a observação. É a partir dela que se identifica(m) a(s) ação(ões), e seus cruzamentos e resultantes. Nas palavras de Carmen Lúcia Guimarães de Mattos e Paula Almeida de Castro (2011, p. 67):

Quando realizamos um trabalho etnográfico temos que ter em mente as seguintes questões: 1) o que está acontecendo, especificamente, numa ação social que ocorre num lugar ou situação particular?; 2) o que estas ações significam para os atores envolvidos nelas, no momento em que estas ações aconteceram?; 3) como os acontecimentos são organizados dentro dos padrões sociais de organização e dos princípios culturais aprendidos para a conduta no dia-a-dia?

A observação no campo estava condicionada a três tipos de ações sociais principais: ações que envolvessem álcool em seu manejo e protagonismo (jogos e outras ocasiões); ações que envolvessem relações intra e entre grupos, com destaque para disputas e diferenciações entre gêneros; ações que também poderiam estar presentes no mundo digital, como trocas de mensagens em forma de texto, foto e vídeo. Todos os pontos serão mais detalhados nos subcapítulos seguintes. Outra consideração importante envolve a interação entre pesquisador e pesquisado, a ser abordada no próximo tópico.

b) Aproximação e interação com os atores sociais

Aqui cabe considerar a questão da alteridade, fator que unia e/ou distanciava pesquisador e pesquisados, para compor a leitura dos dados coletados. Por meio de eventos na universidade sobre o tema gênero e sexualidade, o pesquisador acabou encontrando um interlocutor principal que foi o guia por todos os meses no trabalho de campo, mostrando as vivências, ocasiões sociais e, principalmente, pessoas daquele ambiente. Mesmo com uma diferença de idade de quase dez anos e algumas barreiras – expressões inicialmente desconhecidas originadas dos “memes” utilizados nas redes sociais entre os jovens, vocabulários específicos dos cursos de cada unidade e detalhes da rotina universitária dos quais não tinha mais domínio como ex-aluno –, o pesquisador acabou saindo de uma figura diferente do ambiente para mais um “veterano”, o que foi chave para transitar pelas ocasiões universitárias e compreender mais as masculinidades naquele contexto. Sob a ótica da linguagem, vale destacar que:

Na tentativa de significar o local pela narrativa descritiva [o pesquisador busca estar] usando termos que são os mais próximos possíveis daqueles usados pelos atores sociais que participam deste projeto, termos que eles usariam se lhes fossem permitidos falar. Fazer isso é diferente de escrever

“protocolos” de fala onde se desenvolve uma interação com grande detalhe do comportamento do que as pessoas fazem. Estes podem ser acurados, mas o que os torna etnográficos são as descrições feitas usando os termos mais próximos dos problemas e significados numa perspectiva das pessoas mesmas. Ao escrevermos uma narrativa, temos que colocar os atores como eles se apresentam sob a perspectiva deles. (MATTOS; CASTRO, 2011, p. 64)

Ressalta-se a linguagem como essencial nas interações com os jovens e que o trabalho pretende retratá-la, principalmente quando se considera a construção da narrativa, que será enunciada adiante.

c) Problemas: busca de padrões e processos

A conhecida frase “a antropologia estuda problemas e não povos”, dita pelos antropólogos das mais variadas vertentes, pode ser lembrada aqui para ilustrar como a resultante do trabalho está na descrição dos problemas presentes, bem como na reflexão em torno dos pontos-chave que surgiram para e com a pesquisa. Assim, a aplicação de todo o conhecimento teórico, principalmente quando tratamos de gênero e sexualidade, se dá quando se discutem os problemas apontados e vividos pelos/com os atores da/em cena.

Os etnólogos não estudam aldeias, mas em aldeias (Geertz, 1973). É lá que o repertório de conceitos gerais das ciências sociais – integração, racionalização, símbolo, ideologia, ethos, revolução, visão de mundo, sagrado, cultura – se entrelaçam no corpo da etnografia de descrição minuciosa na esperança de tornar cientificamente eloquentes as simples ocorrências. (PEIRANO, 1992, p. 51)

Também se destaca a repetição enquanto processo, já que é a partir da constância das ações que se percebe a hierarquia dos acontecimentos, bem como os problemas emergem. É na busca de padrões entre os fatos que se dá um desenho mais claro das disputas e suas formas: “a etnografia busca a natureza processual, as formas como as relações são construídas” (MATTOS; CASTRO, 2011, p. 68). Como parte do processo da presente pesquisa, os padrões não conseguem ser descritos apenas pela observação de forma isolada. Todos os relatos aqui presentes possuem a característica de interação em vários estágios de alteração, principalmente considerando as festas universitárias, devido à ação do álcool (graus de sobriedade e embriaguez) e suas maneiras de consumo, que serão detalhados no item 2.4.

d) Construção narrativa

Reforçando o item acima, termos como “se deixar contaminar” e “ser afetado”, tão comumente usados pela antropologia, como aponta Silvia Garcia Nogueira (2010) em suas

reflexões sobre etnografias, aparecem também aqui, mas sob a ótica da narrativa. Além dos registros de campo – diários, anotações –, o texto reflexivo, que mescla uma narrativa entre observador e observado, traz à tona o processo de vivência e construção das questões-chave que caracterizam essa “observação-participante”. Sobre a narrativa:

Para os antropólogos, o bom texto é aquele que exatamente por explicitar ao máximo a subjetividade que a experiência da observação-participante no campo pressupõe – sem necessariamente resultar na etnografia do próprio antropólogo, numa autobiografia em que ele aparece mais que o grupo estudado – e, portanto, revelar o ponto de vista adotado para tecer a análise, incluindo-se como parte – consegue alcançar o nível de objetividade científica desejada, podendo ser utilizado para se pensar teoricamente outros contextos culturais semelhantes. (NOGUEIRA, 2010, p. 8)

Após a aproximação, interação e observação das ações – entre grupos e entre pesquisador e pesquisados –, existe a construção de uma narrativa, retrato que vai além da descrição e análise dos acontecimentos, por meio da montagem dos elementos que são essenciais para o recorte. Mais do que a “aplicação” de um método, a narrativa tangibiliza a imbricação entre teoria e prática da abordagem proposta na pesquisa. Como resultante, o trabalho se torna a perspectiva dos jovens e, no presente caso, o impacto do álcool nessa perspectiva. Uma análise mais apurada sobre como se deram essas interações será abordada mais adiante. Em suma,

fazer etnografia implica em: 1) preocupar-se com uma análise holística ou dialética da cultura; 2) introduzir os atores sociais com uma participação ativa e dinâmica e modificadora das estruturas sociais; 3) preocupar-se em revelar as relações e interações significativas de modo a desenvolver a reflexividade sobre a ação de pesquisar, tanto pelo pesquisador quanto pelo pesquisado. (PEIRANO, 1992, p. 49)

Com esse quadro da abordagem definida, ficam mais claros o critério de escolha e as formas de interação com os interlocutores. Segue adiante maior detalhamento sobre como aconteceu essa abordagem e definição.

1.6.2. Interlocutores e interação

Antes da construção da narrativa, a maneira de retratar as pessoas envolvidas na pesquisa se torna uma questão. Nesse sentido, o termo “interlocutores” foi o escolhido por trazer nele o pressuposto da interação, tão importante para o método, as ações e as situações observadas. Baseia-se aqui novamente nas reflexões de Silvia Garcia Nogueira (2010) e em seu incômodo com as restrições da palavra informante.

Assim, neste trabalho se opta pelo uso de “interlocutores” para se referir aos atores das cenas e “observador e observados” ou “pesquisador e pesquisado” quando se quer explicitar a alteridade, reforçando novamente o pressuposto de que eles estão sempre em interação. O termo “interlocutores” também deixa claros o papel e a responsabilidade da mediação na pesquisa, nos quais estão:

entre os pressupostos de conduta profissional, deixar o outro à vontade para obter informações, buscando constantemente por elas; possuir curiosidade pela diferença e consciência do papel de mediação; e ter clareza sobre a presença dos processos de manipulação de impressões que envolvem observadores e observados. (NOGUEIRA, 2010, p. 12).

Outra questão posta se relaciona à identidade dos pesquisados, que são descritos apenas por iniciais. Mesmo que a interação tenha sido intensa e a participação, essencial para a pesquisa, opta-se por esse anonimato devido aos conteúdos trazidos pelos jovens. Alguns temas, como a violência na universidade, se nominados interfeririam na imagem dos interlocutores após a publicação, principalmente nos conteúdos descritos no capítulo 3.

Como dito, o recorte envolveu jovens alunos da Universidade de São Paulo, em sua maioria novos ingressantes que possuem 18 anos como faixa etária média. Desde o início do trabalho, a ECA, Escola de Comunicações e Artes, apareceu como cenário para o campo. Por ser a unidade em que o pesquisador esteve presente na graduação, mesmo que dez anos antes, fazia sentido que a jornada se iniciasse dali. Era um lugar que ao menos apresentava alguma familiaridade para ele. Mas, assim como em toda pesquisa, não se escolhe o “objeto”; ele vem até você, e aqui não foi diferente.

Em um seminário acadêmico na ECA, houve o primeiro encontro com J. Ele possuía 19 anos, estatura mediana e longos cabelos crespos, algo de que demonstrou, desde o primeiro momento, se orgulhar. Mesmo assim, as características fenotípicas declaradas por ele como de pessoa preta ou parda em nenhum momento levaram J a se apresentar, para o pesquisador ou para outros, como homem preto, negro ou pardo. A reflexão em torno de suas características físicas, que inclui cor e discussão sobre raça/etnia, fez parte das conversas. Essa pauta vai ser tratada com mais detalhes no subitem 2.1.3.

A escolha foi seguir com J como o “guia” das interações. Foi ele quem determinou todos os passos e momentos em que a pesquisa aconteceu: quais locais, com quem interagir, o que fazer em cada momento... Foi a partir dele que a narrativa foi desenhada. Desde o primeiro contato, o pesquisador esteve presente com J em atividades de sociabilização universitária

durante todo o segundo semestre de 2019, principalmente nas festas universitárias, que serão detalhadas mais adiante. Reforçando o ponto sobre interação:

Interação é o processo que ocorre quando pessoas agem em relação recíproca, em um contexto social. Este conceito implica numa distinção entre ação e comportamento. Comportamento inclui tudo que o indivíduo faz. Ação é um comportamento intencional baseado na ideia de como outras pessoas o interpretarão e a ele reagirão. Na interação social, percebemos outras pessoas e situações sociais e, baseando-nos nelas, elaboramos ideias sobre o que é esperado, e os valores, crenças e atitudes que a ela se aplicam. Nessa base, resolvemos agir de maneira que terão os significados que queremos transmitir (MEAD, 1938; SCHÜTZ, 1932; WEBER, 1921; WOODS, 1992). (MATTOS; CASTRO, 2011, p. 64)

A reciprocidade na interação guiou o convívio entre observador e observado. Assim como J ditou as situações e os interlocutores presentes, também deixou ser observado em suas ações, representando contextos simultâneos: ora da vida/experiência prática, ora da pesquisa/experiência narrativa.

As interações não se limitaram a J. A partir dele, aconteceu o contato com interlocutores, homens e mulheres, que serão descritos ao longo da pesquisa. Dessa forma, houve uma composição de cenas mais plural e, principalmente, mais evidências de como a construção das masculinidades se dava nesse contexto, condicionada a disputas (intra e entre gêneros).

No trabalho também há uma hierarquia entre os interlocutores e como eles aparecem no texto. J é uma espécie de “interlocutor principal”, devido ao seu protagonismo, pois esteve presente durante todo o trabalho e cedeu materiais que vão além das vivências, como fotos, vídeos e textos. Além disso, estava mais consciente do processo, bem como de sua posterior publicação. Destaco aqui o fato de J “brincar” sobre ser um interlocutor. Falas como “Esse é o Gabriel, ele me pesquisa” e “agora eu sou um objeto de pesquisa, olha que poder!” foram usadas em alguns momentos ao longo do campo e o que poderia ser motivo de afastamento entre os atores na verdade qualificou ainda mais a interação. Dessa forma, majoritariamente as reflexões se iniciam por relatos de J em todo o texto.

Além de J, houve interação com oito jovens durante os seis meses do campo, com contato inicial sempre feito a partir do interlocutor principal. Aconteceram também interações com outros jovens que não aparecem nessa contagem, por terem sido pontuais, principalmente no ambiente das festas universitárias, que serão citadas ao falar das afetividades, com mais detalhes no item 2.3.

Segue um breve descritivo dos outros interlocutores que se apresentaram durante a pesquisa. M e I eram amigas de J. M, uma mulher de estatura baixa, longos cabelos pretos, de

19 anos, conhecia J desde a infância e, mesmo não sendo aluna da Escola de Comunicações e Artes, estava presente na maioria dos encontros, principalmente durante as festas universitárias. Ela foi importante para o todo, pois reforçou e questionou algumas declarações e imagens construídas por/de J. I também possuía 19 anos e chamava a atenção por seu visual: cabelos ruivos, muitos *piercing*s e acessórios, o que a destacava dos demais. Era colega de classe de J e transitava também pelas entidades da ECA, principalmente a Ecatlética, Associação Atlética Acadêmica Lupe Cotrim, o que contribuiu para outras visões das instituições universitárias. Também fazia parte da CAO, Comissão Anti-Opressão, entidade por meio da qual o pesquisador conheceu L, uma mulher de cabelos cacheados recém-assumidos, de vinte anos, que, diferentemente dos outros interlocutores, era uma “veterana”. Como parte da diretoria da comissão, deu mais detalhes sobre as festas universitárias e a ação das mulheres nesse cenário. Esses depoimentos foram importantes para complementar a visão sobre masculinidades, indo além de vivências e discursos masculinos. Sobre os homens, vale destacar sua presença em um grupo de conversa chamado “Masculinidades possíveis”, composto por cinco jovens, a maioria de 18 anos. Todas as organizações universitárias, os contextos dos encontros e as descrições dos cenários terão detalhamento adiante. Vale destacar que todos os interlocutores descritos acima eram brancos, o que também será problematizado posteriormente.

Além da interação com os alunos, uma representante oficial foi buscada com o intuito de obter mais informações sobre as festas universitárias e suas questões: a Prof.^a Dra. Cláudia Lago, aqui como presidenta da Comissão de Direitos Humanos da ECA, também detalhada mais adiante. Por ser uma pessoa com maior domínio dos processos da pesquisa acadêmica, e, no momento da interação, representante de uma voz oficial, optou-se por identificá-la. A entrevista foi realizada por telefone no primeiro semestre de 2020. Nos anexos está o termo de autorização de sua fala. Sendo assim, com a definição dos interlocutores, seguem as reflexões sobre os momentos de interação na vivência com os jovens.

1.6.3. Ações no contexto: homossociedade ou vivências interacionais masculinas

Para as reflexões sobre o gênero a partir das ações, é preciso considerar a perspectiva da vivência, ou seja, do gênero na prática. Como define Miguel Vale de Almeida (1995, p. 143):

aproximo-me da área da teoria da prática (e perspectivas paralelas: incorporação, experiência, performance) [...] [de modo a] ver como a prática reproduz o sistema, e como o sistema pode ser mudado pela prática [...]. Isto abre para o fato central do gênero, que é o modo como as suas estruturas são vividas, com múltiplas masculinidades e feminilidades.

O subitem 1.7.3 trará um detalhamento de definições e autores utilizados para a conceituação de gênero, com a intenção de ressaltar o caráter da ação na observação para caracterizá-la como processo. Ainda nas palavras do autor, “ser homem, no dia a dia, na interação social, [...] nunca se reduz aos caracteres sexuais, mas sim a um conjunto de atributos morais de comportamento, socialmente sancionados e constantemente reavaliados, negociados, lembrados.” (VALE DE ALMEIDA, 1995, p. 128).

É sob essa ótica que se trazem situações de interação definidas como “homossocialidade” (VALE DE ALMEIDA, 1995) ou “vivências interacionais masculinas” (OLIVEIRA, 2004). Nas palavras do último autor:

Para as vivências interacionais masculinas retenho o aspecto de experiência ou situação de vida realizada em interações com outros agentes e orientadas por uma significação social de sentido estruturador para as identidades, que é a masculinidade, constituída no e pelo socius como lugar simbólico de sentido estruturante. Elas devem ser apreendidas numa relação intersubjetiva em que o agente é impulsionado para a noção daquilo por ele interpretado como sendo o masculino culturalmente legitimado. (OLIVEIRA, 2004, p. 248)

Seja na experiência de Miguel Vale de Almeida (1995) em uma vila portuguesa com os homens de Pardais, seja na análise textual de Pedro Paulo de Oliveira (2004), os relatos são de uma busca pela gramática nas vivências masculinas para identificar em quais situações e como as masculinidades são compostas.

No exercício similar aqui proposto entre jovens universitários de um recorte específico, algumas situações-chave foram eleitas para observação e vivência das ações no contexto, como as festas, a casa e as rodas de conversa, a serem detalhadas no item 1.8. Cabe aqui destacar que esses cenários se tornam ambientes da convivência dos homens e reveladores de sistemas de masculinidades, seus pactos e maneiras de reprodução. Novamente citando Vale de Almeida (1995, p. 59):

O domínio das noções de pessoa, do corpo, das emoções e sentimentos e, em suma, do que se constitui a dinâmica entre personalidade e regras culturais é uma área da experiência humana constitutiva de, e constituída por, categorias de gênero [...] [Ou seja,] o sistema simbólico da masculinidade é [...] no fundo resultado de um pacto social feito.

Os reveladores do pacto social também reforçam a escolha do interlocutor principal. J revelou-se homossexual logo no primeiro encontro e nas primeiras aproximações apresentou conviver com perfis muito variados, seja com homens de diversas expressões de masculinidades, seja com mulheres com visões distintas sobre os homens. Assim, o que poderia

ser uma armadilha dessa pesquisa, a busca por uma “masculinidade hegemônica”, se mostrou uma interação com perfis de masculinidades plurais, que serão caracterizadas ao longo da pesquisa por inúmeros marcadores, inclusive com categorias específicas descritas por uma linguagem própria, como “bi afetivo”, “*indie*” ou “macho escroto”. Foi a partir delas que se geraram reflexões e questionamentos sobre as masculinidades vividas e possíveis. Dessa forma, o trabalho mostra diferentes tipos de “pactos sociais” referentes ao gênero que coexistem em conflito naquele contexto.

Outro ponto metodológico relativo às ações é que, devido à natureza dos momentos de “homossociedade” (VALE DE ALMEIDA, 1995) com os jovens – interação em grupos, festas e jogos que envolviam álcool –, o material não foi gravado em formato de entrevista. Todos os relatos são anotações e construções narrativas feitas a partir da interação. Isso também tem impacto na escrita do texto – devido ao formato da coleta de informações e às características do universo ébrio, a narrativa se construiu respeitando essa dinâmica: não há linearidade no desencadeamento das reflexões; elas funcionam como o próprio universo dos jovens, mais fragmentado em breves relatos que se compõem como um todo, respeitando uma dinâmica de registros e apagamentos do que foi visto e vivido. Essa estrutura ficará mais evidente no capítulo 2, principalmente nas narrativas que envolvem o álcool em si.

Outros materiais, como fotos, vídeos e textos, foram importantes para compor os momentos e seus contextos. Vale destacar que, pelo recorte geracional, a composição de várias linguagens e plataformas, reais e digitais, foi necessária para a análise. Assim, vários dos achados passaram por plataformas digitais de troca de mensagens, aplicativos de relacionamentos e redes sociais. A convivência entre esses universos se dá de forma natural, e não raro uma postagem em rede social ou aplicativos de relacionamento virou assunto em uma festa e vice-versa, principalmente no que se relaciona a afetividades. Tão essenciais quanto a “vida real”, as interações virtuais também se mostraram reveladoras nas construções das masculinidades. A reflexão sobre esses pontos será aprofundada no item 2.3.

Com a compreensão sobre as abordagens metodológicas para a obtenção desses “objetos-ações” na presente pesquisa, os próximos tópicos seguirão rumo ao que se revela a partir dessas ações.

1.7. Marcadores das diferenças

O foco do trabalho está na compreensão das masculinidades, mas é sabido que essa variável não é isolável, principalmente na perspectiva interseccional que o trabalho pretende

adotar. Ficou nítido no campo que a discussão sobre gênero acompanharia outros marcadores da diferença, como renda, raça/etnia e, principalmente, orientação sexual.

Além das questões que surgiram no campo, é preciso compreender que o ambiente universitário escolhido faz parte de um recorte muito privilegiado. Trata-se da universidade que se orgulha de estar no topo do *ranking* na América Latina, o que implica, entre inúmeras consequências do peso desse renome, um perfil selecionado de alunos. No contexto Brasil, essa seleção passa por questões econômicas, educacionais, geracionais e raciais. Mesmo que o quadro de alunos de renda mais baixa, e de pretos, pardos e indígenas venha crescendo ano a ano², ainda representa minoria absoluta. Vale citar que 56% dos estudantes consideram a USP um espaço muito elitista³. Dessa forma, o ambiente universitário também se revela como um ambiente de disputas.

Uma análise mais apurada dos perfis dos estudantes foi realizada por Iuri Cardoso (2019), ao mostrar as vivências LGBs na USP, e Maria Caraméz Carlotto (2013), em sua leitura dos dados quantitativos relativos aos perfis de alunos e docentes até o período de publicação de seu trabalho. Ambos lançam luz sobre uma diferença de perfis socioeconômicos entre as unidades, separando-as em polos. Assim, as faculdades mais tradicionais, como as dos cursos de direito, medicina e engenharia, por exemplo, representariam um “polo profissional tradicional”,

caracterizado por ter os cursos com maior concorrência, que selecionam alunos de maior renda e maior escolaridade da mãe e do pai. Esse polo apresentou historicamente um pequeno aumento do ingresso de alunos da escola pública, mas nada muito significativo para alterar o perfil dos estudantes. As unidades do *polo profissional tradicional* concentram o menor percentual de pretos e pardos e são majoritariamente masculinas em relação às outras unidades da USP. (CARDOSO, 2019, p. 51)

Mesmo com fundação recente dentro da USP, em 1966, a ECA é considerada por Carlotto como parte do “polo profissional tradicional” em sua publicação (2013), já que seus alunos se aproximam mais desse perfil descrito. Essa classificação continua pertinente, já que a unidade apresenta cursos de vagas reduzidas, com turmas de no máximo 50 alunos por ano,

² CRUZ, A. USP amplia diversidade social e étnica. *Jornal do Campus*, 2019. Disponível em <https://jornal.usp.br/institucional/usp-amplia-diversidade-social-e-etnica/>. Acesso em: 12 abr. 2020.

³ USP. USP Mulheres. *Interações na USP: primeiros resultados da pesquisa*. São Paulo: USP Mulheres, 2018. Disponível em: http://uspmulheres.usp.br/wp-content/uploads/sites/145/2018/07/INTERA%C3%87%C3%95ES-NA-USP_final_publica%C3%A7%C3%A3o2407.pdf. Acesso em: 12 abr. 2020.

alguns dos quais ainda figuram no *ranking* dos 15 cursos mais concorridos para ingresso na universidade⁴.

Esse perfil também pode ser visto qualitativamente ao se analisarem os interlocutores e vai ser ilustrado durante todo o texto, principalmente quando tratarmos da casa e dos vínculos econômicos de J. Havia também alguns marcadores que diferenciavam os estudantes, deixando esse “gradiente entre a classe média” mais nítido, como cidade, bairros de origem e, o principal, a escolaridade familiar: J era o primeiro de sua família a cursar universidade pública, diferentemente de I, cujos pais cursaram a USP. Vale pontuar também que isso não era uma pauta recorrente entre os alunos e que nas situações observadas em campo havia uma maior uniformização dos estudantes, fator também destacado na análise das festas.

Essa radiografia desigual da universidade também se mantém quando se considera o gênero. A USP ainda é majoritariamente masculina, notadamente entre os estudantes da graduação, formada por 55% de homens. A realidade da ECA, porém, é uma exceção. Ali, a maioria é feminina: as mulheres na graduação representam 58%, um total de 1.301 alunas. Mesmo na pós-graduação da unidade, essa maioria absoluta feminina continua, representando 55%. Vale ressaltar que o levantamento de gênero é a única leitura quantitativa aberta publicamente⁵, que no relatório não há outras possibilidades de gênero disponíveis (não-binários, agêneros...) e, ainda, que essa diferença numérica não vai concretizar a equidade entre homens e mulheres no contexto, o que será visto em todo o trabalho.

Como já dito, raça e etnia se mostraram marcadores importantes para a reflexão, mas não há dados públicos quantitativos da unidade sobre eles. Sendo assim, as reflexões que se seguem têm base qualitativa. Devido à maioria branca do recorte, seja da ECA, seja dos interlocutores, houve uma “ausência” da pauta durante as interações, que pode ser explicada pela não problematização da questão racial entre brancos. Aqui se utilizam alguns aspectos do conceito de branquitude, com apoio nas reflexões de Lia Vainer Schucman (2012) ao analisar a construção da branquitude paulistana.

⁴ Cursos disponíveis na Escola de Comunicações e Artes entre os mais concorridos: audiovisual em sexto lugar, publicidade e propaganda em décimo primeiro, jornalismo em décimo terceiro e artes visuais em décimo quarto (VESTIBULAR Fuvest 2020: veja os cursos mais concorridos para entrar na USP. *GI*, 14 nov. 2019. Disponível em <https://g1.globo.com/sp/sao-paulo/educacao/noticia/2019/11/14/vestibular-fuvest-2020-veja-os-cursos-mais-concorridos-para-entrar-na-usp.ghtml>. Acesso em: 12 abr. 2020).

⁵ As informações relativas a dados sócio-econômicos e raça/etnia estão desatualizadas e não estão disponíveis no portal Jupiterweb, sistema interno da USP, segundo informações dadas pela secretaria de graduação da ECA. Assim, as informações disponíveis são do *Anuário Estatístico da USP* (USP. *Anuário Estatístico USP*. São Paulo: VREA/USP, 2020a. Disponível em: <https://uspdigital.usp.br/anuario/AnuarioControle>. Acesso em: 19 ago. 2020).

Em uma revisão sobre a concepção do conceito, ela destaca o ineditismo do sociólogo negro Alberto Guerreiro Ramos em colocar os brancos e a branquitude brasileira como objetos de análise já em 1957. Para ele, já estava evidente o sujeito branco como ideal, como norma e como algo a ser buscado (RAMOS, 1957 apud SCHUCMAN, 2012). Com um apanhado dos teóricos americanos e brasileiros, Schucman (2012) destaca os aspectos mais relevantes a serem observados entre as teorias. Ela entende que o poder (assim como sua manutenção) se mostra elemento fundamental da branquitude, caracterizada por ser:

uma rede na qual os sujeitos brancos estão consciente ou inconscientemente exercendo [poder] em seu cotidiano por meio de pequenas técnicas, procedimentos, fenômenos e mecanismos que constituem efeitos específicos e locais de desigualdades raciais. Pensar o poder da identidade racial branca dessa maneira também tem o intuito de retirar o olhar que aponta o racismo para cada sujeito em particular e recolocá-lo para o entendimento de estruturas de poder sociais com particularidades de cada sociedade em questão. (SCHUCMAN, 2012, p. 24)

Dessa forma, cada “sujeito se *torna* branco e exerce o poder da branquitude de uma maneira, entrecruzando sempre com outros aspectos relacionados a classe, gênero, história de vida etc. [...] como resultado [a branquitude] faz com que sujeitos considerados brancos obtenham privilégios em uma estrutura racista” (SCHUCMAN, 2012, p. 31, grifos da autora). Um dos mecanismos para tal seria a invisibilidade, ou fantasia de invisibilidade, que coloca os sujeitos brancos como normais, naturais e não racializados.

Como em um pacto, o que se viu no campo foi um silenciamento das questões de raça e etnia no recorte, o que tem como consequências: a manutenção de uma imagem simbólica “branca”; a manutenção dos privilégios enquanto brancos e estudantes universitários; a prerrogativa de não se pensarem como agentes de discriminação. Assim, para os estudantes, a questão racial não era um marcador de diferença, já que eles partiam do pressuposto de que naquele ambiente todos eram brancos⁶ e não pensavam sobre serem brancos. Uma das provas desse ocultamento é que a questão racial foi discutida com J, de maneira ainda superficial, apenas após um longo tempo de interação, quando o ambiente era mais íntimo, sua casa, o que será detalhado no subitem 2.1.2. Em contraponto a esse “apagamento”, havia um reforço a todo momento de outros marcadores, principalmente relacionados à sexualidade, que também serão analisados mais adiante. Além de questões de raça e etnia, havia uma “narrativa cisgênero”, já que não houve a presença de jovens que se identificassem como transexuais e/ou não-binários.

⁶ Vale pontuar que a ECA-USP conta com o Coletivo Opá Negra, mas ele não esteve presente nem foi mencionado pelos interlocutores durante a pesquisa de campo. Mais informações em OPÁ NEGRA. *Facebook*, 2020. Disponível em: <https://www.facebook.com/opanegra/>. Acesso em: 20 ago. 2020.

Essa ausência e a dualidade binária serão aprofundadas na discussão das premissas teóricas sobre gênero.

Outro ponto a ser reforçado é a uniformidade etária entre os interlocutores, ingressantes sempre em torno de 18 anos, o que é característica da “elite universitária”. Assim, para além de uma faixa etária, a abordagem da juventude no trabalho não é apenas uma categoria analítica⁷, mas também uma categoria simbólica, sempre relacionada a outras variáveis de análise: a juventude como momento de uma nova dinâmica diante das responsabilidades do contexto universitário, a juventude como momento de experimentação de um universo erótico-sexual e até mesmo de um imaginário de risco e perigo, quando relacionamos juventude e drogas. Esse universo simbólico caracteriza um tipo de experiência específica, principalmente relativo a drogas, o que é retratado no próximo capítulo.

Com esse apanhado entre os marcadores, segue a discussão dos conceitos-chave diferença, interseccionalidades, gênero e masculinidades, que terão suporte conceitual apresentado adiante.

1.7.1. Diferença e diversidade

Como ponto de partida, usa-se a perspectiva de Miskolci (2012) de esmiuçar como se apresenta a questão da diferença. Negando o termo diversidade, o autor deixa claro o caráter transformador da diferença, bem como o não silenciamento das particularidades e mais perspectivas para a disputa.

O termo diversidade é ligado à ideia de tolerância ou de convivência e o termo diferença é mais ligado à ideia do reconhecimento como transformação social, transformação das relações do poder, do lugar que o Outro ocupa nelas. Quando você lida com o diferente, você também se transforma, se coloca em questão. [...] Na perspectiva da diferença estamos todos implicados na criação deste Outro e, quanto mais nos relacionamos com ele, o reconhecemos como parte de nós mesmos, não apenas o toleramos, mas dialogamos com ele sabendo que essa relação nos transformará. (MISKOLCI, 2012, p. 16).

Com o “atravessamento” da diferença como questão fundante na análise dos marcadores, a destacar o gênero, conseguimos compreender a norma a partir da análise das nuances e particularidades das vivências. Mais enfática no reconhecimento da diferença, Scott (1988) contrapõe o dualismo do entendimento do(s) gênero(s), propondo um caminho do reconhecimento dos diferentes.

⁷ Para tal, ver Simões (2015) sobre a articulação das categorias geração e gênero.

Não é o “sameness” (“mesmidade”) ou identidade entre mulheres e homens que queremos afirmar, mas uma diversidade mais complicada e historicamente variável do que aquela que a oposição masculino/feminino permite, uma diversidade que é também diferentemente expressa para diferentes propósitos em diferentes contextos. Com efeito, a dualidade que esta oposição cria traça uma única linha de diferença, investe-a de explicações biológicas e, então, trata cada lado da oposição como um fenômeno unitário. Tudo em cada categoria (macho/fêmea) se presume então que seja o mesmo; daí, as diferenças dentro de cada categoria são surpresas. Em contraste, nosso objetivo é ver não só as diferenças entre os sexos, mas inclusive o modo como estas operam para reprimir as diferenças dentro dos grupos de gênero [...] A única alternativa, me parece, é recusar-se a opor a igualdade à diferença e insistir continuamente nas diferenças [...] diferenças como o verdadeiro sentido da própria igualdade. (SCOTT, 1988, p. 46)

A visão dos autores concebe o gênero não como fixo e estanque, mas, usando termos butlerianos, como as diferenças são performadas e estão em constante disputa. Cabe também o destaque a Brah (2006, p. 358) e sua visão interseccional da diferença:

a questão-chave, então, não diz respeito à “diferença” em si, mas a quem define a diferença, como diferentes (categorias de mulheres, no seu objeto de análise) são representadas dentro dos discursos da “diferença” e se a “diferença” diferencia lateral ou hierarquicamente. Precisamos de maior clareza conceitual na análise da diferença.

Ou seja, ao analisar as masculinidades, há de se considerar o reconhecimento da diferença para compor suas pluralidades, o que vai além da compreensão da norma *versus* vivências dissidentes, abarcando em si suas diferentes perspectivas e intersecções, abordagem do próximo tópico.

1.7.2. *Interseccionalidades*

Segue uma breve exposição sobre a abordagem interseccional dos marcadores. Recuperando a origem e o uso do termo, ele nasce de uma “categoria jurídica concreta” criada por Kimberlé Crenshaw (2002) para evidenciar o entrelaçamento de marcadores, a destacar gênero e raça, na produção de discriminações. A metáfora de grandes avenidas e suas conexões é usada para propor um novo olhar para uma percepção tradicional de discriminação, que desconsiderava até então suas sobreposições. O conceito se torna presente principalmente nos estudos das feministas negras e depois assume outras aplicações. Mas um cuidado com o uso do termo é apontado por Connell (2005, p. 176):

A interseccionalidade pode ser um termo infeliz, pois sugere que as estruturas sociais são arranjos rígidos a serem entendidos mediante um tipo de geometria. Boas análises da interseccionalidade pensam em termos de jogos entre as estruturas, como a forma com que mudam umas às outras; e como as situações reais são produzidas por meio de condicionamento mútuo.

Crenshaw não pretendia criar uma teoria da opressão geral; sua proposta é a análise das interações. Com o exemplo de um caso americano contra a fábrica da General Motors, em que as operárias alegavam a não contratação de mulheres negras, Crenshaw mostra que existe “discriminação contra grupos específicos”, principalmente quando eles estão nessas sobreposições ou, novamente utilizando a metáfora das avenidas, em “rotas de colisão”.

Cabe também citar as autoras brasileiras que já traziam uma visão interseccional sem o uso do termo. Destaca-se aqui Lélia Gonzalez (1984), que problematiza essa “naturalização dos lugares sociais” no Brasil quando correlaciona os marcadores de raça e de classe com os de gênero, na época sexo, e de classe (RIOS; RATTS, 2006). Além de trazer uma análise das mulheres negras no mercado de trabalho, Gonzalez trabalhou com representações literárias e culturais, e ações críticas dos ativismos negro e feminista. Dessa forma, sua visão interseccional se apresenta por meio de uma denúncia da “tríplice discriminação da mulher negra”, por meio do racismo, do sexismo e da exploração (imperialista e) capitalista, o que antecipa, e hoje complementa, a abordagem interseccional trazida no referencial.

No presente trabalho, a “via discriminatória” de raça e etnia fica menos evidente devido à ausência de diversidade racial no recorte, explorada anteriormente. A visão interseccional será utilizada aqui para evidenciar os marcadores de diferença que vieram à tona no campo, a destacar gênero e orientação sexual (ver capítulo 2). Sobre essas vivências, cabe a compreensão de gênero que será utilizada no trabalho: como ação e performatividade.

1.7.3. Perspectiva teórica sobre gênero: performatividades

A construção do entendimento do gênero por meio da performance assume o pressuposto do sujeito discursivo, com base na perspectiva de Judith Butler (2003), que propôs um sujeito discursivo por meio da prática: ação e relação. Assim, o sujeito não existe antes da relação social: quem age sempre age para alguém. Dessa forma, para entendermos quais as questões, os momentos e as tensões de um corpo presente, devemos analisar seus discursos, interações e integrações. O sujeito se dá através de seu discurso e de suas disputas em um contexto.

Com isso, Butler (2003) renovou em *Problemas de gênero* a problemática da categoria “mulher”. A reflexão usava como fio condutor a presença da *drag queen* Divine, escolhida para

atuar no filme *Female Trouble* (1974), do diretor John Waters. As críticas da época estão na escolha de uma “não mulher” para tratar de “problemas femininos” nas telas. Butler se utilizou desse acontecimento para enfatizar que Divine, naquele contexto, era sim uma mulher, pois o gênero extrapolaria a condição binária natureza-cultura. Nas palavras da autora:

O efeito do gênero se produz pela estilização do corpo e deve ser entendido, consequentemente, como a forma corriqueira pela qual os gestos, movimentos e estilos corporais de vários tipos constituem a ilusão de um eu permanente marcado pelo gênero. Essa formulação tira a concepção do gênero do solo de um modelo substancial de identidade, deslocando-a para um outro que requer concebê-lo como uma temporalidade social constituída. Significativamente, se o gênero é instituído mediante atos internamente descontínuos, então a aparência de substância é precisamente isso, uma identidade constituída, uma realização performativa em que a plateia social mundana, incluindo os próprios atores, passa a acreditar, exercendo-a sob a forma de uma crença. (BUTLER, 2003, p. 200)

Dessa forma, Butler deslocou o gênero para o campo do fazer. Sua proposta tem como ponto de partida a materialidade e a interação com outros corpos para a composição do gênero e de suas performatividades, ou seja, é preciso encarar como se faz para entender o ser.

A performatividade também trouxe a questão da forma, o gênero enquanto uma representação da realidade. Para Butler, o processo da imitação seria sintomático da expressão de uma forma. Mais do que isso, revelador de sua construção. Assim, a citação faria parte do processo da ação que, em conjunto, é provocada pelo outro e cristalizada pela repetição. Em suas palavras:

o sujeito parece possuir limites sobre interior e o exterior, e as ideias sobre a performatividade do gênero reencenam tais limites. É através da reiteração citacional das normas que um sujeito se constitui em relação a tais normas: é através do reconhecimento de uma exterioridade que o sujeito interioriza (de modo identificatório) a matriz cultural heterossexual. (BUTLER, 2003, p. 59)

O trecho acima também destaca uma “matriz cultural heterossexual” a que as performatividades de gênero estariam condicionadas. Assim, elas se tornariam instrumentos de reprodução e perpetuação de um ideal que faz sucumbir suas pluralidades em busca de uma adequação. Nas palavras da autora, trata-se de uma sociedade “em que as pessoas são percebidas como seres humanos adequados quando articulam uma coerência entre as modalidades sexo, gênero e desejo” (BUTLER, 2003, p. 185).

Para além de uma interação harmônica, a ação performativa de gênero seria reveladora de uma disputa. Aqui recuperamos a perspectiva foucaultiana de poder e gênero, nas palavras de Miguel Vale de Almeida (1995, p. 82):

É central pensar o gênero e a sexualidade numa perspectiva histórica e antropológica [...]. O que ele [Michel Foucault] procura determinar é qual regime de poder-saber-prazer que sustenta entre nós o discurso sobre a sexualidade humana. É o ato discursivo global que tem que ser analisado: quem fala sobre isso, os lugares e os pontos de vista a partir dos quais se fala, as instituições que incitam e difundem o que se diz.

Esta proposta de gênero também se serve desse material para (re)pensar as masculinidades e seus marcadores por meio da ação e da relação. Sendo assim, o gênero é ferramenta para entender como os homens e suas condutas estruturam códigos, jogos e hierarquias. Indo muito além de pensar apenas a construção de sujeitos, o destaque é a abordagem do gênero como um fator determinante nas relações de poder social. É com esse olhar que serão aprofundadas as discussões teóricas dos estudos de masculinidades.

1.7.4. Perspectiva teórica sobre masculinidades: projeto de gênero e arena reprodutiva

Com os fundamentos sobre gênero estabelecidos, cabe aqui pontuar brevemente a colaboração de estudos específicos sobre as masculinidades. Servirão de base trabalhos de autores como Connell (2005, 2013), referência na abordagem sobre o assunto, e estudos brasileiros realizados por autores como Benedito Medrado (1998), Berenice Bento (2015) e Fátima Cechetto (2004).

Assim como na categoria “mulher”, os estudos de gênero traziam uma perspectiva sobre o sujeito homem dentro de uma única “masculinidade hegemônica”. Connell (2013) contesta essa perspectiva, trazendo o contexto e a estratificação entre as masculinidades. Assim, “relações estruturadas entre masculinidades existem em todos os contextos locais; no entanto, a motivação em direção a uma versão hegemônica específica varia de acordo com o contexto local e tais versões locais de masculinidade inevitavelmente diferem entre si” (CONNELL, 2013, p. 264). Esse processo em direção a uma hegemonia será detalhado adiante.

Ao analisar os estudos brasileiros, Medrado e outros autores reafirmam essa perspectiva:

Há portanto, uma questão histórica e cultural quando se analisa a hegemonia de um conjunto de significados sobre outros (por exemplo, a masculinidade branca, heterossexual, urbana sobre outras que lhe são distintas) e os efeitos desses significados nas maneiras pelas quais os indivíduos organizam sua vida sexual e reprodutiva. (ARILHA; MEDRADO; RIDENTI, 1998, p. 38)

Esse conjunto de significados estaria em constante negociação, em uma “reconfiguração das masculinidades” (CONNELL, 2013). Nessa interpelação entre diferentes masculinidades,

estas revelam que a estrutura não é composta de maneira fortuita. O embate entre performatividades revela “algo a ser perseguido”, o que Connell vai nomear de “projeto de gênero”:

A “masculinidade” e a “feminilidade” são projetos, para usar o termo sugerido pelo filósofo Jean-Paul Sartre (1968). São padrões de uma projeção para a vida a partir do presente, para o futuro, trazendo novas condições ou eventos à existência [...] Comumente, há sobreposições em projetos de gênero, um grau de padronização das vidas individuais. Essas trajetórias usuais de formação de gênero são o que os pesquisadores assimilam como padrões de masculinidade e feminilidade nas histórias de vida e em pesquisas etnográficas. (CONNELL, 2005, p. 203)

Dessa forma, existem critérios a que as masculinidades estão submetidas para determinada organização social e estratégias de reafirmação de seu(s) projeto(s). Um dos princípios que se estabelecem como critério é a ideia do gênero como predeterminação. Como contraponto ao conceito de gênero analisado teoricamente até aqui, o entendimento cotidiano relaciona as vivências de gênero condicionadas a um “inconsciente sexuado”. Esse entendimento determina uma dualidade entre masculino e feminino como natural, sendo o primeiro sempre positivo, como mostra Oliveira (2004). Connell (2005, p. 149, grifos da autora) também reforça isso no conceito de arena reprodutiva:

O gênero é a estrutura das relações sociais que se centra sobre a arena reprodutiva e o conjunto de práticas que trazem as distinções reprodutivas sobre os corpos para o seio dos processos sociais [...]. O poder das estruturas na formação da ação individual faz com que o gênero quase sempre pareça não se transformar. No entanto, os arranjos de gênero estão sempre mudando, conforme as práticas humanas criam novas situações e as estruturas de desenvolvem tendendo a crises.

A todo momento, no trabalho de campo, o recurso do gênero como predeterminação aparece nos relatos dos jovens, uma reafirmação da “arena reprodutiva” que vincula os homens a “ser homem”, análise que será aprofundada no capítulo 2. Connell também propõe maneiras práticas pelas quais essa reafirmação é construída no estabelecimento das masculinidades, detalhamento que será abordado adiante.

1.7.5. Perspectiva teórica sobre masculinidades: padrões de ordenação

Connell (2005) apresenta práticas que se mostram como padrões na ordenação de gênero nas sociedades ocidentais. Não há pretensão generalizante sobre a recorrência das ações em todas as situações vividas de masculinidades; a citação aqui serve como ilustração de alguns

padrões também encontrados no trabalho de campo. Medrado (1998) também recupera os quatro tipos para ilustrar seu estudo prático com jovens pais. São eles:

a) Hegemonia

O termo é usado aqui como o principal sinalizador da dominação dos homens sobre as mulheres. A hegemonia compreende práticas legitimadoras que garantam aos homens esse domínio, buscando “correspondência entre o padrão cultural e o poder institucional, seja ele coletivo e/ou individual” (ARILHA; MEDRADO; RIDENTI, 1998, p. 76). No campo, as situações e os embates vividos entre homens e mulheres nas festas universitárias, principalmente os relacionados às ações das mulheres de combate ao assédio, caracterizam esse padrão de ordenação. O assunto será aprofundado no item 3.1.

b) Subordinação

Aqui a disputa se dá dentro dos recortes entre os próprios homens, mas ainda utilizando apenas o gênero para a análise. No campo, a principal situação destacada é relacionada ao embate entre heterossexuais *versus* homossexuais, pois, como reforça o autor, “na masculinidade subordinada, o simbólico se aproxima ao simbólico da feminilidade” (ARILHA; MEDRADO; RIDENTI, 1998, p. 76). Situações relacionadas a campeonatos esportivos trouxeram à tona esse padrão de ordenação, bem como a bagagem prévia dos alunos sobre “ser homem”. O assunto será aprofundado no subitem 2.2.1.

c) Cumplicidade/aliança

Com padrões muito restritivos, o “projeto de masculinidade” é atingido por poucos homens. Dessa forma, a criação de alianças para flexibilização das normas é observada entre os próprios homens. Esse é o principal objeto de estudo de Medrado (1998) em uma reflexão em que observa os jovens pais. Para o campo do trabalho, foi possível ver na prática a necessidade dos jovens de buscar “masculinidades possíveis”, a ser discutida no item 3.2.

d) Marginalização

O olhar interseccional permite estender o olhar para a dominação masculina, que extrapola o gênero e é também racial, urbana e economicamente privilegiada. Assim, “a inter-relação entre gênero e as outras estruturas, como classe e raça, cria relacionamentos adicionais entre masculinidades fixas, pois são recriadas pela dinâmica social onde todas as dimensões estão simultaneamente em relação umas às outras” (ARILHA; MEDRADO; RIDENTI, 1998,

p. 77). Dessa forma, são criados grupos dominados como resultante de ações de masculinidades. O ambiente universitário é palco de discriminação econômica e racial, material de análise de várias pesquisas⁸. Entretanto, além de todos os pontos levantados anteriormente, nos dados coletados não houve material suficiente para o aprofundamento dessas variáveis específicas, portanto elas serão citadas durante o texto, principalmente no capítulo 2, mas não terão protagonismo na análise. Além disso, na dinâmica das festas universitárias, maior ponto de interação entre pesquisador e pesquisados, existiam outros marcadores e maneiras de uniformização e diferenciação entre os jovens, a serem destacados também no capítulo 2.

1.1. Espaço e território

Neste tópico há um mergulho no espaço físico do campo para materializar onde as interações aconteceram. Como dito, a maioria dos encontros ocorreu dentro do *campus* universitário Butantã, na unidade da Escola de Comunicações e Artes (ECA) da USP. Localizada na Av. Prof. Lúcio Martins Rodrigues, 443, a ECA apresentava duas peculiaridades físicas diante de outras unidades: a primeira era a relação de proximidade com o prédio da Reitoria, o que fez com que a unidade sofresse algumas mudanças estruturais. A principal delas, motivo de reclamações entre os alunos, foi o fechamento por grades laterais dos acessos aos seguintes espaços: aos blocos dos cursos do Departamento de Artes Cênicas (CAC), sede da Escola de Artes Dramáticas (EAD), do Departamento de Música (CMU), do Departamento de Artes Plásticas (CAP), do Departamento de Jornalismo e Editoração (CJE), do Departamento de Relações Públicas, Propaganda e Turismo (CRP) e do Departamento de Cinema, Rádio e Televisão (CTR), sinalizados no mapa abaixo; ao prédio principal da unidade (prédio 1 na Figura 1) e, principalmente, à área de convivência chamada pelos alunos de “prainha”. Logo em frente se vê a sede do Centro Acadêmico Lupe Cotrim (CALC), sinalizado no mapa; a sede da Associação Atlética Acadêmica Lupe Cotrim (Ecatlética), no mesmo prédio do CALC; e a lanchonete da unidade.

⁸ Sobre o tópico, ver a pesquisa *Interações na USP*, promovida pelo USP Mulheres (2018).

Figura 1 – Mapa da ECA

Fonte: Adaptado de USP, 2020b.

A grade está sinalizada com linha pontilhada no mapa da Figura 1. Essa ação foi considerada pelos alunos como sucateamento e repressão dos espaços de convivência e lazer dos estudantes. Várias iniciativas, como o “Festival Prainha Fica!” e o “Canil_Espaço_Fluxus de Cultura”, no formato de intervenções culturais e festas, trataram da questão, mas não serão aprofundadas aqui, pois isso foge do objetivo da pesquisa.

A segunda peculiaridade era que a área de convivência, a “prainha”, passou a ter como único acesso (após a colocação das grades) uma passagem pelo prédio central (indicado com uma seta vermelha na Figura 1). Sendo assim, o fluxo de pessoas pelo prédio era constante e não necessariamente de pessoas da unidade. Isso fez com que, em momentos como a Quinta i Breja, detalhados adiante, existisse no prédio principal da ECA a convivência e interação entre outros membros da comunidade USP, bem como de fora dela.

Mais do que uma imersão no espaço físico, cabe aqui um destaque ao que ele representava simbolicamente. Para isso, usa-se o conceito de territorialidade de Claude Raffestin (1993, p. 161): “A territorialidade se inscreve no quadro da produção, da troca e do consumo das coisas. Conceber a territorialidade como uma simples ligação com o espaço seria fazer renascer um determinismo sem interesse. É sempre uma relação, mesmo que diferenciada, com os outros atores.”. Dessa forma, o espaço aqui revela mais do que um ambiente escolar, mas se ressignifica por meio da intervenção dos alunos, principalmente na QiB, abreviatura da Quinta i Breja, detalhada adiante. Os acontecimentos também são reveladores das disputas que ali ocorrem, pois

cada sistema territorial segrega sua própria territorialidade, que os indivíduos e as sociedades vivem. A territorialidade se manifesta em todas as escalas especiais e sociais; ela é consubstancial a todas as relações e seria possível dizer que, de certa forma, é a “face vivida” e a “face agida” do poder. (RAFFESTIN, 1993, p. 162)

O *campus* foi o espaço central do estudo, pois era o palco das principais interações entre alunos e álcool, e nele que se estabeleciam as relações de poder e performatividades das masculinidades. Basicamente, a maioria dos encontros, especialmente nas noites de quinta-feira, aconteceram na “prainha”. Mais do que o cenário das ações, ela era mais um elemento na interação, a ser aprofundada no item 1.9. Sobre os ambientes, cabe um detalhamento maior dos locais de interação:

1.1.1. O campus: *prainha* & *Quinta i Breja*

Como dito, as principais interações aconteceram na “prainha”, durante as chamadas Quintas i Breja, ou QiBs. Basicamente, trata-se do que os jovens adultos paulistanos caracterizariam como “*happy hour*” em encontros geralmente frequentados por cerca de duzentas pessoas. Com revezamento entre organizadores – entidades, cursos e times esportivos – e temas como “QiBrasilidades”, “QiBook’s on the table” (referência ao curso de Editoração), “QiB dos times”, possui como objetivo a arrecadação de fundos para os interessados. Com divulgação nas redes sociais e internamente pelos alunos, a festa ocorre semanalmente. Ela reforça alguns elementos que Raffestin (1993, p. 162) recupera sobre a territorialidade: “senso de identidade espacial, senso de exclusividade, compartimentação da interação humana no espaço”. Vale retomar que as visitas constantes às QiBs permitiram que houvesse interação com outros interlocutores, principalmente mulheres, para colher a percepção delas sobre os homens, que será aprofundada no capítulo 3.

Sobre as bebidas alcoólicas, a cerveja era predominante, com ofertas de baixo custo como quatro latas de Itaipava por dez reais. Várias bebidas de alto teor alcoólico, como Skol Beats, conhaque, Corote e cachaça, também faziam parte do cardápio. O manejo e o consumo das bebidas serão detalhados no item 2.4.

1.1.2. As festas: visitas fora do campus

Com número de jovens e estrutura maiores, as festas fora do *campus* acontecem de forma mais esporádica, especialmente organizadas pelas entidades. Assim, como era um momento importante de integração dos alunos, o pesquisador também visitou uma das festas, chamada Frenesia, promovida pela empresa júnior da unidade. A festa aconteceu na Rua João Passalaqua, 80, no bairro da Bela Vista, em uma casa noturna chamada Teatro Mars. Com a casa fechada exclusivamente para o evento, a característica era a cobrança de ingressos para a entrada que davam direito a uma festa “*open bar*”, isto é, com consumo ilimitado de bebidas como chope, vodcas saborizadas, saquê, energético, água e refrigerante. A festa também oferecia algumas guloseimas, como balas e sorvetes. Além do álcool, disponibilizava-se tabaco para consumo. A dinâmica das festas “*open bar*” será mais detalhada também no item 2.4.

1.1.3. A casa: a preparação das festas e a intimidade

Outro ambiente que surgiu durante o campo foi a casa do interlocutor principal, J. Como nas casas dos estudantes aconteciam os preparativos para as festas, bem como o início do consumo de álcool, essas ocasiões trouxeram mais elementos para a reflexão e foram sinalizadoras de intimidade, de pertencimento “ao grupo”. Assim, previamente a uma QiB, o pesquisador visitou o apartamento de J, na Rua Lourenço Collino, próximo à estação Osasco da Companhia Paulista de Trens Metropolitanos (CPTM). O espaço aparece com detalhes no sub item 2.1.2, principalmente na análise dos marcadores de masculinidade ali presentes.

1.1.4. Os encontros em grupo: rodas de conversa

Ao fim do campo, outro espaço surgiu como possibilidade de interação. Dentro da ECA, uma roda de conversa exclusiva e fechada para homens se propôs a discutir masculinidades, organizada pelos próprios estudantes sob a liderança de J. O encontro aconteceu dentro de uma sala de aula no prédio principal da ECA (Departamento de Comunicações e Artes, CCA). Os homens se mostraram abertos e dividiram experiências sobre “ser homem” e, mesmo sem a presença de bebidas alcoólicas, o álcool foi uma pauta. O detalhamento desse encontro será feito no capítulo 3.

Após a apresentação do espaço físico e seu aspecto relacional, segue breve panorama de uma das principais situações de análise: as festas universitárias.

1.2. Festas universitárias e suas tensões

A questão das festas universitárias dentro do *campus* da USP no Butantã se estende por anos e, como o ecossistema da universidade é altamente mutável pela rotatividade dos alunos e da direção, a pauta acompanha essa dinâmica. Aqui não cabe uma reconstrução histórica do assunto, mas elencar algumas situações-chave para o entendimento do cenário. Para tal levantamento, foram pesquisadas matérias em meios de comunicação, principalmente internos do *campus*, como o *Jornal da USP*, veículo oficial da universidade, e o *Jornal do Campus*, veículo experimental feito exclusivamente por alunos da ECA. Também se utilizam a entrevista com a professora doutora Cláudia Lago, aqui como presidenta da Comissão de Direitos Humanos da ECA, e os estudos de Heloísa Buarque de Almeida (2019) sobre o tema.

Um dos acontecimentos-chave foi a morte de um aluno em uma festa que comemorava os 111 anos do Grêmio Politécnico no Velódromo da USP em 2014. Ainda sob circunstâncias não esclarecidas, o caso tomou uma grande proporção em toda a mídia nacional⁹. Como consequência, a dinâmica das festas mudou drasticamente. A reitoria da USP deixou mais claras para os diretores das unidades algumas diretrizes, como a proibição da venda de bebidas alcoólicas dentro do *campus*, o que forçou uma movimentação das festas para outros locais, como relatou uma matéria no *Jornal do Campus*: “Proibição empurra festas para fora do *campus*”¹⁰ (ZALEWSKA, 2017).

Inúmeros desdobramentos surgiram do fato, a destacar a investigação, via Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) da Assembleia Legislativa de São Paulo, que tinha como foco o trote universitário. Assim, casos de irregularidades, principalmente relacionados a abusos sexuais, tiveram investigação mais apurada.

A CPI, de certo modo, expunha algumas das faculdades mais importantes do país como estruturas burocráticas que haviam “silenciado” denúncias (dissuadindo vítimas de denunciar formalmente na universidade ou na polícia) ou organizado comissões apuratórias e sindicantes que teriam duvidado da palavra das vítimas, liberando os alunos agressores, muitas vezes confessos ou mesmo diante de provas documentais (tais como fotos, vídeos, mensagens

⁹ “Veja o que se sabe e o que é mistério na morte de estudante na USP” (VEJA..., 2014) e “Estudante encontrado morto usou droga e se afogou na USP, diz laudo” (PAGNAN, R; TUROLLO JR., 2014) são exemplos de matérias divulgadas nacionalmente em veículos em 2014.

¹⁰ “A proibição de festas dentro dos campi levou os alunos a buscarem espaços em outros bairros de São Paulo para confraternizar” (ZALEWSKA, A. Proibição empurra festas para fora do *campus*. *Jornal do Campus*, 15 abr. 2017. Disponível em: <http://www.jornaldocampus.usp.br/index.php/2017/04/proibicao-empurra-festas-para-fora-do-campus/>. Acesso em: 12 abr. 2020).

via internet, exames de corpo delito e laudos periciais). (ALMEIDA, 2019, p. 5)

O caso mais icônico foi o do estupro de uma aluna em uma festa universitária do curso de Medicina, “Carecas no Bosque”. O caso aconteceu em 2011 e teve grande repercussão interna¹¹, mas a investigação se prolongou até 2014. Ele se tornou um “símbolo”, pois culminou no fortalecimento de coletivos feministas e iniciativas para fortalecer as pautas das mulheres na USP, a destacar a movimentação da comunidade com a criação do coletivo Não Cala! USP, uma rede de professoras e pesquisadoras pelo fim da violência sexual e de gênero, e a movimentação institucional com a criação do USP Mulheres, iniciativa em parceria com o programa “He for She”, da Organização das Nações Unidas, que teve como consequência a instauração de Comissões de Direitos Humanos em todas as unidades.

Após esses fatos, não houve registros significativos de notícias com as festas universitárias como pauta. Apenas em 2019, uma matéria do *Jornal do Campus* divulga a pesquisa realizada pelo USP Mulheres segundo a qual mais de metade dos estudantes enxerga o espaço acadêmico como ambiente razoavelmente ou muito machista, racista e LGBTfóbico. A matéria “Estudantes começam a se organizar contra a violência na universidade”¹² divulgou algumas iniciativas, como a CAO, que será detalhada mais adiante.

Mesmo com esse contexto espinhoso, algumas festas continuam acontecendo dentro do *campus*. É o caso da Quinta i Breja, já detalhada aqui como um dos ambientes da pesquisa.

1.2.1. Vozes oficiais

Segundo uma norma instaurada pela Universidade de São Paulo, a presença de bebidas alcoólicas é ilegal dentro do *campus*. É o que reforça José Antonio Visintin, superintendente de Prevenção e Proteção Universitária, em matéria do *Jornal da USP*¹³. Na mesma matéria, ele apresentou as medidas de segurança adotadas em todos os *campi*, como a implementação do aplicativo Campus USP, por meio do qual denúncias de violência contra a mulher podem ser

¹¹ O caso também foi noticiado em alguns veículos de comunicação, principalmente os desdobramentos da investigação policial (MORENO, A. C. 'Não sou um caso isolado', diz aluna vítima de estupro em festa da USP. *GI*, 22 out. 2014. Disponível em <http://g1.globo.com/educacao/noticia/2014/08/nao-sou-um-caso-isolado-diz-aluna-vitima-de-estupro-em-festa-da-usp.html>. Acesso em 12 de abril de 2020).

¹² ESTUDANTES começam a se organizar contra violência na Universidade. *Jornal do Campus*, 04 set. 2019. Disponível em: <http://www.jornaldocampus.usp.br/index.php/2019/09/estudantes-comecam-a-se-organizar-contra-violencia-na-universidade/>. Acesso em: 12 abr. 2020.

¹³ CRUZ, A. Reitor participa de CPI da Assembleia Legislativa sobre violência sexual contra estudantes. *Jornal da USP*, 10 set. 2020. Disponível em <https://jornal.usp.br/institucional/reitor-participa-de-cpi-da-assembleia-legislativa-sobre-violencia-sexual-contra-estudantes>. Acesso em: 21 set. 2020.

feitas¹⁴. Reforçou que, desde 2015, não foi registrado nenhum caso de violência sexual na universidade e que a realização de festas nos *campi* está proibida, mas a matéria não apresentou a fonte desses dados.

Com um discurso um pouco mais próximo da realidade observada, Cláudia Lago, presidenta da Comissão de Direitos Humanos da ECA, ponderou sobre as festas e bebidas alcoólicas: “O que acontece é que a ECA tem um ambiente amigável, do ponto de vista da democracia, das relações, então não será proibido, punido, como nas outras unidades” (informação verbal)¹⁵. Ela também contou que a questão não era uma unanimidade entre o corpo docente e administrativo; há os que abominam e os que “não veem perigo” nas festas. Para ela, os cerne da questão estavam no controle e na responsabilidade: “Os alunos têm o direito de confraternizar e socializar. A Quinta i Breja não é um grande problema, pois tem um número menor de pessoas, é controlável. Agora, existem festas que absolutamente é impossível de acontecer. Juntar mais de duas mil pessoas? Não tem rota de fuga!”. Também ressaltou a questão do gênero:

As festas não são ambientes seguros. No final do ano passado [2019] houve um caso de estupro e de espancamento. Foi achada uma pessoa espancada pela manhã, a Guarda Universitária acolheu, mandou para o Hospital Universitário, a reitoria foi notificada e a diretoria, comunicada. Não sabemos mais sobre o caso, mas conhecemos violência de gênero, acreditamos ser um caso de homofobia. Homofobia tem nome e sobrenome, não foi um assalto.

O caso de estupro citado também teve desdobramentos para a diretoria, que foi notificada pelos advogados do caso.

Aqui cabe um descritivo das responsabilidades e ações da universidade em relação à violência com/entre os alunos. Os poderes da universidade eram apenas internos e punitivos, ou seja, basicamente poderia haver advertências, suspensões e expulsões das unidades. A universidade buscava colaborar nas investigações que envolvessem a justiça, mas não existia uma obrigação institucional. Assim, para haver um processo administrativo, a abertura de uma sindicância precisava ser feita e dessa forma a reitoria investigaria o caso e definiria as punições. Vale destacar aqui que, pelo regimento da USP, para se prosseguir com uma denúncia e uma abertura de sindicância elas não poderiam ser anônimas.

¹⁴ APLICATIVO Campus USP passa a registrar denúncias de violência contra mulher. *Jornal da USP*, 29 nov. 2016. Disponível em: <https://jornal.usp.br/universidade/aplicativo-campus-usp-passa-a-registrar-denuncias-de-violencia-contra-mulher/>. Acesso em: 21 set. 2020.

¹⁵ Os subitens 1.9.1 e 1.9.2 são construídos com depoimentos verbais colhidos via entrevista com a professora doutora Cláudia Lago, que ocorreu por telefone no primeiro semestre de 2020. Para evitar a repetição, as demais referências a esse depoimento serão omitidas.

O principal objetivo das Comissões de Direitos Humanos das unidades estava em acelerar esse processo, bem como esclarecer os procedimentos das denúncias. Mas a realidade da universidade se aproxima muito da realidade vivida na sociedade. A presidenta declarou que a minoria dos casos que chegaram ao conhecimento das comissões foi levada como denúncia oficial, por inúmeros motivos: “O sistema não está preparado, pois a punição é dentro da lógica do funcionalismo público, eles não estão preparados para lidar com a emergência”¹⁶. Mesmo assim, destacou a importância das comissões das unidades e da comissão geral da USP, principalmente para medidas paliativas, como o acolhimento das vítimas e iniciativas educacionais para prevenir novos casos. Citou o exemplo de uma aluna que denunciou um professor por assédio; ainda que ela não tenha seguido com a denúncia, o fato mobilizou internamente a unidade para que a aluna não tivesse aula novamente nem convivesse com o denunciado. A professora finalizou reconhecendo que ainda há muito trabalho a ser feito.

1.2.2. Vozes dos alunos

“As festas são legítimas e importantes para ocupar o espaço, para a confraternização e também para a vida acadêmica”, disse o diretor do Centro Acadêmico Lupe Cotrim (CALC), da ECA, em 2017 (ZALEWSKA, 2017). Mesmo com a passagem dos anos, o argumento dos alunos não se modificou. Durante o campo, a maioria destacou o direito dos estudantes, principalmente relativo à Quinta i Breja, de continuar com as festas dentro do *campus*.

A existência da Quinta i Breja esteve sempre sob constantes negociações. Primeiramente do espaço físico, pois o centro de convivência só possui uma saída pelo prédio central, como detalhado no item anterior. Existia um acordo para que o prédio ficasse aberto durante toda a noite, bem como para que a festa se iniciasse apenas às 22h, para o som não atrapalhar as aulas do período noturno. Nenhum aluno soube explicar ao certo como funcionava o acordo; fazia parte do “contrato velado” entre diretoria e alunos. Outras negociações existiam, como a necessidade das festas para a manutenção financeira das entidades, a proteção da

¹⁶ Além do ambiente das festas, outros exemplos podem ser utilizados para revelar a fragilidade do sistema, como as análises realizadas pela Comissão contra a Violência de Gênero do CRUSP, a moradia estudantil da universidade, em 2016. Dos 17 casos formalizados, apenas 3 foram objeto de instauração de sindicância. Vale destacar que em 11 dos 17 casos encaminhados, o acusado tinha vínculo formal e ativo com a Universidade. O relatório destaca, entre outras reflexões, o sentimento de imobilização e inoperância dos envolvidos perante as denúncias. O relatório completo está disponível online https://www.fearp.usp.br/images/acolhimento/Relat%C3%B3rio_Com_Viol%C3%A2ncia_G%C3%A2nero_no_Crusp_28_mar_2017.pdf Acesso em: 21 set. 2020.

Guarda Universitária e a presença da Polícia Militar no *campus*, mas suas problemáticas extrapolam o objetivo desta pesquisa.

Para agir sobre os casos de violência, principalmente casos de abuso, iniciativas dos alunos têm tomado conta das festas, como a CAO, que será detalhada mais adiante. Após o caso de estupro de 2019, houve uma reunião com representantes dos alunos junto à Comissão de Direitos Humanos e alguns acordos foram estabelecidos. Desde então, as festas têm continuado, com um número reduzido, e algumas mudanças estruturais foram feitas, como uma nova iluminação. Sobre o caso em si, o homem foi preso, mas nem a vítima nem o abusador eram da USP.

Mais do que uma questão restrita às festas, esse panorama revelou masculinidades problemáticas que mantêm opressões dentro do ambiente universitário. Recuperando as palavras da professora Cláudia Lago: “A ECA, enquanto instituição, precisa lidar [com as festas]. É uma questão séria. [...] Muitos me dizem que esses casos [violências em geral descritas] também acontecem no mundo. E eu digo: isso acontece no mundo, mas não pode acontecer aqui”.

2. MASCULINIDADES: PERSPECTIVAS DE “SER HOMEM” NO CONTEXTO UNIVERSITÁRIO

2.1. Perspectiva de gênero

Após a delimitação das premissas teóricas sobre a abordagem do gênero, principalmente considerando sua incompletude enquanto conceito, segue um aprofundamento nas vivências com os interlocutores. Para tal, o capítulo contempla três momentos: referenciais trazidos pelos jovens pré-universidade; como o gênero se apresenta na ECA; vivências no contexto universitário e novos marcadores. Dessa forma, o gênero extrapola uma diferenciação binária entre homens e mulheres, mas se abre em possibilidades de (novas) performatividades, outros critérios e categorias entre os grupos. Adiante seguem a dinâmica, conflitos e paradoxos dessas vivências.

2.1.1. *Gênero e repertório: referenciais que os jovens trazem na mochila*

Desde o primeiro contato, a presença de marcadores de uma “masculinidade tradicional” (BENTO, 2015) apareceu nos relatos dos jovens. Aqui a análise se vale das declarações de J, nos encontros, e de outros interlocutores, principalmente no encontro de “masculinidades possíveis”, já descrito e posteriormente detalhado no item 3.2.

A família é o primeiro ambiente em que as diferenciações entre homens e mulheres se apresentam, bem como as bases de uma “masculinidade tradicional” são ensinadas. Como em um manual, colocam-se algumas diretrizes a serem seguidas, a destacar: os homens devem ser provedores; os homens são protetores e portadores de força física; os homens não expressam emoções.

J exemplificou que falas como “cuida da mamãe porque o pai vai trabalhar agora” (informação verbal)¹⁷ eram comuns no seu seio familiar, bem como o reconhecimento do papel do pai como provedor financeiro da família. Sobre proteção, um dos jovens contou que, ao estar com uma amiga em uma “balada”, ficava sempre mais próximo “para nenhum homem mexer com ela” nem “encher o saco”. Também disse que já brigou fisicamente em festas duas vezes por esse motivo: “Eu entro nessa da proteção física”. O mesmo jovem relatou que seu padrasto

¹⁷ Este capítulo e o próximo são construídos com depoimentos verbais colhidos nas interações com J e os demais jovens universitários da ECA-USP participantes do encontro de “masculinidades possíveis”, que ocorreu durante o segundo semestre de 2019. Para evitar a repetição, as demais referências a esses depoimentos serão omitidas.

abusava do álcool e agredia a esposa. Por conta disso, foi praticar *muay thai* para “proteger a mãe” e, conseqüentemente, se afastou de coisas que considerava sensíveis, como o teatro, área pela qual sempre se interessou. Foram extensos os relatos sobre as crenças familiares de que alguns ambientes e temas, como futebol e caratê, reforçavam o papel de proteção por meio da força física e desvinculavam os homens do “mundo sensível”. Sobre a (não) expressão das emoções, os jovens elencaram “o pai” como símbolo de uma rigidez emocional a ser seguida. J citou que a mãe teve câncer de mama e que, durante seu tratamento, o pai não chorava na frente dos filhos, porém “passava 50 minutos no banho”. Outro rapaz contou que o pai “abomina qualquer tipo de emoção”, enquanto ele “chora por qualquer coisa”. Disse que não queria mudar, mesmo que essa avaliação do pai o machucasse. Além dos elementos citados, o álcool apareceu de forma essencial entre os homens no ambiente familiar para a construção das masculinidades, o que será aprofundado no item 2.4.

Os relatos deixam claro um processo de não vivência de certas experiências pelos homens, o que cria uma masculinidade centrada na interdição: “o processo de formação da subjetividade masculina ocorre a partir de algumas interdições que estarão presentes ao longo da vida dos homens” (BENTO, 2015, p. 112). Também mostram a família como agente ativa no projeto de construção da masculinidade:

a construção da masculinidade é um “projeto”, coletivo e individual em constante transformação, influenciando e recebendo influências de instituições e práticas. Partindo dessa premissa, há, ao nosso ver, necessidade de implodir categorias bipolares e de tentar voltar olhar para a rede complexa de hierarquizações de poder, construídas no cotidiano. (ARILHA; MEDRADO; RIDENTI, 1998, p. 52)

Foi possível notar o início do processo de “implosão” descrito. Os jovens já conseguiam ter uma percepção crítica relacionada ao gênero do ambiente familiar. Citaram exemplos de certas diferenciações entre homens e mulheres que consideravam “velhas”, mas ainda continuavam. J falou dos sobrinhos que, mesmo crianças, já assumiam “posições extremamente problemáticas” em sua visão. Quando J prendeu os longos cabelos, por exemplo, disseram que ele “tem cara de mulherzinha”. Também criticou a postura dos pais quando o diferenciavam de suas irmãs, pois em sua criação sempre foi estimulado a continuar estudando, o que não aconteceu com elas. Assim, enquanto ele foi o único que ingressou em uma universidade pública, as irmãs não continuaram os estudos. Mesmo consciente desse contraste, contou que a família valorizou seu feito como uma conquista individual do filho que “sempre buscou de uma oportunidade melhor”, um homem que liderou o seu destino. Com esses exemplos, é possível perceber eixos paradoxais na formação das masculinidades entre os jovens:

Sob o prisma da relação “tradicional-moderno”, as transformações na identidade masculina consistem na dissociação entre os valores com que os homens foram socializados primariamente (identificados como tradicionais, que estabelecem posições fixas, assimétricas e hierarquizadas para os gêneros dentro da estrutura social) e os valores que foram sendo incorporados ao longo de suas vidas (identificados com a igualdade, simetria, liberdade entre os gêneros). Isso gera uma descontinuidade socializatória à medida que foram socializados para estruturarem suas ações de acordo com uma identidade masculina baseada na competição, na agressividade, na violência, na repressão dos sentimentos. (BENTO, 2015, p. 108)

Pode-se afirmar que os jovens nesse recorte estão expostos a um constante questionamento de suas bagagens, seja por motivação interna, seja pelo contexto. Para esses homens, é permitido vivenciar novas perspectivas de masculinidades, havendo espaço para a expressão de novas subjetividades e sensibilidades. Novamente utilizando o conceito de projeto de gênero de Connell, “esses projetos envolvem encontros complexos com instituições (tais como escolas e mercados de trabalho) e com forças culturais. [...] Rapazes e garotas podem lutar contra a instituição ou a força cultural, bem como aceitar sua estampa” (CONNELL, 1995, p. 190). Essa problemática também se desenhou ao considerar a sexualidade, a ser detalhada adiante.

2.1.2. Sexualidade e repertório: referenciais que os jovens trazem na mochila

A experiência entre os pares também se apresentou como fundamental nas vivências masculinas, principalmente para os primeiros exercícios de outras masculinidades possíveis. Nos relatos, as vivências dos jovens declaradamente homossexuais se destacaram, pois foram marcadas pelo não pertencimento entre os iguais. Aqui, além dos informantes de todo o trabalho, utilizam-se declarações de mais dois jovens homossexuais que estavam presentes na roda de conversa.

O período da adolescência foi apontado como o mais problemático para todos os homens: “Os meninos adolescentes são um demônio. A masculinidade adolescente causa uma porrada de trauma”. J contou que, no ensino médio, queria ter amigos homens, mas não era bem aceito nos grupos. A história que mais o marcou foi uma viagem do colégio em que havia apenas outro rapaz no grupo. Quando foram dormir, este ficou com uma roupa de inverno, mesmo que fosse verão, devido à presença de J: “Dormi de cueca e o menino de pijama longo”, como se o corpo masculino pudesse despertar o desejo ou tensão/relação sexual entre eles. Esse

caráter “indomável” e de “predação” da sexualidade masculina também é relatado pelas mulheres e será aprofundado adiante no capítulo 3.

A família novamente apareceu, mas aqui se apresentou de maneira paradoxal para os jovens homossexuais. Os relatos expuseram um processo que ora mostrou aceitação/tolerância, ora disputa/enfrentamento. M, amiga de J, detalhou um pouco mais a trajetória da família em relação à sexualidade do jovem: “ah, os seus pais toleraram no começo, né?”. Ele concordou e contou que os membros familiares tiveram reações diferentes: as irmãs e o pai mostraram interesse “no mundo do filho”, enquanto a mãe não falava sobre o assunto. Quando as conversas aconteciam na família, a mãe sempre ia cuidar dos afazeres domésticos. Dessa maneira, esse processo provocava, em J e nos demais jovens, um papel de enfrentamento de suas famílias: “sou afrontosa” era uma das frases mais ditas por J quando falava da relação familiar. Esse processo foi visto de maneira semelhante em relação às mulheres quando, em suas palavras, elas “se assumiram feministas”, tópico a ser detalhado no capítulo 3.

A sexualidade dos jovens também alterou a percepção dos familiares em relação aos marcadores de masculinidades. Os jovens homossexuais relataram que suas famílias sinalizaram uma quebra de expectativa, já que eles não correspondiam às características descritas anteriormente, esperadas dos homens: “Você sabe o que você é, mas existe a expectativa do outro em relação a você. Buscar essa expectativa destrói um pouco de quem você é, em troca de algo que não é real, mas idealizado”; “cheguei aqui negando o que esperavam que eu fosse, por algum motivo fui fiel a algo dentro de mim”. Ou seja, mesmo com uma relação aparentemente pacífica na família, ainda existia uma ressignificação de valores pelos jovens.¹⁸

O exemplo mais evidente dessa disputa se deu quando houve a visita a casa de J. Ela ocorreu antes de uma Quinta i Breja que, como era temática, pedia uma “montação” especial, processo a ser descrito no item 2.2. Houve uma surpresa ao chegar no imóvel, um apartamento com dois quartos, banheiro, sala, cozinha, lavanderia e sacada espaçosas, pois era diferente do clichê universitário esperado, as conhecidas “repúblicas”, com acomodações modestas divididas entre mais moradores. J explicou que seu pai foi transferido pelo trabalho para Osasco, cidade próxima do Campus Butantã, e que a família toda já morou ali. Desde a aposentadoria recente do pai, a família retornou para o interior e “deixou” a casa para o filho.

¹⁸ Essa negociação de visibilidades acontecia de maneira mais específica do que a construção do “script do coming out”, tradicional nas vivências homossexuais, mas que fogem do objetivo desta pesquisa. Sobre o assunto, ver Carrara e Simões (2007) e Miskolci (2017).

Assim, a casa se tornou um misto entre casa familiar e casa de um jovem universitário, principalmente quando se analisam os elementos decorativos, a serem descritos adiante.

Vale pontuar que essa dinâmica da casa revelou uma dependência econômica entre J e sua família, relação vista também nos relatos de todos os pesquisados. Essa relação mostrou, entre outros fatores, um gerenciamento específico entre afeto e dinheiro. Nas conversas, os jovens relacionavam essas variáveis a todo tempo. Eis um exemplo de J: “é aniversário do meu pai no interior na sexta-feira. Tenho que ir [viajar para o interior], quero agradar meus pais, eles precisam me pagar um curso. No ano passado só voltei duas vezes e ainda ficava na casa de amigos. Mas sexta-feira tem *open bar* e eu queria ir” (informação verbal)¹⁹. Esse vínculo dependente deixava claro um cerceamento da liberdade dos jovens pela família, na visão deles, e uma limitação do enfrentamento pelos jovens. É como se o dinheiro ditasse até onde os jovens poderiam avançar e/ou impor suas vontades perante a família, o que também estava relacionado aos marcadores de masculinidades e expressão das sexualidades.

Como dito, a análise dos elementos decorativos da casa revelou que se comportavam como instrumentos de uma demarcação. A todo momento, J queria demonstrar que aquele espaço era seu. Havia elementos relacionados a sua sexualidade e/ou a certa subversão: na porta de seu quarto, via-se um quadro dos personagens Batman e Robin em um beijo, da personagem Mulher Maravilha com parte da calcinha à mostra e do personagem Capitão América bebendo cerveja. Também havia referências ao universo da arte e do teatro, como um quadro com um verso da banda Titãs: “a gente quer comida, diversão e arte”.

A menção à sexualidade não se restringia ao ambiente privado do quarto. Na sala de estar, encontrava-se um folheto informativo sobre o uso da PrEP, Profilaxia Pré-Exposição de risco à infecção pelo HIV, com o arco-íris, símbolo da bandeira LGBT, Lésbicas, Gays, Bissexuais e Transexuais. Junto ao folheto, uma foto do Papa João Paulo II, demonstração da devoção da mãe, e uma foto de toda a família, novamente reforçando a casa como espaço do conflito de valores familiares *versus* os valores do jovem.

Essa necessidade de afirmação também se via nos atos de J. Os momentos em que estava sozinho em casa sugeriam sempre maneiras de manter aquele espaço como dele: “Até já transei em cima da Bíblia”, contou rindo, “mas foi sem querer, tava aqui com um boy e a gente sentou em cima desse balcão”, sentou e apontou, “e a Bíblia tava aqui e caiu. Aí a gente entendeu que era a Bíblia e riu, meu Deus”. Vale ressaltar que, a despeito da importância da religião para a

¹⁹ Este capítulo e o próximo são construídos com depoimentos verbais colhidos nas interações com J e os demais jovens na visita a sua casa, que ocorreu durante o segundo semestre de 2019. Para evitar a repetição, as demais referências a esses depoimentos serão omitidas.

família, nos relatos não se relacionou a instituição religiosa com a limitação das vivências de sua sexualidade.

Todo esse panorama é importante, pois mostra uma diferença de repertório entre os homens relacionada à sexualidade. A família assumiu um papel central para aos jovens homossexuais, pois eles estavam em negociação constante entre os valores familiares e as vivências das sexualidades. Vale destacar que a homossexualidade se apresentou como uma alternativa de exercício das masculinidades, de caráter subversivo em relação ao “projeto” presente no seio familiar, mas, quando analisamos a relação com o álcool, essas performatividades não necessariamente se alteram; pelo contrário, a vivência dos homens heterossexuais e homossexuais foi muito próxima e, muitas vezes, reforçou alguns comportamentos “masculinos” a serem detalhados no último item deste capítulo.

2.1.3. *Repertório: outros marcadores*

Os jovens trouxeram outros materiais de suas vivências pré-universidade que ao longo do campo não se apresentaram com tanta ênfase ou fogem ao objetivo desta pesquisa. Aqui cabe destacar J em uma conversa que aconteceu também em sua casa, depois de mais intimidade entre pesquisador e pesquisado, sobre marcadores referentes à negritude.

Desde o início, J falava muito sobre os cuidados com o cabelo, volumoso e crespo. Em seu banheiro, havia inúmeros produtos e, em suas redes sociais, os *posts* com dicas de cuidados eram frequentes. Ele contou que, antes de entrar na faculdade, fez a promessa de não cortar o cabelo por um ano, o que também foi um pretexto para entender a natureza dos fios: “Eu não sabia como ele era, porque nunca tinha deixado ele crescer”. Também ressaltou que sua mãe não o autorizava a ter cabelos longos, porque os considerava feios/ruins. Ele e as irmãs tinham cabelos crespos, com variações entre si. “Eu sou o que mais tenho traços dos negros antepassados da minha família, uma tradição de cabelo ruim para a minha mãe. Eu tenho um pé na senzala, como ela diz”. “Quando eu conheci sua família, todo mundo na sua casa tinha cabelo liso”, lembrou M, e J confirmou que as duas irmãs tinham o cabelo alisado. Nesse período, uma das irmãs também começou uma transição capilar. Para J, foi uma coincidência: “não foi combinado, cada um começou no seu caminho. Depois foi bom, porque um ajudou o outro e a gente acabou dando dicas sobre produtos, sobre os cachos...”. Ainda que os dois estivessem nessa trajetória, uma das irmãs ainda apresentava cabelos alisados. Além desse relato, viu-se na casa um catálogo de uma série de eventos do Sesc: “Dos 13 aos 20:

(re)existência do povo negro”²⁰. Porém, em momento algum J se apresentou como preto, negro ou pardo durante a pesquisa. Vale também ressaltar que essa questão foi apresentada apenas por J entre todos os pesquisados.

Cabe destacar aqui o aspecto simbólico do cabelo como um marcador de pertencimento negro. A pesquisa se vale das reflexões de Nilma Lino Gomes (2003, p. 180) sobre o cabelo crespo como elemento nos ambientes educacionais:

O estudo sobre o corpo e o cabelo como ícones da identidade negra presentes nos processos educativos escolares, e não-escolares, poderá nos apontar outros caminhos além da denúncia da reprodução de preconceitos e estereótipos. [É preciso] ver a manipulação do cabelo do negro e da negra como continuidade de elementos culturais africanos, ressignificados no Brasil.

Mesmo com esse marcador, não há ainda uma identidade negra declarada por J. Também podemos apontar as reflexões de Kabengele Munanga (2004) ao mostrar a categoria negro como uma “qualificação política”, já que há uma difícil tarefa de definir quem é negro devido ao processo de embranquecimento do Brasil. Dessa forma, por meio de uma declaração não fixa, esse marcador se torna flutuante a depender do contexto em que o sujeito está inserido, sendo reforçado, como na universidade, ou negado, como no ambiente familiar, de certa maneira como também foi visto no âmbito das sexualidades.

Vale reforçar novamente que, embora esse marcador seja importante para entender o contexto dos interlocutores, não se observou uma diferenciação devido a marcadores de raça/etnia nas situações do campo. Isso se deve, como já citado, à questão da “branquitude” como “fantasia de invisibilidade” da questão racial da universidade e ao recorte dos entrevistados. Além disso, devido ao pouco material sobre esses marcadores, também não houve uma diferença estabelecida entre as masculinidades na questão de raça/etnia, tampouco uma diferença no consumo de álcool.

2.1.4. *Gênero na ECA, uma breve introdução*

Além das referências de seu repertório individual, todos os entrevistados possuíam alguma familiaridade com o termo gênero devido ao contato com o tema na universidade: ele estava presente nas rodas de conversa, nas mensagens, em *posts* e em festas. Esse fenômeno se

²⁰ Programação especial do Sesc São Paulo em junho de 2019 com discussões sobre negritude. (SESC SÃO PAULO. *Do 13 ao 20: (Re)existência do povo negro*. 2020. Disponível em: https://www.sescsp.org.br/programacao/189681_DO+13+AO+20+REEXISTENCIA+DO+POVO+NEGRO#/content=turismo. Acesso em: 13 ago. 2020).

deve principalmente ao formato do ambiente universitário. Aqui se faz um paralelo com os estudos de Berenice Bento (2015), que, ainda que com outro recorte, homens mais velhos, encontrou características semelhantes quanto ao papel da universidade:

A universidade mostrou-se como um espaço que, além de potencialmente possibilitar a ascensão social (marca da conjuntura histórica do Brasil dos anos 1960 e 70), tornou-se um locus privilegiado para encontros e debates. Além de ser um espaço onde os valores individualistas, identificados com a liberdade e a autonomia, mais prosperaram. Foi nesse espaço, prioritariamente, que visões de mundo começaram a ser questionadas e outras passaram a ser defendidas. (BENTO, 2015, p. 186)

Dessa forma, era natural que as “problematizações das pautas” acontecessem nesse ambiente, bem como que ditassem novas experiências e propostas de masculino e feminino. Mesmo assim, havia uma diferenciação entre as abordagens em relação ao feminino – capitaneadas pelas mulheres e geralmente organizadas sob a ótica feminista – e as abordagens em relação ao masculino – não discutidas entre homens e mulheres com o mesmo grau de maturidade. Inúmeras são as razões do contraste entre como homens e mulheres trabalham gênero; exemplos como a dificuldade dos homens em tratar do “mundo do sensível” e um certo discurso “de vítima” dos homens ajudam a explicar essa disparidade. Todos esses pontos serão analisados com maior profundidade no capítulo 3.

As primeiras conversas que tive com J já trouxeram uma diferenciação entre homens e mulheres. Nos espaços físicos, alguns marcadores ainda eram mantidos, como por exemplo a divisão entre os banheiros durante a Quinta i Breja. Apenas as mulheres utilizavam os sanitários dentro da área de convivência; neles os homens eram barrados: “só mina entra, porque a gente se vira, né?” (informação verbal)²¹, justificou J apontando os arbustos e as árvores presentes na “prainha”. Essa hierarquia entre os espaços reforçou a arquitetura como mecanismo de produção e fixação das diferenças de gênero, como presente nas reflexões de Preciado (2013) sobre os banheiros públicos. Para ele, os banheiros atenderiam mais que necessidades fisiológicas; também “necessidades de gênero” em que masculino e feminino seriam reforçados como diferentes: as mulheres sendo protegidas e restritas aos espaços privados enquanto os homens afirmam-se nos espaços públicos.

Outros marcadores se mostraram específicos do contexto, como a organização de homens e mulheres. As mulheres possuíam centros de discussão exclusivos, em que a presença

²¹ Este e os capítulos seguintes são construídos com depoimentos verbais colhidos nas interações com J e os demais jovens universitários durante as QiBs e festas universitárias, que ocorreram durante o segundo semestre de 2019. Para evitar a repetição, as demais referências a esses depoimentos serão omitidas.

dos homens não era permitida, como o coletivo feminista e a CAO. Pautas como feminismo, equidade e violência eram conversadas. A visão das mulheres sobre gênero será aprofundada no item 3.1.

Os homens, por sua vez, não apresentavam qualquer tipo de organização. Segundo J, “ser homem” era pouco discutido nas rodas – entre seus amigos e em outras turmas – e existia um receio com a pauta das masculinidades: “como você pensa masculinidades sem passar pano para macho escroto?”. A pergunta de J revela uma dinâmica entre grupos e uma diferenciação entre os homens que serão aprofundadas adiante. J também afirmou que as mulheres tratam o tema das masculinidades com aversão e se queixou de algumas afirmações de suas amigas, como a de que “não existe sororidade masculina” e a de que a existência de “um grupo de homens é reafirmar o privilégio masculino”.

J disse sentir falta de discutir essas questões com seus amigos e questionou: “o masculino só serve para ser masculino?”. Podemos inferir, por meio da afirmação de J e de outras evidências descritas adiante, que havia ali o início da construção de uma masculinidade crítica. Novamente citando Berenice Bento (2015, p. 92), “crítica no sentido de que há uma reflexividade tanto do modelo inculcado na socialização primária, identificado como tradicional ou hierárquica, como uma negação ou até uma repulsa, por parte dos entrevistados, dos homens que atualmente, performatizam esse modelo”. Um detalhamento de como se construíram essa crítica e essas novas possibilidades será abordado no próximo subitem.

2.2. Masculinidades e marcadores

Cabe aqui um aprofundamento de como as masculinidades foram apresentadas nas experiências universitárias e de seus mecanismos que, consequentemente, estabelecem hierarquização e poder. Para o detalhamento, fez-se uma divisão pelas vivências entre os grupos: o contexto entre os homens, a destacar o esporte; o contexto em grupos mistos, a destacar a vestimenta e a permissividade; a visão das mulheres, a destacar a classificação dos homens.

2.2.1. Marcadores & masculinidades no contexto: vivências entre os homens

Como dito, uma das principais situações das vivências foram as Quintas i Breja. Reforçando, a festa era voltada para a comunidade USP em seus mais variados grupos, que podiam ser formados apenas por homens, apenas por mulheres e mistos. E, como um

comportamento típico da juventude, nas festas existiam “temas” agregadores de pessoas. Os dois temas principais dos grupos dos homens eram as unidades USP e os esportes.

As unidades USP possuem todo um ecossistema de identificação: cores, mascotes, entidades, cargos, siglas... A dinâmica universitária fica condicionada a esses símbolos, que destacam e diferenciam os jovens diante dos outros grupos. Assim, quanto mais símbolos, mais pertencimento e mais destaque dentro e fora dos grupos. O contato com esse universo simbólico foi feito através das vivências nas festas, mas também poderia ter sido observado quanto ao funcionamento das entidades universitárias, objeto que foge do recorte da análise deste trabalho.

Todo esse contexto encanta, principalmente os recém-chegados. Em uma das QiBs, em certo momento da noite um grupo de meninos se destacou no meio da multidão, com gritos e garrafas de bebida na mão. “A Poli dá dando *shot* de graça”, comentou um novato. Alguns alunos da Escola Politécnica divulgavam uma festa da unidade e, para chamar a atenção, levaram algumas garrafas e distribuíram “*shots*”, pequenas doses de bebida. Logo as garrafas acabaram, mas os alunos continuaram na festa. Diferentemente dos outros presentes, estavam com camisetas com o símbolo da faculdade, azul e amarelo, e com sua mascote, o rato.

Outra ferramenta de diferenciação importante entre os grupos de homens é o esporte. Pertencer a um time e ter destaque dentro dele – como capitão ou DM (diretor de modalidade, o responsável pelo time dentro da Ecatlética) – tem importância no contexto. Durante as QiBs, alguns grupos, como os atletas dos times de tênis e de futebol, usavam uniformes ou acessórios esportivos, principalmente porque alguns treinos aconteciam no horário noturno. Como já dito, algumas QiBs eram temáticas e serviam como ferramenta de arrecadação de fundos para os times. Dessa forma, o uso de uniformes também se tornava uma maneira de chamar a atenção para o tema do evento. Alguns times se organizavam para vender outros tipos de bebidas alcoólicas – caipirinhas, pequenas doses de cachaça e conhaque –, tabaco e alguns “*snacks*”. O manejo e a venda do álcool serão descritos no item 2.4. De qualquer forma, a ligação entre esporte e álcool se dava de maneira natural: praticar esportes não impedia os atletas amadores de consumir álcool e o financiamento da prática esportiva pela venda de bebidas não gerava questionamento entre os jovens.

Além de as modalidades representarem a unidade em jogos universitários – intraunidades e entre outras faculdades –, outro evento esportivo importante do qual participavam era o campeonato interno de futebol: o Intereca. Nele, doze times competem em chaveamentos para coroar dois times campeões: masculino e feminino. Os jogos acontecem em um local externo ao *campus*, pois o encontro vai muito além do campo de futebol.

Antes mesmo dos jogos, já houve um aquecimento do evento. Em *posts* nas redes sociais, os times apresentaram seus nomes e seus integrantes: Joquempô, FutAv, Arrapaziada, Cracks, Felipe+10, Mais ou Menos, e Bolsinha e Amigos eram alguns dos exemplos de nomes dos times, referentes aos cursos dos jogadores ou aos capitães do time. Os times femininos, em menor quantidade, tinham nomes como Amigas da Bonin, KenLiga e NaCanga. A apresentação contou com fotos e vídeos que satirizavam a linguagem esportiva e, em muitos deles, o álcool se fez presente.

Figura 2 – Intereca

A legenda da foto dizia: “A gente vem forte pro intereca!
Time já entrou em concentração e está preparadíssimo para ganhar esse caneco.”
Fonte: ECATLÉTICA, 2019.

Nessa edição, além de toda a expectativa do evento, havia uma novidade: J e seus amigos se inscreveram no campeonato e se apresentaram como primeiro time LGBT na competição. Assim nasceu o Don’t Call Me Hétero, em homenagem à música “Don’t call me Angel” das divas *pop* Lana del Rey, Miley Cyrus e Ariana Grande. O fato foi tão representativo que rendeu uma matéria no *Jornal do Campus*. Segundo o veículo:

o futebol como espaço masculinizado passou a ser questionado por um grupo de alunos LGBT da Universidade de São Paulo [...]. [Seu objetivo é] fazer do esporte, predominantemente “hétero”, um lugar acolhedor para as pessoas LGBT. Foi assim que o time nasceu com 11 integrantes de diversos cursos da ECA, dos quais todos eram “não héteros” e a maioria era negra. Por fazerem parte de uma minoria social, a Ecatlética adotou a iniciativa de diminuir o

valor da participação do Don't Call Me Hétero na competição. Apesar de não terem passado da primeira fase, os jogadores conseguiram atingir a meta de um gol na terceira partida, e receberam como prêmio um “shot” (nome dado a um certo volume de bebida) para cada integrante. (ANDRADE, 2019)

A novidade também estava na forma de apresentação do time. Os times “héteros” destacavam os seus integrantes pelo desempenho esportivo e com base no universo futebolístico; por exemplo, o time Arrapaziada criou citações falsas de veículos esportivos como *Globo Esporte* e *ESPN*: “Arrapaziada é o Real Madrid das Américas”. Já o Don't Call Me Hétero satirizava os integrantes e em seu texto destacava a orientação sexual dos jogadores, o desempenho sexual-afetivo e também seu uso de drogas. A foto de “escalação” dos jogadores era uma montagem que remetia ao grupo de funk Bonde das Maravilhas. A descrição do time dizia:

Diretamente do vale sensual, sexual e homossexual, esse time chega para espalhar alegria, diversão e talento nas quadras. Recheado com as maiores pocs [expressão para *gays* afeminados], piranhas [mulheres com vários parceiros sexuais] e noias [usuário de drogas] que já pisaram nesse instituto, o time estreante vem bem empolgado para esse interECA [...] Se somar a quantidade de bocas que esse bonde das maravilhas já beijou, dá mais de 100, e ainda assim não chega ao tanto de gols que serão feitos. (ECATLÉTICA, 2019)

O descritivo de J enaltecia sua popularidade na faculdade com elementos como desenvoltura na dança e na maquiagem, bem como ironizava uma rivalidade com heterossexuais: “J, ícone ecano que arrasa nas festas e makes, está preparado para quebrar, não é só a bunda de tanto rebolar, é a perna dos hétero também”. Todo o texto estava repleto de *emojis* de taças, medalhas e arco-íris.

Como noticiado, o time não foi um sucesso na performance nos campos, mas um marco significativo para J. Ele contou que ficou feliz com a experiência, principalmente porque o time conseguiu fazer um gol. Disse que, no último jogo, houve olhares e sussurros do time adversário, mas nada que tenha considerado preconceituoso ou ofensivo. De qualquer forma, disse que a reação dos meninos o deixou nervoso, prejudicando o desempenho do time. J não disse isso explicitamente, mas a todo momento demonstrava estar feliz que seu time não foi apenas uma piada/brincadeira, mas de fato um time sério concorrendo ao campeonato. Citou que, no último jogo, o time rival ironizou o fato de eles se reunirem para discutir táticas do jogo: “Nossa, eles estão levando a sério”. Também demonstrou felicidade pela atenção dos organizadores em estimular a participação do time, com a taxa de desconto e o “*shot*” de bebida devido ao gol.

Em suma, todos os relatos reforçaram a naturalização do espaço do campeonato como estritamente heterossexual e masculino, mesmo com a presença de times femininos e com o time inédito na edição. Vale ressaltar que o Don't Call Me Hétero se apresentou como LGBT, mas possuía apenas homens cisgênero. Além disso, em momento algum foi cogitado que integrantes de outros times, masculinos ou femininos, poderiam ser LGBTs também.

O Intereca revela dois eixos fundamentais na vivência entre os homens. O primeiro é a validação, tendo o medo como emoção prevalente:

O fato dos homens precisarem da aprovação de outros homens faz com que tenham medo de que outros homens percebam as sensações de insuficiência que sentem. Para Kimmel (1994), o que chamamos de masculinidade é, muitas vezes, uma barreira para impedir que a insinceridade seja descoberta, um excessivo número de atividades que impedem os outros de verem os homens como realmente são e um ensandecido esforço para controlar os medos interiores. O verdadeiro medo “não é o medo de mulheres, e sim o de se sentir envergonhado ou humilhado diante de outros homens, ou de ser dominado por homens mais fortes” (Kimmel, 1994, p. 129). Não seriam estes motivos sociologicamente fortes para explicar o porquê dos homens terem medo de falar de suas dificuldades? (BENTO, 2015, p. 134)

A insegurança relacionada ao desempenho esportivo e ao olhar dos outros times ilustrou essa “insuficiência permanente” entre os homens homossexuais e heterossexuais, que se encontraram em disputa, nesse caso literalmente, no jogo de futebol. Há também mecanismos de valorização de outros atributos que seriam “rejeitados”, como no descritivo do Don't Call Me Hétero, que serão mais bem entendidos na análise das festas.

O segundo eixo seria o uso de instrumentos culturais, como o esporte, para o estabelecimento de masculinidades socialmente dominantes. Nas palavras de Connell (2013, p. 263):

O consenso cultural, a centralidade discursiva, a institucionalização e a marginalização ou a deslegitimação de alternativas são características amplamente documentadas de masculinidades socialmente dominantes. Também muito apoiada é a ideia original de que a masculinidade não necessita ser o padrão comum na vida diária de meninos e homens. Em vez disso, a hegemonia trabalha em parte através da produção de exemplos de masculinidade (como as estrelas dos esportes profissionais), símbolos que têm autoridade, apesar do fato de a maioria dos homens e meninos não viver de acordo com eles.

O uso da linguagem esportiva e o seu retrato como linguagem única masculina demonstram como outras possibilidades, como um time LGBT, eram consideradas incabíveis ou, como no contexto, inéditas e diferentes. Assim, mais do que uma disputa em campo e do

uso da força física, revelou-se uma disputa simbólica com o uso de diferentes ferramentas para o estabelecimento de uma imagem masculina.

Além da disputa esportiva do Intereca, existia um campeonato paralelo de “*flip cup*”: um jogo com o objetivo de fazer os integrantes beberem mais rápido. Geralmente com cerveja em copos de plástico, dois jogadores ficavam frente a frente em uma mesa, bebiam todo o líquido e tentavam fazer o copo vazio de plástico ficar com a boca no tampo da mesa usando apenas com uma das mãos. Concluída a tarefa, eles retomavam a operação, até que toda a quantidade de cerveja estipulada, geralmente duas latas, fosse consumida. Nesse novo campeonato, os vencedores também eram premiados. Vale ressaltar aqui que esporte e álcool estavam juntos, mas não de maneira conflitante; a festa só ficava completa quando os jogos aconteciam nos campos e nas mesas. Mesmo que mulheres também participassem dos jogos, eram os elementos masculinos – o elemento de resistência e de força, “quem aguenta mais” – que indicavam o sucesso ou fracasso no jogo. A “resistência” enquanto marcador ficará mais evidente na análise das festas, feita adiante.

Além de no “*flip cup*”, o álcool era consumido a todo momento, disponível na intitulada “casinha da breja”. Ali a organização contava com cerveja, energético, isotônico e outras bebidas (Skol Beats) para os participantes. Mais detalhes sobre o consumo de álcool e jogos serão descritos no item 2.4.

2.2.2. *Marcadores & masculinidades: vivências entre homens e mulheres*

Em grupos mistos, compostos por homens e mulheres, os encontros e desencontros se davam por pertencimento a uma disciplina, um curso, uma entidade ou por razões afetivas. De qualquer modo, dois temas se destacaram nesses grupos: a “montação” e a sexualidade dos homens.

A “montação” era o processo que acontecia antes das festas para preparação de “*makes*” e “*looks*” chamativos a serem usados em ocasiões especiais: festas fora do *campus* e QiBs temáticas. Era o momento em que (alguns) homens e mulheres trocavam mais dicas e favores relacionados ao vestuário e à maquiagem.

Essas ocasiões eram vistas como mais permissivas, em que principalmente alguns homens podiam brincar com os limites entre o masculino e feminino. Além disso, as roupas serviam para destacar as pessoas no contexto universitário; J contou que muitos o conheciam como “gato da Alice”, devido a um macacão listrado nas cores rosa e roxo, que remetem ao famoso personagem, usado por ele em algumas festas.

As mulheres tinham papel fundamental na “montação”, que geralmente acontecia previamente na casa dos jovens, pois muitas vezes eram elas as responsáveis pela maquiagem e pelas peças desses homens. M, em uma das QiB com tema “Halloween”, ficou responsável pela caracterização de J. Ela já estava maquiada, com o rosto remetendo às famosas caveiras mexicanas, enquanto preparava J, que estava sem camisa, sentado no sofá, com uma faixa em seu longo cabelo para deixar o rosto à mostra. M fez teias de aranha no rosto de J, que, ao ver o resultado, brincou: “Ficou perfeita porque eu sou a tela”, fazendo uma comparação de seu rosto com um quadro.

Além da maquiagem, J contava com batom vermelho, uma blusa justa preta de manga longa, um *short* preto estampado com leões (mascote da faculdade), uma meia arrastão e uma pochete na transversal, customizada com cores e brasão da ECA. M estava com *top* e saia pretos, além de longas unhas vermelhas. Já produzidos, o destino era o *campus* Butantã, para a QiB. Devido ao “Halloween”, o salão do prédio residencial, próximo à recepção, estava repleto de crianças e famílias que compartilhavam doces. J brincou que queria passar ali “para afrontar”. “Ele tá todo militante, ele”, disse M, com uma voz cansada. J, como uma justificativa, apenas relatou “estamos em Osasco, esse prédio é bem tradicional, bem família” e riu.

Essa postura desafiadora por meio das roupas também apareceu em outras ocasiões. J contou que a meia arrastão foi comprada no centro comercial de Osasco. Quando foi às compras, se vestiu no banheiro masculino, pois iria diretamente para uma festa: “Saí assim ali no meio (do centro comercial), bem afrontosa”, brincou usando o adjetivo feminino. De qualquer forma, J não relatou episódios que envolvessem violência ou injúria devido às roupas e, ao passar pela recepção do prédio, não houve reações, pelo menos não explícitas.

Apesar dessa postura, J reconheceu que se veste na maioria das vezes, em suas palavras, de forma “normativa”. Contou que sua mãe cuidava da compra das roupas dos filhos, o que gerava “um guarda-roupa normativo. Só tinha camisa polo, bermuda...”, peças que usava na maioria dos encontros. J reforçou que os elementos que considerava não normativos – maquiagem, roupas femininas e fantasias – eram novos em sua história.

Na QiB, havia outros homens com elementos femininos no vestuário e maquiagem. Muitos estavam até mais caracterizados que J, com *tops*, sutiãs, vestidos, transparências e esmalte nas unhas. Alguns homens aproveitaram o tema e buscaram inspiração em personagens: um deles estava fantasiado de Frank-n-Furter, a “travesti alienígena” protagonista do filme *The Rocky Horror Picture Show* (1975). Entre eles, um se destacou pela caracterização: longos cabelos, vestido elegante e sapatos de salto alto. Ele se apresentou usando pronome masculino e disse que estava montado apenas para a festa. J, já alterado, exaltou o amigo, dizendo “você

é perfeita, sem defeitos”, e se ajoelhou aos seus pés. O amigo riu, mostrando as unhas pintadas, pegou em seu rosto e comentou: “você tá bêbado, né?”. Eles riram e trocaram elogios. A afetividade potencializada pelo álcool entre os homens será mais bem explorada no subitem 2.4.6. Vale ressaltar que, mesmo com a exploração de elementos femininos nas roupas, não havia uma identidade feminina, fosse como *drag queen*, fosse de gênero. Esses homens muitas vezes utilizavam expressões no feminino, no entanto não faziam uso de outros artifícios – uso de banheiros femininos, nome próprio feminino...

Outro fator que influenciava a “montação” era o contexto de consumo cultural dos jovens. Nas suas referências, estavam cantoras *pop* que são *drag queens*, como Glória Groove e Pablo Vittar. Elementos da “cultura *drag*” estavam sempre presentes, como exemplos a serem seguidos. Durante a sessão de maquiagem, J ouvia o lançamento da música de Pablo Vittar “Amor de que” e brincou: “eu, quando for *drag*, vou ser assim”. Na rede social Instagram, J publicou uma foto em que estava maquiado com lápis no olho e batom preto, com a legenda: “Tá pronta pra pista. Se joga na vida”, trecho de uma música de Glória Groove. Sobre a foto, J contou que a fotógrafa queria que ele mantivesse a barba “para ter mais impacto, ficar mais estranho”, mas ele negou veementemente: “ai, não quero barba, quero mais feminina”.

As roupas iam além de uma forma de expressão criativa individual; elas eram um sinalizador dos grupos e promoviam destaque, ou discrição, dentro dos grupos de homens. J apresentou ao pesquisador um amigo que, diferentemente dos outros da roda, estava apenas de camiseta branca e boné. Contou que ele tinha o apelido de Major, mas J não sabia a origem do nome: “talvez porque seja muito hétero”. Também disse que se surpreendeu por ele estar naquela roda, pois para J ele pertencia a outro grupo, dos “héteros”, que não se misturavam com alguns grupos e (re)afirmavam mais sinais de normatividade.

Essa divisão ficou mais clara quando se analisaram as roupas na festa fora do *campus*. Mesmo não tendo um “*dress code*” específico, a festa inspirou os frequentadores, que usavam adereços remetendo a um universo mágico: duendes, fadas e elfos. Realmente eles levaram a sério a “montação” e não foram nada discretos. J, por exemplo, estava com uma orelha de coelho, maquiagem, *short* rosa e uma regata branca customizada. Também vale destacar que, além dos “*looks*”, houve uma produção de fotos e vídeos para *posts* nas redes sociais, ponto a ser analisado no subitem 2.3.2.

Ao chegar à festa, existia uma divisão bem clara na forma de se vestir e se comportar entre os grupos de homens. Para ilustrar o ponto, usa-se aqui o registro em fotos da festa feito

pela organização e disponibilizado via rede social. Após a análise das 413 fotos²², identificaram-se com clareza 134 homens. Nas tabelas 1 e 2 segue um levantamento dos principais elementos das vestimentas masculinas:

Tabela 1 – Descrição dos itens de vestuário dos homens na festa

Roupas	Quantidade
Camisa florida	23
Camiseta branca	21
Camiseta preta	18
Camiseta outras cores	13
Camisa preta	11
Camisa branca	9
Camiseta rosa	6
Camiseta verde	5
Camiseta azul	4
Vestido	2
Túnica	2
Transparência (camisa, blusa, camiseta...)	2
Sem camisa	2

Tabela 2 – Descrição de acessórios e maquiagem dos homens na festa

Acessórios & maquiagem	Quantidade
Acessório cabeça: outros	14
Acessório cabeça: flor	10
Maquiagem	9
<i>Glitter</i>	4
Acessório cabeça: coroa (rei ou louros)	4
Óculos coloridos	3

²² AGÊNCIA DE COMUNICAÇÕES ECA JR. Frenesia Mística [Álbum]. **Facebook**, 2019. Disponível em https://www.facebook.com/pg/agenciaecajr/photos/?tab=album&album_id=3013731588641488&ref=page_internal. Acesso em: 13 ago. 2020.

Peruca	2
Boné	1

Fonte: Elaboração própria, 2020.

Esse descritivo deixa mais clara a forma como se dava a divisão dos grupos. A maior parte dos homens contava com vestimentas mais comuns: camisas e camisetas nas cores preta e branca representavam a grande maioria das roupas dos presentes. Vê-se a descrição como normativa entre a maioria dos homens, principalmente no comparativo com homens com elementos mistos, detalhados adiante. Além da vestimenta, a natureza das caracterizações também revelou alguns padrões e reforços de elementos masculinos. Dos homens fantasiados, a maioria estava com acessórios que remetiam a marinheiros, piratas e gladiadores (classificados como “outros” na tabela). As fantasias reforçavam traços de uma masculinidade que valoriza a aventura, a coragem e o desbravamento. Essa “obsessão” dos homens pelas “armas” é analisada por Pedro Paulo Oliveira (2004) como uma ferramenta de construção da masculinidade dos Estados modernos, em que a segurança – a carreira das armas, os exércitos nacionais – seria tão fundamental para a imagem dos homens – os duelos, a busca por soberania e liberdade – que se torna parte do imaginário masculino até hoje.

Vale pontuar que, mesmo que não tenha sido parte do levantamento, observou-se que a maioria das fantasias entre as mulheres também reforçava elementos ditos femininos, sendo fada a principal personagem entre elas. Apenas I, amiga de J, estava em uma versão feminina de gladiador. Outro fator de destaque é novamente a influência das mulheres sobre as roupas dos homens: dois deles estavam combinando suas fantasias com as das supostas namoradas, formando um casal de fadas e outro casal de Padrinhos Mágicos, personagens do desenho animado infantil.

Já para uma minoria dos homens presentes, existiu a possibilidade de fluidez entre elementos masculinos e femininos, principalmente nos acessórios: maquiagem e flores, por exemplo. Nas tabelas também se aponta o uso de *glitter* como um elemento diferenciado. Esse item, junto da camisa florida, também destacada, era um marcador importante, principalmente para a classificação dos homens pelas mulheres, e será explorado com mais profundidade adiante. Também vale esclarecer que a soma dos itens não contabiliza o número total dos registros dos homens na festa, já que muitos possuíam mais de um item descrito e/ou mais de uma foto como registro.

De qualquer forma, ainda que em minoria, a festa se destacava como um momento dos homens com elementos “mistos”. Eram eles que, junto com as mulheres, davam o ritmo das festas. Assim, se podemos dizer que no esporte os grupos de homens possuíam destaque e centralidade, nas festas os grupos mistos, de mulheres, homens e suas vestimentas mais chamativas, dominavam o ambiente e ditavam a cadência. As roupas tinham destaque junto com a música, a dança e outros elementos. Um exemplo dessa dominância foi quando, durante a festa, os integrantes do time de futebol masculino, em sua grande maioria “não fantasiados”, entoaram um grito de guerra, mas logo foram silenciados pela comemoração dos demais presentes, porque um *hit pop* começou a ser tocado pela DJ. Algumas outras reflexões sobre o ambiente das festas serão aprofundadas adiante, principalmente sobre como o álcool compõe esse cenário e qual é o seu papel entre os grupos, no item 2.4. Também cabe ressaltar que, embora o espaço das festas não se apresentasse como um momento de destaque “entre os homens”, eles possuíam um papel importante no campo das afetividades. Isso será descrito com maior profundidade no item 2.3.

Dessa forma, ficou claro que roupas e acessórios não ditavam a sexualidade, mas eram fundamentais nas expressões de masculinidades entre os homens naquele contexto. Eram marcadores das performatividades e dos papéis possíveis nas festas. Vale reforçar que para alguns homens era permitida essa fluidez, enquanto para outros isso não era uma possibilidade. Para além de ser possível ou não, havia um exercício de subversão, com o destaque de atributos que em outros contextos poderiam ser condenados ou subjugados. As festas subvertem a ordem por meio da estética e fazem com que “grupos subalternos” se destaquem. Essa lógica da subversão é analisada em estudos de grupos urbanos, como *punks* (ABRAMO, 1994), mulheres homossexuais (FACCHINI, 2008) e homens homossexuais em São Paulo (SIMÕES; FRANCA; MACEDO, 2010). Nas palavras dos autores do último estudo:

Lugares de lazer e sociabilidade erótica podem ser terrenos férteis para avaliar como pessoas materializam visões de si mesmas com vistas a se aproximar e se distinguir: não estamos falando apenas de pura diversão ou escape, mas também de expressão e projeção de aspirações e desejos. Assim, no esforço de mapear e desvendar as articulações entre esses marcadores de diferença, daremos ênfase à dimensão estética. A estética pode ser construída de diferentes maneiras, de modo a destacar ou encobrir os distintos atributos de prestígio ligados à produção social de cor/raça, assim como de gênero e sexualidade. Sugerimos aproximar essas preocupações à noção de estilo formulada por Hebdige (1979; 1988). A visão de Hebdige salienta a capacidade dos grupos subalternos de “embelezar, decorar, parodiar e, sempre que possível, superar uma posição subordinada que nunca foi de sua escolha”. (SIMÕES; FRANCA; MACEDO, 2010, p. 48)

Outro tema central entre os grupos mistos era a sexualidade. Aqui havia uma aliança entre homens homossexuais e mulheres para classificar os (outros) homens a partir de sua sexualidade – mesmo com a bissexualidade aceita no contexto, a classificação se limitava a heterossexuais ou homossexuais – e buscar marcadores que tentavam “decifrar” a sexualidade do outro para, enfim, avançar ou retroceder nos jogos de afetividades. Um exemplo foi quando M, interessada por um rapaz, apontou em sua direção e perguntou para J “ele é uma poc?”, se referindo a homossexuais afeminados. Quando um *funk* começou a tocar, o homem puxou uma coreografia, rebolando, e M complementou “ficou bem claro agora!”, já que a forma de dançar confirmaria a homossexualidade do homem ali presente, bem como a desistência dela na busca por alguma conexão afetiva. As roupas e a dança eram as principais formas de classificação da sexualidade registradas, mas, como já dito, não eram diretamente relacionáveis. Dessa forma, se faziam “apostas” que geravam discussão entre os grupos mistos. Outro exemplo foi quando J queria beijar uma mulher, mas recebeu uma negativa e disse para M: “eu quero pegar uma menina, mas ela quer te pegar”. Ele riu: “eu sofro, tá?”. M mostrou outro homem e J foi enfático: “certeza que é hétero! Beija então!”, devido ao modo como ele estava vestido. Essa gestão dos afetos será mais detalhada no subitem 2.3.1.

Após a exposição, ficou claro que as interações entre os grupos mistos estavam, entre outras variáveis, condicionadas a marcadores que privilegiavam certos tipos de masculinidade, fosse por meio das roupas, fosse pela sexualidade. A todo momento havia uma busca por marcadores que deixassem clara a separação entre as “categorias de homens”. Também vale ressaltar que o álcool, objeto central da pesquisa, não apareceu como elemento diferenciador entre grupos nesse contexto, o que será visto com detalhes no item 2.4. A seguir, fica mais claro como esses marcadores também eram uma ferramenta para as mulheres.

2.2.3. *Marcadores & masculinidades no contexto: a visão das mulheres*

A presença de interlocutoras mulheres no campo foi fundamental para expandir perspectivas das performatividades masculinas. As reflexões aqui presentes vieram principalmente da conversa com L, diretora da CAO, durante uma QiB. Toda a estrutura da organização, bem como a implicação do papel das mulheres e dos homens, será detalhada no capítulo 3. Ao ser perguntada sobre o convívio com os homens no ambiente universitário, L foi categórica em classificá-los em três tipos: o primeiro seria “aquele homem macho escroto [...]”, um cara muito hétero, que gosta de futebol, de cerveja e de carro, que fala ‘peguei muitas

ontem’. Não sabe falar de outra coisa”. Também disse que esse tipo é raro na faculdade, mas comum em sua cidade de origem; “no interior são todos assim”.

A segunda categoria de homens seria mais aberta a outras performatividades, mas ainda preservando valores que ela dizia serem machistas. Possuía outros marcadores: “ele é *indie*: (usa) camisa florida, *glitter*, geralmente bissexual, não é macho tóxico, mas é escroto: transa e no outro dia não fala nada”. Geralmente transitava entre os grupos e convivia com “os machos escrotos”, mas era visto pelas mulheres como o elemento diferente nesse grupo. Segundo L, também eram homens que discursavam muito sobre feminismo: “eu defendo as mulheres, sou liberal, eu defendo o poliamor, eu sou feminista... Quando o cara se defende, você já sabe que ele é escroto também”. Entre todos os marcadores, ser bissexual era a maior vantagem no campo afetivo: “se ele é bi, ele não é tão escroto assim, mas eles são. Porque é cultural do homem essa coisa de ser criado com ‘quando meu filho crescer, vai ser pegador’. Todos têm a pretensão de serem agressores, a sociedade faz com que eles sejam”. Essa categoria seria a maioria dos homens héteros e bissexuais no contexto.

Para esses dois tipos de homens, L trouxe elementos de uma disputa entre opressor e oprimido na relação entre (certos) homens e mulheres. Assim, a busca de marcadores para a classificação dos homens, que iam da sexualidade ao discurso, possuía uma intenção de proteção. Esse receio na relação com os homens estava relacionado ao assédio e à violência que muitas mulheres presenciaram nesses ambientes, a serem detalhados no capítulo 3. Vale dizer que o álcool foi trazido com ênfase como um marcador pelos homens em seu repertório, relacionado a uma “masculinidade tradicional” (BENTO, 2015), mas apenas pontuado pelas mulheres, ponto a ser aprofundado no item 2.4.

L também considerou uma terceira categoria: a dos homens *gays*. Diferentemente dos papéis descritos nos grupos mistos, L destacou outras ações e posturas, principalmente na relação com as mulheres nas festas. Disse que eles estavam reavaliando alguns discursos, coisas como “eu não assedio, eu sou *gay*” ou “tenho nojo de buceta”, mas que ainda existiam ações que considerava problemáticas, como denúncias de homens que foram “encoxados” e mulheres reclamando de homens homossexuais que tocavam nelas sem permissão: homens *gays* dizem “se eu sou *gay*, eu posso tocar! Não é bem assim”. A despeito dessas características, mulheres e homens homossexuais apresentaram alianças para proteção e vigilância nas festas, o que vai ser descrito no capítulo 3 ao se abordar a CAO.

O sistema de classificação dos homens, mesmo com subjetividades nos critérios e um apagamento das singularidades, foi uma resposta ativa das mulheres para a insatisfação relacionada a uma masculinidade vigente naquele ambiente.

Relações de gênero são sempre arenas de tensão. Um dado padrão de masculinidade é hegemônico enquanto fornece uma solução a essas tensões [...]. Um padrão de práticas (isto é, uma versão de masculinidade) que forneceu soluções em condições anteriores, mas não em novas situações, é aberto ao questionamento – ele, de fato, será contestado. (CONNELL, 2013, p. 272)

Assim, revelou-se uma disputa no contexto: na visão delas, havia uma masculinidade vigente e exercida pela maioria dos homens que não equilibrava, pelo contrário, reforçava as tensões naquele ambiente. No capítulo 3, ao se abordar a CAO, haverá um aprofundamento nessas tensões.

2.3. Gestão dos afetos (digitais e reais)

2.3.1. *Afetos reais: rótulos*

Como visto no tópico anterior, alguns marcadores eram importantes para os jogos afetivos, como a dança e as roupas, e classificariam “categorias de homens”. Aqui a pesquisa se vale novamente dos estudos de Júlio Simões, Isadora Franca e Márcio Macedo (2010, p. 39) sobre os ambientes de lazer e sociabilidade juvenil para compreender um pouco mais o olhar dado para a análise dos marcadores:

interessa-nos pensar os modos como marcadores de diferença referidos a cor/raça, classe, gênero e sexualidade operam não apenas para classificar os frequentadores desses lugares, numa lógica de produção de sujeitos desejáveis (ou não) e de preferências de parcerias afetivo-sexuais; mas também para ordenar padrões de interação e evidenciar campos de possibilidades e de ações. Na economia erótica que informa esses lugares de sociabilidade juvenil, tratamos de focalizar narrativas e experiências colhidas no trabalho de campo como operações discursivas que colaboraram na construção de uma espécie de estrutura de atitudes, referências e expectativas acerca das relações entre cor/raça, gênero e erotismo.

Assim, mesmo com uma fluidez e uma liberdade para experimentação, era por meio de uma “afetividade-rótulo” que as interações aconteciam e, por consequência, as masculinidades eram performadas. Logo no primeiro encontro, J foi categórico dizendo que se considerava “bi[ssexual] afetivo”: “eu gosto de beijar meninas, mas só beijar, lá embaixo não rola nada” e riu. “Uma vez eu até me envolvi afetivamente com uma menina, mas deixei bem claro que não ia transar, não”, explicou. Vale ressaltar que essas performatividades não “alteravam” o discurso identitário; J se identificava como homem homossexual e reforçava esse discurso a

tudo momento, mas nas afetividades transitava em performatividades plurais. Essa ação foi vista na maioria dos jovens, principalmente entre os homens (que se identificavam como) homossexuais. Como consequência, eles estavam constantemente (re)criando rótulos que abarcassem mais vivências. Assim, J era/se identificava um homem homossexual, mas também era/se identificava como bi afetivo.

Como dito, apesar da brincadeira sobre os limites, os marcadores eram lidos a todo momento. J falou sobre a dificuldade de “pegar meninas”, já que algumas de suas ações, dançar, por exemplo, afastavam as pretendentes. Contou que, uma vez, uma mulher se aproximou dele e, ao tentar beijá-la, ela disse: “tenho um defeito: meus *crushs* são todos afeminados”. J respondeu, revoltado: “querida, era só falar não, não precisa falar assim”. Por outro lado, seus trejeitos atraíam olhares masculinos e J contou que um pretendente usou a seguinte frase com ele: “tô procurando o cara que vai fazer eu me descobrir bi”.

A bissexualidade era encarada com normalidade no contexto: “Todo hétero que entre na ECA se descobre bi”. Entretanto, como já relatado na visão das mulheres, havia marcadores que eram esperados dos bissexuais. Em uma QiB, J apontou um amigo e disse: “esse é o único bi que eu conheço que é afeminado”. Quando havia um “desacordo” entre um marcador esperado e uma prática, isso era encarado com desconfiança. J e M riram quando contaram que, na festa anterior, J “deu em cima” de um homem alegando que ele seria homossexual, já que estava maquiado. O homem recusou, dizendo que era heterossexual. Acabou ganhando o apelido entre os amigos de “hétero de delineador”.

A efemeridade era o que guiava as relações, o que se manifestava nas amizades, mas principalmente nos romances. A “pegação”, afetos sem compromisso, era a maneira comum de seguir no contexto, como J mesmo disse: “eu quero conhecer a complexidade das pessoas, por isso beijo elas”. Não obstante a ausência de compromisso, declarações eram feitas, principalmente sob influência do álcool. J, em uma festa, confessou que estava muito interessado em um “*crush*”: “eu amo o A. Ele é o amor da minha vida”. Ao ser novamente perguntado em uma QiB sobre “seu amor”, J revelou que não se lembrava de tal declaração. Ele riu: “o A não, o A é só um amigo que a gente se pega de vez em quando, o amor da minha vida é o P”. Quando J me apresentou P, este pareceu desinteressado e logo abandonou a roda; J se lamentou: “já casei com ele na minha cabeça. É a minha vênus em peixes”, se referindo ao significado que a astrologia dá a pessoas muito emotivas e sonhadoras. A influência do álcool nas relações afetivas será mais bem descrita no próximo item.

Nas afetividades, o visual era o elemento inicial a ser considerado, trazendo o corpo como um material que era analisado e marcado. Em uma QiB, J avaliou um dos homens e disse

que era “muito padrão para mim. Eu queria pegar, mas fiz promessa para não pegar padrão”, se referindo a um padrão de beleza estabelecido: o garoto era branco e tinha o corpo “definido”. J relembrou sua própria história, pois contou que na ECA, pela primeira vez, foi considerado um homem magro. Por toda a sua infância e adolescência fora “gordinho” e isso também o colocava em um padrão naquele contexto: “sou um homem cis padrão”. Ele reconhece que isso o colocou em posição de vantagem no jogo da sedução. Esse foi o um dos poucos momentos em que houve relato sobre corpo relacionado a peso; não era uma pauta muito abordada entre os homens e entre grupos mistos. Mesmo com a promessa anterior, J se aproximou de uma roda de homens e disse a um deles, que estava de regata: “nossa, moço, seu braço é muito firme”. Sem sucesso, J voltou e disse: “eu fui lá, fiz contato, tava empolgado, mas são muito héteros, né?”, falando sobre a não possibilidade de paquera na roda.

O tipo de corpo era um marcador de adequação e normalização no contexto e, geralmente, associavam-se os corpos magros e fortes aos homens heterossexuais. Não foram registradas descrições sobre virilidade – músculos, força – relacionadas aos homens homossexuais, os quais geralmente eram retratados como “pocs”, *gays* afeminados, sem um padrão definido corporal, mas ligados a performatividades femininas – delicadeza, dança, rebolar... Outro ponto era a descrição da sexualidade como um marcador quantitativo: “muito hétero”, “muito poc”, como um gradiente que se intensificava ou se abrandava de acordo com os marcadores determinados. Dessa forma, a “lógica de produção de sujeitos desejáveis (ou não)” respeitava determinadas estruturas (SIMÕES; FRANCA; MACEDO, 2010), que funcionavam no contexto para o estabelecimento de rótulos principalmente relacionados à sexualidade e aos corpos.

Mas toda essa estrutura dos “afetos-rótulos” podia ser subvertida em alguns jogos. Um deles era o “passa a bala”. Na QiB temática de “Halloween”, na mesa dos organizadores havia um recipiente de plástico que imitava um caldeirão de bruxa cheio de balas. Quando a festa já estava avançada, o jogo iniciou: basicamente consistia em passar a bala para outra pessoa, ou outras pessoas, por meio de um beijo. No meio da prainha, a pegação começava com o grito de “passa a bala!”. Nesse contexto, não havia muito espaço para os “rótulos”; mesmo assim, os homens (que se identificam como) heterossexuais não beijavam garotos, o que não acontecia com homens homossexuais, bissexuais e mulheres, que independentemente da orientação sexual manifestada acabavam usando o contexto para experimentação. O jogo não tinha um momento ideal para acabar; os casais e beijos triplos iam se encontrando – “ei, J, pega essa bala?” – e desencontrando de forma orgânica. O jogo não aconteceu em todas as festas; em todo

o campo, foi apenas nesse momento estimulado pelos alunos organizadores da festa. J me contou que, nos jogos universitários, não retratados aqui, a prática também acontecera.

Outro jogo era o beijo triplo, que, além do ato de três pessoas se beijando, geralmente envolvia homens e mulheres, que estimulavam ou não a escolha dos participantes e a efetivação do ato. A maioria dos beijos foram observados entre duas mulheres e um homem, ou entre três homens, sendo que no primeiro caso os homens tinham mais poder de escolha das participantes. Em uma rodinha, um grupo de amigos gritou “3, 2, 1, beijo triplo!” e um dos homens, já abraçado com duas mulheres, reclamou: “sai pra lá, é muita pressão vocês olhando”, preocupado com sua performance e com os olhares das outras rodas. Os amigos se viraram e ele beijou as mulheres. Logo depois, uma das mulheres se retirou. M, ao observar a cena, avaliou: “pronto, deixou só os dois, ajudou a amiga a conseguir o que queria”, vendo apenas o casal se beijando. Esse jogo mantém uma ideia de desempenho e competição, principalmente entre os homens. Esse ponto será mais bem explorado no item 2.4.

O álcool também era uma ferramenta que interferia nos afetos. Enquanto em estado de sobriedade a dinâmica dos “rótulos” se mantinha de forma estática, na combinação “jogos + álcool” ela era um pouco mais maleável, já que o objetivo era outro: promover a pegação. O álcool também era a ferramenta essencial para que a dinâmica acontecesse, principalmente no “passa a bala”, já que o jogo só começava em um momento em que todos já consumiram uma quantidade considerável de bebidas. Além do grau de ebriedade e lucidez, a venda do álcool pelos organizadores era uma forma de destaque, pois os colocava em uma posição de vantagem e era usada pelos jovens com interesse duplo: mais possibilidades de afetividades e/ou mais vendas. M, quando estava vendendo *shots*, provocou um dos homens: “eu confio no seu potencial, vai lá, leva dois *shots*”. Ao ser desafiado, o homem comprou duas doses de cachaça. Quando o homem saiu, J riu e fez piada com M: “usa seu empoderamento! Usa seu poder para matar um homem! Matar um homem de bêbado”, e os dois riram. Quando na organização dos eventos, bebidas eram oferecidas aos potenciais “*crushs*”, assim como havia negociações: um pouco mais de álcool ou alguma bebida de graça. Mais detalhes sobre álcool e afetividades serão vistos no item 2.4.

2.3.2. Afetividades digitais: *Spotted ECA-USP*

Além das interações do “mundo real”, havia uma importância e centralidade do ambiente digital para os jovens, principalmente através do acesso via celulares. Mesmo com a proximidade física, em todos os ambientes as pessoas estavam o tempo todo conectadas em

seus aparelhos. Fazia parte da dinâmica checar as redes sociais e registrar os encontros. I, em nosso primeiro contato, já fez um registro em formato de vídeo para postar em suas redes sociais. *Likes*, seguir alguém nas redes, mensagens privadas... sempre eram indicadores de proximidade e ferramentas para as afetividades.

Em um dos primeiros encontros, ao ser perguntado sobre afetividades no contexto, J me disse que estava “meio por fora do que estava rolando”, mas logo pegou o celular e apresentou a página “Spotted ECA-USP 2.0”, na rede social Facebook, administrada por um usuário anônimo que reunia recados dos alunos com o objetivo de promover a “pegação”. O texto de apresentação dizia: “a revolução está nos pequenos atos!!! Por isso ame, chame pra transar ou mande suas cornetagens [críticas] pra gnt [gente] aqui”. O texto terminava com um *link*, que direcionava o usuário para um formulário com apenas duas questões. Antes das perguntas, o porta-voz deixava claro que “se vc for cuzao, lgbtqfóbico, machista ou racista não será bem-vindo”. Logo após, o usuário era convidado a interagir: “fala com x crush ou lança suas treta fedorenta”. Na mensagem, também poderia deixar seu contato do WhatsApp: “deixa o zap bb [abreviação de bebê, apelido carinhoso]”. Assim, a página divulgava os pedidos dos jovens e, caso o(a) contemplado(a) pela mensagem quisesse contato, o administrador cederia o WhatsApp do então anônimo(a).

São inúmeros os *posts* dos jovens que recorriam à página. Havia um equilíbrio entre *posts* direcionados para homens e mulheres, porém poucos se revelavam nos pedidos de contato; o anonimato era a regra. Ainda que sem um marcador de gênero explícito, a sexualidade sempre estava em pauta. Ela aparecia como uma checagem e um pré-requisito para que uma suposta relação acontecesse. Muitas vezes, também como uma provocação: “[mulher e curso] para de correr atras de macho e da uma chance pras minas!!!!!!!!”, que foi respondida como “Deus quis me castigar e me fez hétero AAAAAAAAAAAAAA”. A resposta nem sempre era uma obrigação, mas foi comum encontrar nos *posts* relacionados à sexualidade uma espécie de “justificativa”: “[homem e curso] vc é incrível e muito charmoso!!! Beija moços???” que teve como resposta: “Nossa, tô lisonjeado! Obrigado rs [risos]. Sobre moços, eu já experimentei, mas percebi que não rolava pra mim... Mas se quiser um amigo, bora nos falar!”. Novamente, a bissexualidade foi apresentada como uma vantagem e a heterossexualidade, principalmente masculina, como uma desvantagem no jogo da sedução, ao menos no discurso e principalmente nesse ambiente em que o anonimato gerava mais liberdade nas interações. Algumas performatividades dos homens heterossexuais também foram criticadas, como no *post*: “ecano hetero, deus ta vendo vc expondo as minas que vc pega pros amigos..... que feio, ecano hetero..... pra que fazer isso, ecano hetero?????????”, cujos

comentários, apenas de mulheres, concordaram com a afirmação: “o ecano hétero tem que acabar”. O administrador ironizou o *post* se perguntando se existia um homem da ECA que fosse (apenas) heterossexual, reforçando o ambiente de fluidez.

O “Spotted ECA-USP 2.0” também era utilizado como um acervo de memória, principalmente dos acontecimentos nas festas. Era uma possibilidade de estender as experiências vividas lá, um “*remember*”, ou até mesmo de recuperar os fatos esquecidos, principalmente pelo estado de alteração com o álcool. Quando J me mostrou o “Spotted ECA-USP 2.0”, apontou um *post* que era de sua autoria. O motivador foi o fato de ele não se lembrar direito quando “pegou um cara” na festa anterior e, ao saber do feito, queria repetir a experiência, agora sóbrio.

O ambiente digital também foi visto como uma forma de manter um vínculo e, de certa forma, o afeto entre os jovens. Um exemplo foi quando M “pegou” um dos homens em uma festa e, ao ser perguntada se eles “se pegariam” novamente, disse: “a gente ainda não falou. Só curtimos coisas juntos no LDRV”, se referindo a um grupo da rede social Facebook responsável pelos principais memes e piadas entre os jovens. Assim, a ligação entre o ambiente digital e o real não necessariamente tinha correspondência. Como já visto, essa permissividade nas conquistas do ambiente digital não necessariamente acontecia da mesma forma no mundo real.

Outra ferramenta que ajudou a entender os (não) encontros dos mundos real e digital foram os aplicativos de relacionamento. J contou mais sobre insucessos em encontros via aplicativos, no caso dele apenas o Tinder: “desinstalei o *app*, minha vênus é em peixes, esse *app* não é para mim”, não deixando claro se a ausência no aplicativo se deu pelo seu mapa astral ou pelas decepções amorosas. Em outro momento, J contou que estava se sentindo carente em um final de semana e baixou o aplicativo novamente. Disse que tinha preguiça e não estava com paciência, principalmente porque as pessoas vinham com expectativas demais: no Tinder, “se você não tem uma expectativa, você tá mentindo”. Também contou que algumas conversas evoluíram para o aplicativo de mensagens do Facebook, o que era um indicador de intimidade, novamente reforçando a existência de um vínculo afetivo por meio das redes sociais/digitais.

Em uma das QiBs, conheci A e entendi que ele estava interessado em J. Ao me contar sobre A, J disse que a história deles começou no aplicativo: “a gente deu *match* no Tinder, mas ele namorava um menino de cabelo enrolado. Era eu em outro corpo. Ele é ariano”, relatando o encontro concretizado apenas on-line. Agora solteiro, A estava ali presente, mas o fato de eles já serem um “*match*” no mundo virtual não necessariamente facilitou as coisas no mundo real.

O mundo virtual interferia a todo momento nas afetividades, inclusive nos momentos das festas. Em uma delas, J e A estavam novamente demonstrando interesse mútuo, mas J

recebeu uma notificação no celular. O grupo, exceto A, começou a comemorar vendo a tela. M explicou que um outro garoto havia respondido a um “*story*” no Instagram de J: “um arroba [usuário] muito master dele”, se referindo ao usuário e a sua classificação num *ranking* das paqueras de J. “Eu tô sem chão”, ele disse, e A, não entendendo muito bem a situação, foi dar uma volta na festa. Também aqui se destacou o papel do álcool, pois os jovens já estavam alterados no momento da “comemoração”, mas essa passagem será mais bem detalhada no tópico seguinte.

Aqui a pesquisa se serve dos estudos sobre o uso de aplicativos digitais feitos por Richard Miskolci (2017) e Larissa Pelúcio (2019), que, utilizando recortes diferentes – homens adultos homossexuais em São Paulo e São Francisco, e homens adultos heterossexuais brasileiros –, colaboram para reunir aprendizados sobre essa “economia do desejo”. O primeiro ponto a ser destacado é a influência da linguagem que nasce nos aplicativos e que se torna presente no mundo real dos jovens: meu *crush*, dei um *block*... são mais do que gírias; criaram e definiram uma (nova) gramática emocional (PELÚCIO, 2019). O segundo ponto é a lógica estabelecida na procura por parceiros usando os meios digitais. Mesmo que o “Spotted ECA-USP 2.0” não fosse um aplicativo de relacionamento, a lógica que se estabeleceu para a procura e correspondência também respeitava uma estrutura de conexão definida pela desigualdade: a todo momento existia uma avaliação do custo-benefício da conexão e a busca pelo estabelecimento de critérios (sexualidade, aparência, interesses...) para classificar as pessoas.

O uso das mídias digitais pode ter sido priorizado não apenas pela sua característica facilitadora dos contatos, mas principalmente por permitir filtrar as pessoas com quem interagir. É possível reconhecer o caráter higienizador dessa funcionalidade, que aloca usuário na condição de selecionador, portanto daquele que elege os aptos a se relacionar com ele, recusando ou até mesmo bloqueando os indesejáveis, frequentemente de origem social, econômica, racial ou com comportamento e estilo de vida incompatíveis com seus próprios padrões. Ao criar um espaço de paquera centralizado on-line, acessível inclusive a partir de casa, do trabalho ou da universidade as mídias digitais incentivam formas de segmentação, seleção de parceiros e até mesmo graus diversos de “envolvimento”. (MISKOLCI, 2017, p. 123)

A “prova” de que a lógica se mantinha apareceu ao se analisar a justificativa dos usuários de aplicativos em São Francisco e ver nela as mesmas conexões vividas entre os jovens universitários. Em outras palavras, “nos aplicativos, todo mundo é caçador” (MISKOLCI, 2017). Junto com esse sistema que interfere nas afetividades, temos também o álcool, que possui influência nessas performatividades e será detalhado no tópico adiante.

2.4. Álcool e masculinidades

Em todo o texto é possível observar o papel do álcool na construção das masculinidades universitárias. Cabe aqui deixar claro o seu protagonismo: como ele era o agente nas festas e encontros, seus jogos e maneiras de consumo, e como apareceu entre os homens. Vale reforçar a perspectiva da abordagem, utilizando o pensamento de Pedro Nascimento (2016, p. 57) sobre “dilemas e armadilhas em etnografias sobre gênero e masculinidades” quando trata das etnografias dos bares,

evitando a relação com visões moralizantes e buscando a forma como os próprios sujeitos se classificam: “o ato social de ingestão da bebida alcoólica não pode ser estudado sem que sejam levados em consideração os sistemas de crenças no controle do comportamento e da socialização” (Neves, 2004, p. 9) [...] [quanto a] os modos como as pessoas se relacionam com o consumo de bebidas alcoólicas e a embriaguez. (NASCIMENTO, 2016, p. 57)

Sob essa ótica, aqui se estruturam as referências que os homens já possuíam sobre álcool, o formato de seu consumo no contexto e suas implicações.

2.4.1. *Álcool e repertório: um elemento comum*

É importante observar que, diferentemente de outras descobertas e experimentações permitidas no contexto universitário, o álcool não era um elemento novo na vida desses homens. Alguns deles já faziam consumo prévio da substância e relatavam experiências vividas em outros contextos, como o Carnaval de rua de São Paulo ou bares no interior. Além de fazer parte de experiências entre jovens, o álcool transitava em outros ambientes, principalmente o familiar. Voltando à visita à casa de J, nela se viam bebidas alcoólicas como parte da decoração. No ambiente privado, o quarto, havia a bebida Corote em dois sabores no topo da estante de livros e um uísque da marca Ballantine's. O universo do consumo de bebidas também aparecia em outras representações, como no quadro já citado do personagem Capitão América bebendo uma cerveja. No ambiente compartilhado, a sala de estar, havia algumas garrafas em tamanho pequeno de licor e cachaça. J contou que eram de uma festa da família; as garrafas eram estilizadas e traziam o nome da aniversariante em uma imitação do logotipo da cerveja Skol. J contou que, nessa mesma festa, um primo trouxera uma cerveja que ele achou diferente, Eisenbahn, o que fez ele guardar a latinha e deixá-la à mostra na estante da sala: “achava que era uma cerveja importada, diferente. Depois descobri que vende em todo lugar, que tem no Brasil”. Mesmo depois dessa informação, a lata da cerveja continuava ali. O que mais chamou

a atenção foi a composição: junto das bebidas havia uma ilustração de Jesus Cristo, imagens de alguns santos e *souvenirs* de viagens pelo Brasil, o que, de certa forma, validava o álcool no ambiente familiar.

Essa normalização do álcool, aprovado no ambiente familiar e elemento de pertencimento, principalmente entre os homens, também pode ser vista em outros contextos, como na pesquisa de Aurora Zamora Mendoza (2014, p. 131) sobre o uso de álcool entre adolescentes mexicanos:

Além disso, os jovens aprenderam que o “beber” é um ato próprio do homem em todos os ritos proporcionados pelos grupos de referência, como meios ou estratégias para manter a coesão, o sentido de pertença, de continuidade, de tradição familiar. Então, o “beber” seria um hábito, uma norma, a reação de todos os homens incorporada em cada sujeito, correspondente ao “mim social”, embora pressuponha algumas condições que os jovens manifestam claramente.

Mas nem sempre a convivência entre álcool e ambiente familiar era harmoniosa. Havia uma disputa hierárquica que envolvia as bebidas. Um “limite” que não deveria ser extrapolado ou evidenciado para os familiares. M contou que, ao chegar a casa após uma festa, a mãe perguntou: “você está bêbada?”. Claramente alterada, M se confundiu na resposta: “não... sim, tô sim”; “E o que você bebeu?”; “Uísque”; “Porra, M!”, finalizou a mãe brava. Outro exemplo que deixa essa disputa evidente é um grupo misto que, ao final de uma QiB, cuidava de um dos amigos que estava mais alterado. Ele gritou: “eu quero drogas!”. Uma das mulheres ironizou: “você não precisa de droga, você é um menino feliz! O que a sua mãe vai pensar disso?”. Todos riram e ela continuou: “tá mal, vai beber uma água que a gente tá indo embora”. Quando o carro chegou, os homens do grupo carregaram o alterado pelos braços e entraram no carro.

Também existia uma disputa simbólica muito ligada ao repertório dos homens entre seus iguais. Essas vivências estabeleciam alguns critérios da relação entre homens e álcool. O primeiro era o modo de consumo, privilegiado e valorizado sempre em excesso. Um dos jovens, que considerava beber muito pouco álcool, contou que isso não era bem visto no grupo de amigos que mantinha desde a infância fora de São Paulo. O segundo eram as categorias de bebidas; o mesmo jovem disse que estava em um bar com o mesmo grupo, pediu um *drink* em vez de cerveja e seus amigos “encheram o saco”. Ele foi categórico ao dizer que “beber [álcool] é um problema entre os homens”.

Ou seja, o álcool se apresentou como algo conflitante no repertório dos jovens: embora aceito pela sociedade, uma droga legalizada que faz parte do cotidiano entre familiares e

pares²³, alguns formatos de seu consumo geravam disputas. É com essa base que os homens chegam ao contexto universitário, que estabelece novos critérios e manejos da droga, levando-os a novos dilemas, a serem descritos a seguir.

2.4.2. *Álcool no contexto: cerveja & bebidas especiais*

Como já dito, majoritariamente os encontros possuíam como características a presença e o consumo de álcool. Quase como um “objeto-pessoa”, ele era fundamental nas relações. Aproximava, mas também estabelecia hierarquias nas interações entre homens e mulheres; o álcool “é sujeito e produz sujeições” (LEÓN, 2015). Entre as bebidas, havia uma diferença de ocasião de consumo e de expectativa de efeito. Durante os encontros foram vistas bebidas de alto teor alcoólico, como Skol Beats, conhaque, cachaça, vodka saborizada e saquê, geralmente consumidos de formas que privilegiassem o sabor doce e/ou refrescante, como em caipirinhas. Mesmo assim, a bebida predominante era a cerveja, principalmente nos encontros que ela nomeia: as Quintas i Breja. As diferenças de natureza das bebidas ficarão mais claras nos próximos itens.

Outro ponto importante é a maneira de consumo. O formato era sempre individual: latas, canecas, copos e *shots*. Era comum que jovens oferecessem cervejas aos amigos – principalmente pela oferta de quatro latas de Itaipava por dez reais nas QiBs – e que experimentassem os *drinks* uns dos outros, mas o consumo tinha como pressuposto bebidas individuais. De certa forma, estava condicionado ao ato de compra: cada um bebia o quanto podia pagar. Não havia qualquer forma de destaque devido ao valor, principalmente porque o preço das bebidas era muito acessível, mesmo para jovens universitários. Assim, sempre existia uma diferença de quem estava “mais ou menos bêbado” durante as QiBs. Já nas festas “*open bar*”, esperava-se uma uniformização maior do efeito do álcool nas pessoas, já que todos haviam pagado o mesmo valor e estavam “condicionados” a beber. Essas diferenças serão mais bem exploradas também nos itens a seguir.

Pouco ou muito bêbado, o que importa é que não existia “não beber”, nem a preocupação de consumo moderado ou redução de danos, como beber em menor quantidade ou tomar água durante o consumo, por exemplo. Em todos os encontros, apenas um dos homens

²³ Há uma perspectiva histórica sobre a construção do álcool e seus formatos de consumo, principalmente no conflito do uso ameríndio ritualístico de drogas com o uso europeu cotidiano do vinho, vindo na colonização, bem como na construção do consumo da cachaça e da cerveja no Brasil, o que foge ao objetivo deste estudo. Sobre o assunto, ver os estudos de Henrique Carneiro (2005) e Maria Izilda Santos de Matos (2000).

afirmou “não estar bebendo”, justificando beber pouco por ter uma consulta de terapia no outro dia pela manhã. De qualquer forma, o mesmo homem fez consumo de álcool como os outros quando estava na festa “*open bar*”. Também vale relembrar que, a todo momento, pesquisador e pesquisados consumiram álcool, o que permitia um gradiente de estados de consciência e transições entre sobriedade e ebriedade. Embora o pesquisador tivesse mais “controle” sobre o manejo do álcool nas situações, devido a sua dupla função de observador e ator da/na cena, esses estados se faziam necessários para a interação com os interlocutores, como um pedágio para acessar certos momentos. Outra troca comum era a de cervejas durante as QiBs como um voto de confiança. Muitas vezes aconteceu o “deixa que eu pago” do pesquisador, bem como o “vou pegar uma breja pra gente no bar” dos pesquisados. Um acontecimento do primeiro encontro deixou mais clara a intenção de consumo dos jovens: enquanto o pesquisador propôs um brinde quando as cervejas chegaram, J já deu grandes goles em sua lata, brincando que não podia “perder tempo”.

Mesmo com a dominância da cerveja, saber sobre as bebidas era visto como algo importante. Além de serem uma pauta nas rodas de conversa, elas eram vistas como “chaves de acesso” para certas situações de controle e descontrole: “a gente tomou gim, gim bateu. E uísque, uísque para mim não dá”, disseram J e M sobre uma festa. Era comum “culpar” as bebidas por certos atos e posturas. M contou uma situação fora do *campus* e foi categórica ao dizer: “uísque me transforma”. Disse que estava no aniversário de um “peguete”, mas finalizou a festa “pegando” a prima do aniversariante. Ela só ficou sabendo do ocorrido depois que amigos lhe contaram: “eu vi tudo por foto e [pelo] o que as pessoas me falaram, não lembro real. É culpa do uísque”. Essa trajetória – que tipo de bebida desperta algo e quais as consequências – era individual e cada momento de consumo era um novo teste.

Essa busca e descoberta “da sua droga” pode também ser identificada nos estudos de Gilberto Velho (1998, p. 84) sobre o consumo de drogas na elite carioca: “cada pessoa deveria descobrir seu tóxico e que isso fazia parte essencial do processo de utilização de drogas”. Além disso, esse “consumo testagem” revela um processo de aprendizagem relativo a substância, modo de consumo e efeitos. Diz:

As pessoas aprendem a usar drogas e têm determinadas regras, quer dizer, em todos os grupos que investiguei ou conheci havia uma etiqueta, havia um determinado limite que não poderia ser ultrapassado; as pessoas não poderiam se tornar inconvenientes. E havia maneiras de lidar quando a pessoa perdia, ou parecia que ia perder, certo tipo de controle, ou seja, não é o uso desabusado simplesmente. (VELHO, 2008, p. 133)

Sobre os efeitos e regras, o álcool no contexto proporcionava um gradiente de experiências, principalmente relacionados a afetividades e expressividade – características de sociabilidade e extroversão: ser mais falante, mais amigável, mais sociável... M descreveu: “as pessoas mudam quando bebem. Nem todo mundo é como o J, que conversa com todo mundo. Mas ele também muda um pouco”.

Podemos descrever os estágios de alteração em quatro etapas: a começar com “ficar bêbado”, classificado como normal entre os jovens, com pequenas variações de comportamento que envolviam, principalmente, afetividades (beijar pessoas, declarar-se para amigos e “*crushs*”); “ficar louco”, um reconhecimento individual ou coletivo de um estado de alteração em que as situações de “bêbado” se intensificavam (beijar mais pessoas, interações com amigos e desconhecidos); “esquecer”, que é agir sem consciência dos atos, o que envolvia, principalmente, afetividades; e “dar PT”, o último estágio, abreviatura de “perda total”, em que se perdiam os sentidos. Geralmente no último estágio os jovens adormeciam e/ou tinham outros efeitos colaterais imediatos (vômitos, perda de consciência) e posteriores (ressaca). Os limites e indicadores de cada estágio não eram estanques nem racionais, principalmente dos últimos estágios. Era comum que os jovens declarassem que “não se perceberam” em estados de alteração, e havia dificuldades em vivenciar as consequências das últimas etapas. A evolução entre os estágios era um movimento unilateral: quando se avançava para uma nova etapa, não havia volta.

Ainda que se desse de maneira individual, o consumo do álcool estava sempre presente em momentos coletivos e era valorizado quando em excesso. “Aguentar” era uma tarefa necessária e valorizada, mas continha uma armadilha: todos queriam atingir os estágios de alteração, mas ninguém queria sofrer seus efeitos colaterais, principalmente “dar PT”. Essa relação entre álcool e resistência está centrada em uma característica masculina da força e de “beber como homem” (NASCIMENTO, 2016; MENDOZA, 2004), mas no contexto universitário estava relacionada apenas a um comportamento. Essa relação álcool e homem será mais bem explorada adiante.

Reforçando, diferentemente do repertório que os homens traziam, as situações vividas no contexto universitário pouco diferenciavam homens e mulheres no consumo de álcool. Ambos compartilhavam das mesmas situações, circulavam com os mesmos tipos de bebidas, valorizavam os mesmos efeitos e até mesmo consumiam quantidades bem próximas: “eu sou difícil de passar mal, o J sabe. Eu sou a mãezona do rolê”, diz M sobre situações específicas em que “deu PT”. Por esse motivo, muitas das declarações acima são de homens e mulheres. Outra prova é que em momento algum os homens citaram as mulheres que bebiam de maneira

pejorativa ou inadequada. As diferenças surgiam ao se considerarem as consequências do consumo do álcool; as mulheres ficavam mais vulneráveis em determinados estágios e se expunham a riscos, a destacar a violência e o abuso, que serão descritos no próximo capítulo.

2.4.3. Outras drogas

Como dito, a experiência com outras drogas não definiu esse contexto universitário. Em todas as QiBs e festas observadas no período, a presença de outras drogas era muito tímida e, muitas vezes, imperceptível.

O destaque é o cigarro, consumido em forma de tabaco, muitas vezes disponível para a venda – placas informavam “cigarro de palha: R\$ 2” –, mas sem um critério muito claro de consumo: homens e mulheres que “gostavam” de fumar o faziam, o que na maioria das vezes estava relacionado a experiências anteriores à universidade, a pessoas que já possuíam esse hábito. De qualquer forma, como o consumo era individual, mas em momentos também coletivos, pessoas fumavam e continuavam em suas rodas de sociabilização (conversas, “pegação”...). Essa forma estava muito mais ligada a uma ideia de rotina e prazer, principalmente nos primeiros estágios de alteração de consciência. Havia também outro tipo de consumo, como um aliado ao consumo de álcool, principalmente nos estágios de consciência mais alterados. O principal exemplo é como o tabaco também fez parte da dinâmica da festa “*open bar*”, a ser descrita posteriormente. Entre os interlocutores, J foi visto fumando apenas uma única vez, quando participava do “jogo da bala” em uma das QiB, num momento em que já estava muito alterado.

Quando perguntei sobre outras drogas para J em nossos primeiros encontros, ele respondeu: “sempre passam vendendo alguma coisinha aqui”. Mas, diferentemente da venda do álcool, a oferta de outras drogas apareceu de forma discreta e estava condicionada a uma maior presença de participantes, principalmente de outras unidades da universidade. Era como se o público fosse visto como um mercado consumidor e, quanto mais perfis diferentes, maior a variedade de drogas. A QiB com maior público foi a única situação em que se viram vendedores oferecendo outros tipos de drogas para venda, como “*brownie*” com maconha e “lança” (lança-perfume), de maneira discreta. Entre os interlocutores, eram raras as experiências com outras drogas. J brincou que da única vez que consumiu maconha ele “não se lembra”, pois comeu um brigadeiro disponível na própria festa que o fez dormir no “Uber quando tava voltando pra casa”. Não foi observado o consumo de outras substâncias durante os eventos.

Mesmo sem o seu consumo, as drogas faziam parte do imaginário dos jovens e eram assunto nas rodas de conversa. Na QiB com temática de “Halloween”, um casal estava fantasiado em dupla: a mulher estava com um *short* estampado com folhas de maconha e com uma plaquinha em que estava escrito “Maconha, a porta de entrada para outras drogas”. Já o homem possuía outra plaquinha: “Outras drogas =)”.

De qualquer maneira, não havia uma marcação de gênero no consumo dessas substâncias, nem um ritual ou formato específico que diferenciasssem essas drogas e as tornassem relevantes naquele contexto. A vivência universitária continuava sendo caracterizada pelo consumo de álcool. Mas sua presença nesse ambiente revelou um formato de consumo de drogas ligado à permissividade e experimentação devido ao recorte: são experiências características de jovens, brancos, de classe média que convivem com as drogas, inclusive as ilegais, de uma forma recreativa. Outras reflexões e observações sobre o momento e consumo dessas substâncias fogem à proposta deste trabalho, bem como mereceriam uma observação mais específica em futuras reflexões. Após os apontamentos sobre as características das drogas no ambiente, as reflexões seguem para os diferentes formatos de consumo e suas representações.

2.4.4. Álcool e diferenças nos ambientes: QiB. Cerveja & rotina

O papel da QiB no contexto ficou claro em um áudio de J via aplicativo de conversas WhatsApp, justificando a sua ausência em um dos eventos: “a brejinha, ela é real. Tava tão ansioso, porque quinta passada não deu pra tomar a minha brejinha. Semana que vem vai ser o dia que eu... [suspira] Tô com muita saudade de beber a minha breja”. O encontro e, por consequência, a cerveja faziam parte da rotina universitária. Assim como as aulas, ela era um marco temporal e simbólico da rotina e do cotidiano daquele espaço. Esse caráter também marcava o modo de consumo da cerveja; o objetivo era de “manutenção”, de inserir todos em um ambiente ébrio e nos primeiros estágios da experiência – “ficar bêbado”.

Outras bebidas e/ou outras formas de consumo eram necessárias para avançar para os outros estágios, o que também representava sair da rotina e, como já dito, também se via na QiB. Em nosso primeiro encontro, J me apresentou alguns amigos que estavam na sede da Ecatlética. Eles bebiam o “sucão”, suco em pó com vodca, em uma caneca de plástico. Logo um dos integrantes da roda alertou J para que ele tomasse apenas um gole: “porque você não aguenta muito”. J aceitou, reconheceu “é, você tem razão” e bebeu apenas o recomendado. Em outro momento, algumas mulheres preparavam uma “caipirinha” em uma embalagem

reutilizada de um galão de água mineral. Uma das mulheres colocou cachaça no recipiente cheio de limão picado, tampou e agitou para misturar bem a bebida e já a serviu para quem estava à espera. O processo pareceu encantar mais as pessoas ao redor, que riram e acharam divertida a bebida em grande quantidade.

Para a QiB “Halloween”, o descritivo do evento na rede social Facebook dizia: “a QiB dessa semana é com os artistas que conseguem fazer até os mortos se erguerem e depois tomar um *shot*. Com música boa, breja gelada e performances de arrepiar, a Cênicas vem tomar conta e tocar o terror do melhor jeito possível!”. Todo esse cardápio de bebidas tinha como objetivo avançar para os outros estágios – “ficar louco”, “dar PT” – e marcava as ocasiões especiais de consumo. Diferentemente da “manutenção” da cerveja, aqui o objetivo era chegar a “picos” de ebriedade, principalmente pelos formatos e maiores graus alcoólicos das bebidas. Essa diferença de consumos e objetivos entre as bebidas ficará mais clara nas festas, no próximo item.

Outra maneira de avançar os estágios era mudar a forma de consumo, o que, no caso da cerveja, estava relacionado a jogos, como o “*flip cup*”, descritos anteriormente. Na QiB, de modo diferente da dinâmica do encontro esportivo, homens e mulheres jogavam em times mistos e se enfrentavam. O gênero não era diferenciador nesse ponto; por exemplo, quando J estava jogando com I, I foi a vencedora. Novamente, essas ocasiões foram mais pontuais na QiB, pois não estavam relacionadas à “manutenção” da cerveja e do ambiente rotineiro. Esses “picos” são muito mais presentes nas festas e relacionados a elas, que serão analisadas adiante.

2.4.5. *Álcool e diferenças nos ambientes: Festas. “Dar a vida pra beber”*

As festas se apresentaram como ocasiões especiais. Todos os seus elementos – roupas, local e dinâmica – compunham uma proposta diferente da rotina e, portanto, o objetivo e a forma do consumo de álcool não seriam os mesmos.

J, sobre sua experiência com o álcool, disse ao pesquisador que as festas foram determinantes para a sua forma de consumo. Diferentemente dos outros homens, teve outra vivência na adolescência, pois “se colocava por cima da pressão social” de “ter que beber”. Dessa forma, começou a beber álcool apenas na universidade. Contou que foi para um dos jogos universitários em que havia a dinâmica de “*open bar*”: “se eu paguei pelo *open*, então eu vou beber!”; desde então, continuou o consumo. Vale ressaltar que essa declaração não deve ser analisada como se o formato “*open bar*” fosse o único responsável pela forma de consumo de álcool pelos jovens universitários, mas deve-se considerar que a maneira como as festas são

desenhadas influencia o consumo também. Cabe apontar que os jogos universitários eram importantes para a vida universitária, mas suas dinâmicas e propostas fogem da análise deste trabalho.

Essa forma de consumo do álcool que privilegia grandes quantidades também pode ser vista quando se considera o descritivo das festas. Os próprios jovens diziam “dou a vida para beber!” quando buscavam pelos picos de ebriedade. Essa narrativa crescente de consumo era perceptível ao acompanhar as festas. Em um dos eventos, J e seus amigos, no início da festa, por volta da meia-noite, chegaram ao local com canecas próprias (em torno de 500 ml), a pedido do evento, que já foram preenchidas com chope. Cada um dos jovens, já com suas canecas cheias, se dirigiu ao segundo bar, em que cada um se serviu também com um copo (em torno de 300 ml) de Jurupinga. Era 00h43 e eles já estavam alterados. Os jovens pegaram um novo copo de outra bebida, que parecia ser vodca com energético, e uma nova rodada de chope. Era 1h09 e eles já estavam bem alcoolizados. Eram duas da manhã quando J pegou um novo copo de vodca com energético. Também pegou logo depois, 2h15, um copo de água, que acabou jogando em todos, molhando os amigos. As pessoas já estavam bem alcoolizadas, mas o bar continuava cheio. A festa ofereceu sorvetes para os convidados, no que parecia uma tentativa de amenizar os efeitos do álcool. As pessoas continuavam com as canecas cheias, desfrutando do “*open bar*”, principalmente de chope, vodca saborizada, vodca com energético e Jurupinga.

Nesse momento, uma “surpresa”: um *bowling* com cigarros artesanais passou pela festa. Uma das jovens da organização andou com uma placa “Open tabaco” escrita em uma lousa. Alguns jovens se direcionaram para o “fumódromo”. Existia apenas a presença de tabaco e maconha, esta com uma prevalência menor. O rei da festa era o álcool. Os presentes já estavam começando a sentir o efeito do consumo do álcool de uma forma mais forte, andavam com dificuldade e parecia que alguns passariam mal. Já eram três da manhã e J disse que se cansou da música e do ritmo da festa, dormindo em um canto do local. Suas amigas checavam de tempos em tempos se ele estava bem e depois, quando o transporte público voltou a funcionar, eles foram embora. Vale destacar que não houve observação do consumo de outras drogas, tampouco uma diferenciação da forma de consumo entre homens e mulheres: todos os jovens consumiam as mesmas formas de bebidas e, na maioria dos casos, a mesma quantidade.

A maneira específica, ou especial, do consumo de álcool nas festas estava relacionada aos últimos estágios de ebriedade: “ficar louco”, “esquecer” e, conseqüentemente, “dar PT”. Entre outras conseqüências, as afetividades estavam diretamente relacionadas ao álcool, tema a ser explorado no próximo tópico.

2.4.6. *Álcool e afetividades*

Como já dito, o álcool era um dos fatores mais usados como justificativa de alguns atos, conscientes ou não. Principalmente após as festas, fosse em mensagens on-line, fosse em conversas presenciais, as histórias sobre “quem pegou quem” eram constantes. Dessa forma, o álcool era um elemento no jogo da sedução, pois definia uma hierarquia entre as relações: interações que só aconteciam por conta do álcool eram mais efêmeras e menos valiosas do que as que aconteciam e/ou continuavam em estado de sobriedade. J contou sobre a relação com A: “sóbrios somos muito amigos, bêbados nos pegamos”; já em relação a P, ele disse que existia uma diferença: “ele me pega bêbado, eu pegaria [ele] sóbrio”. Essa busca pela atenção de P apareceu em outros momentos; na preparação de uma QiB, J se arrumava no banheiro e pediu para M: “se o P responder no WhatsApp, responde ele! Já falei para ele dormir aqui se ele quiser. Tô dando a vida aqui!”. M pareceu contrariada e cochichou: “esse menino tá enrolando o J. Eu não vou responder homem dos outros”. J contou mais dessa relação ao sair do banheiro: “o P já deixou claro que não quer nada sério. E eu falei: eu não quero nada sério, eu só não quero parar de te beijar. Depois desse dia, quando ele está bêbado, aí eu interajo, não vamos pressionar o amiguinho, só respondo da maneira que ele quiser”.

Essa hierarquia também pode ser vista nas festas e em jogos de sedução, pois a efemeridade das relações e os “momentos de pegação” estavam diretamente relacionados à quantidade de álcool consumida; assim, o melhor local de análise entre álcool e afetividades eram as festas “*open bar*”. Em uma das festas, J e A dançavam juntos, mas um terceiro homem chegou à roda. J ficou inseguro, saiu da roda e foi buscar uma bebida. No caminho, J encontrou outro homem e eles se beijaram, de uma forma rápida e momentânea. J voltou para a roda, mas A já tinha saído. J encontrou um segundo amigo e eles se beijaram. “Isso que acontece quando o J bebe”, disse M. Os jogos de sedução, paqueras e interações começaram a ficar mais presentes e intensos com um maior consumo das bebidas. J saiu da roda e foi ao bar, e nessa saída A beijou um outro garoto. J disse: “ele é o amor da minha vida”. Logo após essa confissão, ele se aproximou de uma mulher e a beijou próximo de A, revelando uma possível disputa. Depois, J continuou beijando outros homens, mas sem se afastar de A, que continuava beijando o mesmo homem do início. Nesse momento, para a surpresa do pesquisador, J se aproximou e pediu um beijo dele, o que deixou transparecer ainda mais a provocação para A. Mesmo com a recusa, J pareceu não se preocupar e seguiu na roda, beijando uma nova mulher.

Logo após, na fila do banheiro, J saiu com um outro garoto, revelando que houve um novo beijo. Os padrões começaram a se tornar muito parecidos e havia pouca diferença na ação

dos grupos. Basicamente eram rodas e encontros e desencontros, naquele contexto sempre em duplas. Quanto mais próximo do ápice da festa, quando todos “estão loucos”, mais uniformidade existe entre essas ações. Dali para a frente, os jovens se dividiam entre os que “deram PT” e os que se mantiveram “loucos”, aguardando os efeitos do álcool passarem.

Após a festa, uma análise final foi feita por J por mensagem enviada via aplicativo WhatsApp. Nas palavras dele:

Eu entrei num limbo alcoólico em que não sabia nada que estava acontecendo, nesse momento de perda de consciência, é aquele que a gente não sabe muito bem o que tá fazendo. Várias questões. Normalmente é o momento open beijos. E depois cansei, deitei em um canto e dormi hahahahah. É como eu lido com não's. Depois das 2 [horas da manhã] minha autoestima e meu sistema ativador do cérebro dependem do amor da minha vida eleito naquela festa ou da *playlist*. Tava tocando músicas bem xis [aleatórias] então eu dormi porque o amor da minha vida não queria me beijar.

Aqui podemos destacar a relação entre a expressão de sentimentos e o álcool para os homens. É como se, quando sóbrios, as emoções não fossem algo acessível e/ou permitido. Os estudos de Miguel Vale de Almeida (1995), sobre a poesia dos aldeões portugueses, e de Maria Izilda Santos de Matos (2001), ao tratar da sensibilidade na construção histórica dos boêmios cariocas, nos ajudam, ainda que com recortes diferentes, a compreender mais sobre o álcool e a dita “sentimentalização”. Nas palavras do primeiro autor, “o álcool pode ajudar a sentimentalização. Aqui dá-se a possibilidade de exteriorização poética ou cantada de emoções normalmente consideradas feminilizantes, como o amor, a saudade, a caridade e a compaixão” (VALE DE ALMEIDA, 1995, p. 65). Além de identificar uma linguagem específica na expressão dos afetos entre os homens, coloca o álcool como álibi de algumas atitudes e ações:

O que se passa, na realidade, é que beber e embriagar-se implicam dois campos de possibilidades sociais: falar e agir não-responsavelmente. Em suma: dizer a verdade (a verdade escondida pela comunidade, ou a verdade no sentido de opinião pessoal contracorrente) sem depois ser responsabilizado (punido) por ter feito. (VALE DE ALMEIDA, 1995, p. 186)

Quando J falou sobre seu amor não correspondido, mesmo que efêmero e vinculado ao estado alcoólico e das festas, ele estava revelando uma verdade que não podia ser dita, e foi até negada, em estado de sobriedade. No caso dos homens portugueses, a poesia era uma ferramenta de exceção:

os sentimentos expressos revelariam uma fraqueza que poria em causa o código do respeito, não fora o contexto da performance: entre iguais sociais e do mesmo sexo, de preferência [...] A poesia permite, pois, a expressão do que

o código social não permite que se exprima em circunstâncias de interacção quotidiana. (VALE DE ALMEIDA, 1996, p. 176)

Já para os jovens brasileiros, o álcool permitia uma série de “*happenings* sentimentais”, lapsos performativos ligados aos picos de consumo alcoólicos e não autorizados, ou até mesmo negados, em estado de sobriedade.

Outro aspecto é o carácter de disputa que se assumiu entre os homens, inclusive entre os homens homossexuais. Impulsionados pelo álcool, eles se acirram mais em uma competição e revelam uma busca por desempenho constante entre os homens, como visto no exemplo do beijo triplo (subitem 2.3.1). Podem-se ver novamente a validação, o medo e a insuficiência (BENTO, 2015) como emoções que guiam as masculinidades também naquele contexto.

2.4.7. *Álcool & homens: experimentação versus reforço da ordem vigente*

Aqui cabe reforçar novamente que a quantidade de álcool ingerido não era um diferenciador entre homens e mulheres. Neste ponto, novamente as reflexões de Miguel Vale de Almeida (1996, p. 163) são utilizadas para estabelecer a relação entre masculinidades, poder e indivíduos:

Masculinidade e feminilidade não são sobreponíveis, respectivamente, a homens e mulheres: são metáforas de poder e de capacidade de acção, como tal acessíveis a homens e mulheres. Se assim não fosse, não se poderia falar nem de várias masculinidades nem de transformações nas relações de género. O carácter móvel e contingente da relação entre masculinidade, homens e poder toma-se claro quando analisamos etnografias que prestam atenção ao diálogo e conflito entre masculinidades hegemónicas e subordinadas, ou que prestam atenção quer à variabilidade individual das identidades masculinas, quer às alterações destas num só indivíduo ao longo do ciclo de vida ou consoante diferentes situações de interacção.

Dessa forma, homens e mulheres se valiam do álcool para acessar certas performatividades. As consequências, porém, não se limitavam aos efeitos da droga. Os jovens continuavam submetidos às estruturas de poder vigentes que, no contexto universitário, privilegiavam os homens.

O ambiente, principalmente as festas, se mostraram ambientes de disputa. Essas disputas acontecem de forma paradoxal: de um lado, o combo “festas + álcool” gerava mais permissividade, principalmente nas performatividades de alguns homens, que rompiam com as regras afetivas e estéticas preestabelecidas; do outro, mantinha a reprodução das hierarquias entre homens e mulheres, principalmente por meio da violência, que será detalhada adiante.

Assim, o álcool, que em um primeiro momento parecia “libertar” os jovens de algumas amarras sociais, na verdade era mais uma ferramenta de reforço de práticas que, em sua maioria, eram pouco flexíveis entre os iguais e prejudiciais para mulheres, centradas em valores como a disputa, a força e o desempenho. Aqui se recorre à pesquisa de Adriano de León (2015, p. 128) na festa “CAC do Rangel”, na periferia de João Pessoa, na qual, mesmo com um recorte diferente do aqui apresentado, também se viam masculinidades que “escorrem”, “desliza[m] ao sabor da bebida” nas festas; apesar dessa fluidez, “os padrões se modificam um pouco, mas não perdem seu roteiro. As performances são apenas atualizadas”.

As consequências dessas performances ficarão mais evidentes no próximo capítulo, em que se analisam as iniciativas que homens e mulheres elaboraram para construir novas possibilidades de masculinidades no contexto.

3. OUTRAS MASCULINIDADES: “SER MASCULINO” EM XEQUE

Após a análise das situações entre homens, álcool e masculinidades propostas e vividas ali, o presente capítulo propõe dois eixos reflexivos: o primeiro é aprofundar a visão das mulheres, suas ações e reações em torno das masculinidades vigentes, a destacar a CAO. O segundo é investigar a “masculinidade crítica” (BENTO, 2015) dos homens e como eles se portam diante das ações das mulheres.

3.1. A visão das mulheres e o Comitê Anti Opressão

Os materiais usados aqui para a reflexão focam uma conversa com L, presidenta da CAO, Comissão Anti-Opressão, durante a QiB, mas também incluem diálogos com outras membras em todo o trabalho de campo, além da análise de textos, como o regimento interno, disponibilizados pela própria organização. Vale ressaltar que no trabalho, mesmo que o objeto fosse a sociabilização, foi inevitável o aparecimento do assédio e da violência, principalmente no ambiente das festas. Dessa forma, foi sob a perspectiva dos interlocutores, principalmente das mulheres, que se desenhou o que era ou não violência naquele ambiente e que tipos de assédios serão vistos, ou não, neste trabalho. É sabido que os termos e quem os valida estão em disputa; assim, um detalhamento maior sobre suas definições e seus critérios será visto adiante.

Para contextualizar a pauta na universidade, novamente se tem como base a pesquisa “Interações na USP” (2018). Nas qualificações de que tipo de violência os pesquisados sofreram e de onde ocorreram, o assédio foi a categoria mais citada e as festas, a ocasião mais declarada, ambas espontaneamente. A ECA se destaca como lugar mais citado, muito provavelmente pela QiB. Existe uma diferença de gênero expressiva: 55% das mulheres pesquisadas apontaram ter sido vítimas de alguma forma de violência – moral, física ou sexual – na USP, contra 39% dos homens pesquisados.

3.1.1. CAO: mulheres, homens e punição

A Comissão Anti-Opressão, CAO, é uma organização que nasceu da iniciativa dos estudantes, principalmente mulheres, em 2015, momento em que houve um caso de estupro com maior repercussão em uma das festas da ECA. Desde então, o objetivo da organização era evitar que outros casos acontecessem. Inicialmente apenas com foco em assédio contra as mulheres, recentemente também tinham passado a trabalhar com casos de racismo e

LGBTfobia. Nas palavras da própria CAO: “racistas e homofóbicos não são bem-vindos aqui. Lembrem-se: Não é não! Silêncio não é sim e se a mina disse que é assédio, é assédio”. Esse aviso estava presente em todos os ambientes de sociabilização, principalmente nas festas, e de tempos em tempos o DJ fazia uma pausa para a divulgação dele em formato de áudio.

A comissão era formada por gestões anuais que contavam com membros fixos, em torno de nove pessoas, e membros de apoio, em torno de vinte jovens, divididos em funções como administrativo, que cuidava de toda a organização e principalmente dos casos de denúncia, e mediadores, pessoas que estavam na linha de frente nas festas. Os membros, em sua maioria, eram mulheres cisgênero e brancas, um recorte que era consequência do próprio contexto da universidade.

Os novos membros se voluntariavam em agosto, chamados de “novinhos”, e sempre começavam a fazer parte de alguma atividade com um veterano. L contou que os “novinhos” entravam em contato com o código de conduta e, por meio das reuniões quinzenais, se preparavam para atuar na organização, principalmente para a mediação dos conflitos nas festas. L ressaltou que algumas pessoas escolhiam não fazer parte da mediação dos casos, alegando não terem equilíbrio emocional suficiente.

Geralmente as mulheres eram as mais interessadas em participar da organização. De qualquer maneira, a presença de homens como membros e mediadores de conflitos dos casos de homofobia e racismo não criava divisões dentro da CAO, analisou L. Mas essa diferença se apresentou nas situações externas, como nas negociações com as equipes de segurança das festas, em que algumas mulheres foram julgadas pela forma como estavam vestidas (*shorts*), ou quando em equipes mistas os seguranças buscaram ouvir prioritariamente um homem.

Por meio da CAO, os jovens possuíam um sistema complexo e refinado de defesa efetiva nesses ambientes. L contou que o trabalho se iniciava antes, com a organização da festa, que dividia a planta do local; a comissão avaliava quais eram as áreas de maior periculosidade: áreas pouco iluminadas, sem rota de fuga... Com esse plano em mãos, desenhava rotas e plantões: as rondas. Com coletes laranjas, os membros se dividiam em faixas de horários para fazer rondas nas festas, principalmente com foco nesses lugares. L disse que, durante a QiB, poderia fazer uma experiência “prática” e R, responsável do plantão no momento, guiou o trajeto pela parte mais afastada da QiB, atrás da vivência. Elas disseram que sempre observavam as mulheres e, caso elas apresentassem algum sinal – L e R simularam rosto e gestos de desconforto –, falavam diretamente com as jovens e perguntavam se a situação estava sob controle. Elas também riram ao cruzar com um casal heterossexual que se beijava e confessaram que muitas vezes sentiam vergonha e tentavam “passar reto” se a situação

parecesse esperada. R também avaliou que o dia estava tranquilo, “pelo menos até agora”, e seguiu em seu plantão.

Caso algum problema acontecesse, existia um protocolo a ser seguido: elas dividiam os casos entre perigo não imediato e perigo imediato. Os primeiros eram casos de agressão verbal: “chamou a menina de vagabunda, puta”. Com a denúncia a um integrante da CAO, os membros separavam vítima e agressor. A vítima ficava no “cantinho da CAO”, um espaço reservado na festa com local para descanso, geralmente com cadeiras, pufes e água. Os membros se mostravam dispostos a ajudar a vítima, perguntando se ela estava bem, se queria acionar algum amigo, se queria ir embora da festa... Geralmente as vítimas se acalmavam e permaneciam no evento. Já os agressores recebiam uma advertência por escrito, “Você está incomodando e oferecendo perigo para as pessoas”, e assinava para registrar o ocorrido. Muitas vezes, o caso chegava via terceiros e elas descreviam o potencial agressor para outros membros: “fica de olho, ele pode estar assediando alguém por aí”. Quando identificado, ele recebia uma advertência verbal: “chegou no meu ouvido que isso está acontecendo. Não estou aqui para te julgar, mas apenas te alertando”. Quando o caso era de perigo imediato – “um menino deu um tapa na namorada uma vez” –, ocorria a “profilaxia”: a vítima era orientada a ir ao hospital e a alguma delegacia da mulher próxima à festa, mas na maioria dos casos não se levava a denúncia adiante. Já o agressor era retirado da festa imediatamente.

Após a festa, nas reuniões a CAO deliberava sobre os casos em consenso e definia uma punição a ser adotada. Geralmente era a expulsão das entidades e times a que a pessoa pertencia por um tempo determinado, de seis meses, como no caso de agressão relatado, a até quatro anos, como em um caso mais grave que envolveu duas unidades. Além disso, a pessoa ficava proibida de comprar álcool nas festas. Mesmo assim, se quisesse frequentá-las, não era proibido disso: “a gente avisa: você não é bem-vindo aqui, pois tem uma advertência, mas o espaço é público”.

A CAO fazia um acompanhamento das vítimas depois das ocorrências e deliberações. Com o contato via WhatsApp, trocavam mensagens frequentes e checavam com amigas e pessoas próximas se a mulher estava em segurança: “ela está recebendo algum tipo de ameaça? Está sendo perseguida? Ele [o agressor] está te incomodando de alguma forma? Se ela namora, eles continuam namorando? Houve uma melhora?”. Com o fim do caso, montava-se uma tabela com o registro e os casos eram hierarquizados pela gravidade. Além da presença física nas festas, a CAO possuía um canal direto via formulário no Google Docs, que recebia denúncias, bem como os próprios membros poderiam trazer uma reclamação caso fossem procurados. Todos os casos deveriam ser registrados em algum desses meios para torná-los oficiais.

Em seus anos de atuação, a CAO teve 11 casos de afastamento e/ou punições mais graves. L disse que alguns “caras” já ameaçaram membros, principalmente nas festas durante os momentos de mediação, e que elas tiveram que ser acompanhadas por seguranças: “teve casos que o cara ameaçou partir pra cima”. Mas destacou que a postura mais comum entre as pessoas era de remediar ou abafar os casos, principalmente os amigos homens dos agressores. Revelou uma atitude paradoxal dos homens, que no discurso se mostravam abertos à atuação da CAO – “adoro o trabalho de vocês”, “eu defendo a liberdade sexual das mulheres” –, mas mudavam de postura no momento em que eles ou seu(s) amigo(s) recebia(m) uma denúncia: “ela tava bêbada”, “ela está mentindo”, “ela está exagerando”, “não precisa disso tudo”, “não foi bem assim”. “Eles são bem cínicos”, resumiu L.

L também relatou que a atuação na CAO interferia em suas afetividades. Bissexual, ela afirmou que alguns homens tinham medo dela nas festas: “eu adoro [a CAO], mas acho que é um peso. Muitas pessoas não chegam em mim nas festas”. Contou que estava conversando em um dos eventos com um homem que não sabia do seu envolvimento com a CAO. Ele disse: “acho melhor a gente não ficar, agora tem todo esse movimento feminista, vão achar que eu tô fazendo algo de errado com você aqui”. Ela riu e dispensou o homem. Também contou que alguns homens a tratavam bem, mas ela percebia um interesse, ou por terem alguma denúncia em aberto ou para “fazer social”. Durante a conversa na QiB, um garoto de camisa florida cumprimentou L com afeto. Quando ele saiu, ela revirou os olhos. Depois explicou: “aquele cara que me cumprimentou, ele tem um caso na CAO que eu tô acompanhando. Ele é da família futsal [time de futebol da ECA]. Finge amizade para fazer a social, tem medo de ser expulso” ou, como concluiu mais tarde, “tem muito macho tentando pagar de *indie*”. Também contou que naturalmente não manteve amizades com os homens que receberam punições da CAO.

Novamente o esporte apareceu como uma maneira de categorização entre os homens e suas ações. L considerava que a maioria dos “machos escrotos” pertencia ao time de futebol da ECA. Muitas mulheres tinham aversão aos membros da chamada “família futsal” devido à postura dos seus integrantes. “Não acabou, tem que acabar, eu quero o fim da família futsal” era uma das piadas entre elas, paródia inspirada na música comum em protestos com grito direcionado ao fim da Polícia Militar. Mesmo que esses homens e o futebol carregassem esse selo, L também considerou que a atitude deles estava mudando, já que recentemente buscavam escutar mais as mulheres e as iniciativas da CAO: “eles tão tentando reverter [essa imagem], eles tão vindo falar com a gente”. Outro momento que L apontou como sinal de mudança foi o Intereca, campeonato interno da ECA, com o inédito time LGBT. L também contou que naquela semana ficou sabendo informalmente que os homens do time do atletismo fizeram um grupo

no aplicativo WhatsApp para avaliar as mulheres com quem eles já fizeram sexo, mas ainda não havia denúncia formal, vazamento de informação ou prova suficiente para uma punição: “apenas para ficar atenta”. Como contraponto, L destacou outro time, o de vôlei, formado majoritariamente por homens *gays* e muito popular na ECA por “ganhar muitas medalhas”. Considerou que eram “um exemplo [a ser seguido]”. Disse sobre um amigo do time “que estava tentando se policiar” em relação a atitudes machistas depois de conversas com L. Muitos deles também são membros da CAO, principalmente mediando casos de homofobia e racismo.

A violência era vista pela CAO de muitas maneiras que iam além das formas físicas e verbais, e incluíam algumas representações simbólicas. Outra frente de atuação era a fiscalização das músicas nas festas. Antes de todo evento, os DJs mandavam as *playlists* para a CAO avaliar se não existia alguma mensagem indevida, principalmente relacionada à objetificação das mulheres. L completou: “sim, toda música objetifica as mulheres, mas a gente tenta evitar algumas” e citou dois exemplos de músicas problemáticas retiradas das *setlists*: “Eu que sabotei o copo dessa piranha”, dos MCs MR Bim e GW, e “Mochila nas costas, radinho na cintura”, do MC Topre. Ambos são *funks* 150 bpm, estilo acelerado que se popularizou nos últimos anos no segmento, e “proibições”, versões que falam explicitamente sobre sexo e drogas. A primeira narra um jovem que colocou “uma bala boa” no copo de uma mulher, chamando-a de “piranha”, e, após o efeito da droga, fez sexo com ela.

Eu que sabotei o copo dessa piranha
 Botei uma bala boa, uma bala que bate a onda
 Vamo, novinha, quicando de quatro
 Ela cai com a buceta na minha direção
 Potok, potok-pok, potok no buetão
 Potok, potok-pok, naquele pique, presta atenção
 Oi, potok, potok-pok, potok no buetão
 (MC MR BIM; MC GW, 2019²⁴)

Vale ressaltar que não foi observado nem dito pelos jovens algo sobre o ato de alcoolizar ou drogar mulheres de forma ativa e consciente, como retratado na música, naquele contexto. É sabido que essa prática é comum e validada em outras unidades²⁵, mas não apareceu no trabalho de campo.

Já a segunda música cria duas categorias entre as mulheres: as “malandras”, que “senta por prazer”, e as “prostitutas”, que cobram pelo ato.

²⁴ MC MR BIM; MC GW. EU QUE SABOTEI O COPO DESSA PIRANHA - MR Bim e MC GW (Clipes Oficiais) DJ 2D Paraíso. GR6 MUSIC. *YouTube*, 26 jun. 2019. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=0hrmE-Y--9o>. Acesso em: 25 ago. 2020.

²⁵ Para tal, ver Almeida (2019) sobre essa prática de violência na USP.

Soca soca trepa trepa
 Mochila nas costas
 Radinho na cintura
 Bonezinho pra trás
 Só caçando puta
 Mochila nas costas
 Radinho na cintura
 De PCX, com a puta na garupa
 Prostituta é prostituta
 Soca soca trepa trepa
 E malandra é malandra
 Soca soca trepa trepa
 Umas senta por prazer
 E outras só faz por grana, se ligo'
 (MC TOPRE, 2019²⁶)

Ainda que a objetificação seja um guia, não ficou claro o critério estabelecido pela CAO para a liberação ou não de uma música. A própria L reconheceu essa limitação e contou que sempre havia discussões sobre esses critérios. Contou de uma grande discussão devido à letra de “Beautiful Girls”, de Sean Kingston (2016), em que o autor dizia que poderia cometer suicídio devido à beleza das mulheres, o que estimularia um comportamento considerado negativo. Depois de muita discussão, a música continuou nas festas. Vale destacar também que não houve uma reflexão maior sobre o uso das palavras “prostituta” ou “puta”. Seja nas músicas, seja nas falas dos homens, naquele contexto esse uso era considerado apenas como uma ofensa às mulheres, sem uma leitura crítica ou simbólica sobre prostituição feminina; isso estava fora do debate naquele contexto.

As drogas também eram uma pauta constante, muito além da sua representação nas músicas. L destacou o álcool, já que o argumento “eu tava bêbado” era o mais usado pelos homens quando recebiam uma acusação nas festas. L foi categórica: “não muda nada”. Outro ponto importante era a recomendação aos membros que não consumissem álcool enquanto estavam nos plantões da CAO. L brincou: “se alguém estiver ‘louco’ num plantão, os outros [membros da CAO] vão olhar torto”. Também revelou que ela e as outras diretoras não bebiam em nenhuma festa: “se estourar algo, vou saber resolver”. Contou que, quando querem beber, vão para festas de outras unidades.

O regimento da CAO era muito direto ao dizer: “o que foi falado na CAO fica na CAO. Espalhar informações queima nosso filme e atrapalha o andamento dos casos”. Apesar dessa máxima, L disse que suas amigas sempre pediam conselhos sobre homens com quem elas

²⁶ MC TOPRE. Mochila nas Costas, Radinho na Cintura (GR6 Filmes) DJ Selminho. GR6 MUSIC. *YouTube*, 13 jul. 2019. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=122KavadQR0>. Acesso em: 25 ago. 2020.

estavam “ficando” ou querendo “ficar”, e ela dava dicas, mesmo que os casos fossem sigilosos, apenas dizendo sim ou não.

Após o panorama sobre a comissão, cabe destacar alguns pontos relevantes sobre a disputa entre homens e mulheres. A primeira disputa está na concepção do que é violência naquele contexto. Os limites entre paquera e abuso, afeto e agressão, elogio ou ofensa estavam em uma arena de debates constante que envolvia os dois lados. Novamente citando os estudos de Heloisa Almeida (2019) sobre os casos de violência na universidade,

nota-se uma disputa de sentidos pelos atos que eram nomeados como violentos, por um lado, ou classificados como sexo ou mesmo apenas uma “brincadeira”, por outro. Numa sindicância que apurava um estupro numa festa universitária, nas notícias sobre outro caso em um campus do interior, nas memórias sobre casos de assédio sexual na relação entre professor e aluna (ou orientanda): havia uma evidente disputa entre “foi sexo ou estupro”, “simples paquera ou assédio”? De certa forma, essa disputa era o centro do debate em muitos dos casos – qual a fronteira entre ato sexual consentido e violência? (ALMEIDA, 2019, p. 2)

Mais do que uma disputa sobre a definição em si do que seria uma violência, havia uma disputa sobre quem era o definidor disso. Assim, as mulheres, por meio da CAO, se colocavam como autoridade que estabelecia os critérios e, por consequência, poderia aplicar uma punição. Como um poder paralelo, era o momento em que as mulheres possuíam o comando que reconhecidamente não encontravam em outros espaços. Mais do que um domínio da cena, aqui existia uma resposta concreta às atitudes dos homens consideradas inadequadas naquele contexto.

Existe também uma disputa simbólica sobre a imagem masculina. Toda representação dos homens pelas mulheres passava por uma performatividade em torno da predação sexual. Essa predação foi analisada por Miguel Vale de Almeida (1995, p. 67) sob duas características: a primeira seria uma masculinidade (social/coletiva) sempre ameaçada por uma “feminilização”, em que a performance sexual garante uma manutenção do masculino, e a segunda, uma visão (individual/sujeito) de um homem “vítima de uma libido sempre presente em seu corpo”, que precisaria ser domado pela mulher. Dessa forma, as mulheres identificavam nesses homens ações “de predação”, pois eles representavam uma ameaça naquele contexto que precisava ser combatida.

Assim, também podemos destacar o caráter punitivista que caracteriza a CAO. A todo momento, o vocabulário “jurídico” – vítima, acusado, denúncia, punição, profilaxia, agressor – era usado, bem como se estabelecia uma polarização entre os homens – escroto, machista, silenciador, violento – e as mulheres – oprimidas, silenciadas. A CAO respeitava uma lógica

de “vigiar e punir”, com estratégias que impunham normas e condutas aos homens e, consequentemente, permitia às mulheres adotar posturas que não adotariam em outros contextos. L concluiu que a iniciativa da CAO era sobre as mulheres reconhecerem que os espaços das festas também eram delas e que não deveriam se sentir desconfortáveis ali.

3.1.2. CAO: limitações

Assim como qualquer organização, era visível que a CAO possuía limitações em sua atuação. O despreparo e amadorismo dos jovens em lidar com situações tão graves é o primeiro apontamento. Cláudia Lago, presidenta da Comissão de Direitos Humanos da ECA, apontou: “o fato de você ter boa intenção, ajudar, lutar pelo colega, não quer dizer que você tem as ferramentas para fazer isso”. A própria L admitiu que são jovens resolvendo os casos: “a gente está fazendo um trabalho que a gente não deveria fazer. A gente não tem experiência jurídica, médica...”. Mesmo com todos os problemas, L se orgulhava da estrutura e robustez que a comissão tinha, bem como recebia depoimentos positivos de alunas e alunos pela atuação.

Outro fator limitante eram as áreas de atuação. Casos de assédio ou falas machistas entre professores, por exemplo, não estavam no “escopo” da CAO: “a gente nunca falou sobre eles, nunca chegou nenhuma denúncia formal”. Houve também um apagamento de certas violências específicas, como gordofobia e lesbofobia; a despeito da ausência de casos registrados, não havia garantia de que não aconteciam. As prioridades das pautas da organização também podem ser explicadas pelo perfil dos seus membros, majoritariamente mulheres cisgênero brancas. L apontou que as unidades possuíam especificidades de atuação e violências: por exemplo, na Faculdade de Direito do Largo São Francisco, a CAO local recebeu mais denúncias relacionadas a racismo: “alunos sendo perseguidos, recebendo mensagens pelo WhatsApp como ‘preto, aqui não é o seu lugar’”. Consequentemente, essa comissão possuía mais integrantes negros e de outras raças e etnias.

Vale destacar que, apesar do foco na atuação nas festas, a CAO era uma ferramenta para os membros entenderem um pouco mais das iniciativas e estruturas públicas em defesa das mulheres, como o mapeamento de delegacias da mulher em funcionamento próximas aos eventos e a recomendação da ida das vítimas de violência física ao Hospital Estadual Pérola Byington, referência no tratamento desse tipo de casos. Mesmo assim, esse conhecimento não gerava uma participação efetiva nessas estruturas e L lamentou que apenas naquele ano (2019) houve uma primeira aproximação e o reconhecimento da CAO pela diretoria da ECA.

As limitações da CAO também estavam nas formas de contato com homens e mulheres. Quando perguntada se existia alguma iniciativa direcionada apenas para eles, L se demorou em seus pensamentos e lembrou apenas de uma ativação em um banheiro masculino de uma festa. Nele havia duas caixas: uma com a mensagem “não abra” e outra com “abra”. A primeira continha um cartaz explicativo falando sobre assédio, com as palavras de ordem “não é não”, e na outra havia preservativos. Outro ponto é que, embora fosse representante das mulheres, a CAO não garantia que todas elas tivessem a mesma postura e consciência sobre violência. L relatou que era comum algumas mulheres se colocarem favoráveis aos agressores, principalmente se fossem namorados, durante as festas: “se vocês expulsarem, eu vou com ele”. Também vale ressaltar que a ECA possui um coletivo feminista, mas ele funcionava de forma independente da atuação da CAO. Em momento algum L ou outras membras mencionaram o coletivo.

3.1.3. “*Ser feminista*”

Assim como os homens homossexuais, as mulheres revelaram algumas disputas relacionadas aos valores familiares. Destaca-se aqui a história de L. Ela contou que sua cidade de origem ficava próxima de dois locais importantes para a Igreja Católica: Aparecida do Norte, cidade da santa padroeira do Brasil, e Cachoeira Paulista, sede da Canção Nova, um dos principais polos dos movimentos da juventude católica. L disse que, antes de entrar na faculdade, foi participante do acampamento “PHN: Por hoje não vou mais pecar”, reunião entre jovens que contava com *shows*, palestras e missas. Em um dos sermões, ministrado pelo padre Dunga, famoso entre os jovens cristãos, ele aclamava os presentes, pois estava muito feliz com a presença da juventude. L destacou que era um dos recordes do acampamento: dez mil pessoas. O padre continuou com um exemplo: “Vocês poderiam estar em qualquer lugar e estão aqui. Imaginem se uma menina tivesse na rua, sozinha, de roupinha curta, o que poderia acontecer?”. L se espantou com a frase e os aplausos da plateia e ligou para seu pai, pedindo para ir embora imediatamente. Quando chegou a casa, contou para o pai sobre o sermão e ele, sem entender, concordou com o padre. L disse que naquele momento se deu conta de que poderia ser ela a mulher na rua, bem como qualquer mulher, e que aquilo não estava certo.

Essa consciência, segundo a própria L, se devia a uma “onda feminista” desde 2015, na qual ela se “envolveu mesmo” em 2017, principalmente com a entrada na faculdade: “eu era submissa, hoje eu sei os meus direitos”, o que culminou, entre outras iniciativas, no

envolvimento na CAO. Também contou que a mãe era completamente contra suas iniciativas na faculdade, preocupada com a filha, e dizia que L deveria se importar mais com ela mesma.

Esse relato mostra um maior contato das jovens universitárias com gênero e sexualidade, principalmente por meio dessa “onda”. Como uma descoberta, ou até mesmo um “*coming out*”, em algum momento havia um marco a partir do qual elas se tornavam/descobriam feministas. Mesmo que o objetivo da pesquisa não esteja em torno dessa pauta, cabe aqui destacar que esse ato gerava uma disputa com os valores familiares, reforçando a semelhança com as histórias dos jovens homossexuais e, principalmente, maior familiaridade e bagagem com a pauta gênero desde antes de chegarem à universidade. Esse “preparo” das mulheres mudava a perspectiva do conhecimento e a relação com as pautas por parte delas, e criava uma disparidade com os homens, principalmente os heterossexuais, a ser vista no próximo item.

3.2. “Masculinidades possíveis”

3.2.1. “Ser homem” na perspectiva dos jovens universitários

Para compreender mais a disputa entre homens e mulheres no ambiente universitário, se toma como ponto de partida a visão deles sobre as masculinidades, principalmente na roda de conversa “masculinidades possíveis”. J, devido à disciplina “Gênero, Mídia e Educação”, única disciplina disponível na unidade que abordava o assunto, organizou como trabalho final um encontro entre homens para discutir o tema.

Figura 3 – Ilustração do evento “masculinidades possíveis”

Fonte: J, 2019.

Muito curiosos e inquietos, os cinco jovens presentes estavam ainda desconfortáveis. J, o mentor da reunião, explicou que eles passariam por três tópicos durante a conversa: “quem é

o homem que sou hoje?”, “por onde passei para ser o homem que eu sou?” e “qual o homem que eu quero ser”.

Vale ressaltar que em momento algum se discutiu o elemento “ser” da sentença; eles assumiam que “ser homem” estava posto ou condicionado e, com isso, suas vivências se tornavam uma trajetória em busca de elementos para reforçar o que acreditavam “ser homem”. Novamente se pode citar a ideia de “arena reprodutiva” (CONNELL, 2005), em que a natureza aparece como reforço da concepção de gênero e binaridade, fortalecendo a ideia de que “homem é assim”.

Os jovens trouxeram imagens de uma “masculinidade tradicional” (BENTO, 2015). Eles iniciaram a conversa com um acontecimento daquela semana, citando o ator Juliano Cazarré, que, em um *post* nas redes sociais, defendeu que a masculinidade não era uma construção social. Ele dizia que os homens deveriam sim ter o dever de prover e proteger, comparando os homens a gorilas. O *post* era ilustrado com um vídeo de um gorila macho que protegia a família e acompanhava uma legenda: “A masculinidade é uma construção social... Só que não! PROVER E PROTEGER: a masculinidade faz do mundo um lugar mais seguro. PS1: Quem tem um pai legal sabe. PS2: Esse gorila é mais cavalheiro do que muito homem por aí... dorme com esse barulho”²⁷.

Um dos jovens deu sua opinião sobre o caso “seja mais gorila”, dizendo que o ator poderia estar em sofrimento e que essa maneira de “se apegar na ideia de ser gorila” foi a forma que encontrou para se mostrar mais forte. Apontou que a vulnerabilidade era a questão: “por que [o ator e os homens] não enxergam valor, ou força, nas suas vulnerabilidades? Ninguém quer ser fraco, mas o que é ser fraco?”.

Propôs uma metáfora comparando homens a máquinas, sem sentimentos: “‘seja forte’ é o que a gente mais escuta”. Outro garoto complementou que essa masculinidade nunca era alcançada, já que a cobrança sempre existiria em diversos temas: “ganhar dinheiro, pegar gente”, e reforçou a imagem de máquina: “você fica robotizado mesmo”. Também usou como exemplo palestras de “*coaching*”, que se popularizaram no país e se tornaram “memes” nas redes sociais por mostrarem esse caráter competitivo entre os homens. O maior exemplo é Eduardo Santorini, “*youtuber*” e autor do livro *Como conquistar uma mulher em 15 minutos*, da editora Astral Cultural, publicado em 2015.

²⁷ CAZARRÉ, J. Foto. **Instagram**, 02 nov. 2019. Disponível em: <https://www.instagram.com/p/B4XjOAlDEHD/>. Acesso em 09 de fevereiro de 2020.

Figura 4 – Eduardo Santorini, “coach de relacionamento”

Fonte: SANTORINI (2020).

Outro aspecto reforçado era o contato com elementos que seriam “femininos”. Os homens também disseram que precisavam de um aval para o acesso a esse universo e que o álcool poderia ser um desses álibis. Eles discutiram sobre dançar: “se um homem tá dançando é porque tá bebendo, tá louco”. Um dos homens disse que mesmo esse “homem tradicional” possuía vivências “femininas”. Exemplificou com o seu padrasto, que era uma pessoa agressiva, o que se impulsionava com o álcool. Mas a droga também trazia uma permissividade para ele viver outros papéis, que o levava a colocar peruca, dançar músicas da Madonna e fazer piadas: “quando ele se dava conta que ele estava nesse [outro] papel, ele virava o bicho de novo”. Aqui novamente o álcool aparece como ferramenta para “sentimentalização” (VALE DE ALMEIDA, 1996).

Outro homem complementou que essa demonstração do que é dito “feminino” era lida como um sinalizador em relação à orientação sexual. Desse modo, homens “femininos” automaticamente estariam interessados em outros homens: “quando isso não acontece, dá um *bug* social”. Um dos homens dizia que estar bem vestido também caracterizaria algo feminino e de homossexualidade. Contou que a sua referência de estilo na adolescência era “gay”. Citou o cantor americano Justin Timberlake, falando sobre a sua admiração em relação ao estilo dele, à forma de dançar e ao porte físico: “ele é foda”, mas isso gerava piadas entre amigos e amigas.

Essa negociação do que é próprio, para performance e consumo, dos homens pode ser vista nos trabalhos de Marko Monteiro (2000, 2001) na análise de revistas masculinas em que a representação dos homens está sempre em adaptação. Ídolos, relacionamentos, roupas, cosméticos... Todo o universo simbólico, e de consumo, está em constante incorporação de elementos masculinos para garantir o que é adequado para eles. Dessa forma, os homens não “se feminilizam” ao ter contato com elementos femininos, para os jovens aqui representados pelo “estilo gay”, mas há uma “masculinização” dos símbolos para “manter intactas as divisões entre os gêneros”. Caso não haja esse ajuste, ele é inadequado para os homens. É o que aconteceu com o jovem que tinha Justin Timberlake como ídolo e teve sua sexualidade colocada

em xeque pelos amigos, já que supostamente ambos não respeitariam uma estética masculina: “ah, ele [artista] é *gay*, então você [jovem] é *gay* também”.

Apesar desse “conflito” com a homossexualidade na adolescência, já na universidade os homens heterossexuais viam nos homens homossexuais e no “universo *gay*” aliados para novas percepções de masculinidades. Ao iniciar um curso de teatro, um dos homens contou ser o único homem hétero da turma: “pô, cara, como é que é? Isso é muito novo para mim”. Ele ficou com medo de passar a imagem de ser um potencial agressor. Ao mesmo tempo, o teatro permitiu que ele se expressasse como era. Riu quando contou que a mãe ficou preocupada ao ver o filho frequentando “baladas *gays*”. Ele sentiu uma mudança no ambiente dessas festas, principalmente em relação às mulheres, já que elas também estavam mais livres das abordagens invasivas dos homens: “não tem aquele bando de homem querendo pegar mulher, as mulheres não estavam nesse estado de ‘qualquer hora vai chegar alguém para encher o saco’”. Os jovens que não eram da capital também sinalizavam uma mudança no ambiente das festas em geral: “aqui os caras não estão puxando o cabelo [das mulheres]; como eu nunca tinha reparado que estava errado?”. Com essas experiências, propunham novas subjetividades: “a gente tem muita coisa dentro da gente, do masculino e do feminino”.

3.2.2. *Homens e a CAO: vítimas e disputas*

Ao falarem sobre como acontecia a convivência com as mulheres na ECA, os homens consideravam que elas traziam uma carga punitivista para as relações. De um lado, reconheceram que as jovens estavam mais familiarizadas com pautas de gênero por causa do feminismo e apontaram que palavras como “sororidade” já eram comuns no vocabulário das mulheres. Dessa forma, eles concluíam: “elas são as vítimas e não caem em lugares tão problemáticos quanto os homens”. Por outro lado, mostraram algumas consequências desses modo de ação feminino. Um deles desconfiava se as mulheres estavam tão preparadas sobre as pautas, pois considerava que os movimentos nasciam da dor e estavam dentro de uma dinâmica de reatividade. Todos os jovens apontavam frases como “quem é você, homem branco?” e “vamos excluir o macho escroto” como sintomas dessa reação. Os marcadores, principalmente de raça, serão discutidos adiante. O mesmo jovem ressaltou que havia preconceito vindo “de lá”, com ações que poderiam ser equivocadas, perigosas e irresponsáveis. Aqui os homens destacaram a CAO como símbolo dessa reatividade.

Um deles narrou a história de quando passou por uma espécie de boicote em seu curso ao receber uma advertência dizendo que não poderia frequentar algumas festas. Segundo ele,

ninguém conversou sobre o ocorrido ou sobre os motivadores da punição. Contou que se sentiu excluído e agredido pela situação: que “o estrago psicológico já estava feito” e o fato fez com que naturalmente se aproximasse apenas dos homens da turma. Ao tentar frequentar outra festa, disse que foi novamente notificado, pois algumas pessoas presentes se sentiriam desconfortáveis com sua presença. Disse que não conseguia lidar com esse sentimento sozinho, que era muita responsabilidade para alguém: “cara, tô mal”. Depois de novamente pedir uma justificativa, uma mulher enviou um áudio pelo aplicativo WhatsApp contando o ocorrido: em uma QiB, ele estava ficando com uma mulher. Segundo ela, estava alcoolizada e se sentiu abusada: “pra ela, eu me aproveitei dela e isso não tinha diferença nenhuma de um estupro”. Surpreso, ele agradeceu a mulher que fez a ponte, dizendo que se soubesse antes isso teria evitado o sofrimento de todos os envolvidos. Mesmo assim, discordou da versão apresentada. Segundo ele, ao perceber que ela estava alterada, chamou uma amiga e pediu ajuda para cuidar dela. Justificou: “essa amiga me trata bem, não tem nada contra mim”. Ele deu a sua versão dos fatos para a suposta vítima, mas não obteve resposta. Depois dessa história, ele acreditava que ela havia criado uma memória baseada em algo em que queria acreditar: “se o cara branco pegou a menina bêbada, ele vai se aproveitar”. Sentia que o grupo, principalmente amigas que não estavam presentes na festa, teve muita influência no desenvolvimento da história: “quando não se escuta, cria-se isso”. Ele finalizou a narrativa agradecendo aos homens presentes por terem ouvido sua história.

Outro homem contou um caso que envolvia a acusação de um veterano em um suposto caso de assédio. Ao chegar à unidade, ele já foi alertado pelo grupo a não se aproximar do suspeito. Ressaltou que na universidade as pessoas estavam em busca de aprovação social e que realmente não se aproximou do suposto assediador. Com o passar dos anos, ele reavaliou sua postura e buscou o homem para ouvir sua versão dos fatos: “ele é um cara que eu admiro muito, uma pessoa boa, mente aberta e foi um mal-entendido”.

O caráter punitivo das mulheres, na visão dos homens, criava um ambiente hostil: “não vai haver espaço para o homem hétero branco, ninguém vai comprar, seja porque não escutam, seja pela aprovação social”. No ambiente universitário, “se você se revoltar [contra os valores vigentes], vai ser excluído”. Dessa forma, ali os homens seriam automaticamente vistos como opressores e, segundo eles, sem chances de defesa. Reivindicavam uma chance para aprender, já que estariam abertos à escuta: “se eu sou um cuzão do caralho, eu tenho que tá disposto a aprender”.

Para além do ambiente universitário, os homens expandiram a questão aos homens “do mundo real”, principalmente como um argumento para não validar o caráter reativo das ações

das mulheres. Um deles fez uma comparação com o sistema penitenciário: “eu fiz muito trabalho voluntário com ex-presidiário e os caras falam: ‘eu errei, mas eu tô sendo torturado, é desproporcional’”. Ele temia que essa desproporção (das ações das mulheres) afastasse os homens “do mundo real” de uma nova postura, bem como que criasse um efeito rebote e novos vilões: “o cara cometeu um vacilo, uma merda. A repressão vem tão violenta que ele não guenta, liga o foda-se e vai ser o vilão mesmo. Esse cara, se alguém pega pesado com ele, ele fica pior do que ele é”. No “mundo real”, os homens seriam mais fechados, reproduziriam discursos prontos como “agora tudo é machismo, agora tudo é opressão” e estariam mais propensos a um efeito rebote caso pressionados: “se alguém apontar o dedo na cara [desses homens], vão querer sair no soco. Não se enfia goela abaixo de ninguém”. A todo momento os homens universitários se colocavam separados dos homens do “mundo real”, sempre se afirmando como mais abertos e conscientes. Essa separação e leitura das realidades será aprofundada mais adiante.

O universo de compreensão dos homens universitários sobre o papel e as iniciativas das mulheres estava em torno de legitimar um papel de oprimido e/ou vítima: reforçavam o tempo todo que estavam acuados e com medo de errar. Aqui pode-se fazer uso dos estudos de Isabela Venturoza Oliveira (2016, p. 91) com a análise dos discursos dos homens fichados pela Lei Maria da Penha em grupos reflexivos:

a figura da vítima é contemporaneamente construída e mobilizada para possibilitar o reconhecimento social de modalidades de sofrimento, dando a eles inteligibilidade e, por consequência, legitimação moral [...] Assim, o silêncio ou a fala dura que perdura em outros âmbitos, nos encontros dos grupos reflexivos são substituídas por narrativas com frequência de outra ordem, frequentemente a partir daquele que sofre [...] Nessa nova configuração, as parceiras são retratadas como loucas, agressivas, irracionais, infiéis e pouco razoáveis, revelando-se um novo “algoz”.

Tomadas as devidas proporções, vemos as mesmas ferramentas sendo utilizadas pelos homens no contexto universitário. As mulheres, na visão deles, são reativas, sentenciadoras e não escutam. Também recorrem ao mesmo vocabulário jurídico das mulheres, principalmente da CAO – justiça, defender-se, presídio...

Essa “nova configuração” estabelecida pelos homens para se tornarem vítimas também foi reforçada quando fizeram a divisão entre os homens universitários e os homens do “mundo real”. O estabelecimento de critérios próprios entre os homens para subverter a imagem de opressores é uma ferramenta comum e se destaca aqui a análise da imagem construída simbolicamente de estupradores. Novamente citando os estudos de Heloísa Buarque de Almeida (2019, p. 19):

há também um estuprador monstruoso imaginado, e os jovens alunos – muitos dos quais efetivamente bons alunos em sala de aula – não correspondem ao estereótipo imaginado do agressor sexual. [...] Essa imagem não condiz com alunos dos cursos mais elitizados da universidade, e assim se desvaloriza a denúncia dado que alunos de uma escola de elite não poderiam ser monstros.

A imagem “do outro” se tornava uma maneira importante de os homens universitários não refletirem sobre seus atos e sobre seu potencial de violência contra as mulheres. O que em certo momento parecia uma percepção equivocada inconsciente dos homens sobre seus atos se transformava em mais uma forma ativa de defesa entre eles. Isso ficou evidente quando se afirmavam como diferentes dos homens “do mundo real” ao mesmo tempo que em seus relatos estavam presentes marcadores de uma “masculinidade tradicional” (BENTO, 2015), centrada na força, no silenciamento e na busca por “hegemonia” (CONNELL, 2015) sobre as mulheres.

Também é interessante o modo como o marcador racial, “homem branco”, apareceu destacado pelos homens universitários apenas nesse momento do campo. Assim como já citado, reforçou uma característica da “branquitude” de se distanciar da imagem de um (potencial) agente discriminador. Dessa forma, os “homens brancos” descritos na verdade seriam “um tipo de branco” que reforçava um ideal de opressão com o qual os homens daquele contexto não se identificavam. Mais do que isso, havia nesse “homem branco hétero” características de um opressor “construído” pelas mulheres, como se elas tivessem uma versão distorcida da realidade dos homens no contexto, já que “elas não escutam”. É uma construção lógica sutil, porém refinada, de defesa: as mulheres universitárias consideravam todo “homem hétero branco” um potencial agressor e os homens universitários alegavam não serem “aquele tipo” de homem, portanto as críticas ao comportamento dos homens universitários feitas por elas não eram válidas. Ou seja, os próprios homens se apropriaram dos marcadores identificados pelas mulheres para desqualificá-las, sempre baseados na disputa “nós [homens universitários héteros brancos] somos diferentes deles [homens héteros brancos]”.

Todas essas ferramentas eram compartilhadas e mantidas em uma rede de proteção entre e pelos iguais. Essa rede ia além de uma busca de compreensão, mas se tornava um sistema de defesa dos homens. Diferentemente das mulheres, que reivindicavam os espaços por meio da voz, nessa rede imperava o silêncio. Mais do que uma rede de solidariedade masculina, havia uma cumplicidade e um álibi: ao acolher, ou melhor, defender os acusados, os homens estavam automaticamente se defendendo de futuras acusações. Esse mecanismo também pode ser visto em outros contextos, como nos estudos de León (2015) que analisam a flexibilidade das práticas sexuais dos homens durante as festas, ou como aponta Heloísa Buarque de Almeida (2019) a

existência de um “currículo oculto” nas práticas dos homens universitários. Em suma, “silenciar é tático para o masculino e suas facetas” (LEÓN, 2015, p. 140).

Dessas duas formas, enquanto vítimas das mulheres e enquanto homens diferentes dos homens “do mundo real”, os jovens naquele contexto se isentavam, ou tentavam se isentar, de suas responsabilidades nas interações com as mulheres. Novamente citando Cláudia Lago, “todo rapaz da ECA se acha o Rodrigo Hilbert”, referência ao apresentador que seria um ideal de homem “desconstruído”, mas o que foi visto até aqui são discursos e práticas em conflito.

Um dos caminhos que os homens apontaram como solução para uma “masculinidade crítica” (BENTO, 2015) é a educação entre os pares e com as mulheres. Todos os homens relataram um momento transformador em que “foram ensinados” ou “ensinaram”. Dizem que o medo de errar travava um diálogo entre os homens: “eu posso errar. Eu queria poder perguntar: e isso aqui? É problemático?”; “já pensei muito sobre o assunto, mas nunca tive ninguém para falar”. Um dos novatos destacou que teve pessoas “de coração aberto” que ensinaram coisas novas – “tá errado por conta disso” – e avaliou que teve muita sorte, pois já disse muita besteira no passado e ainda falaria no futuro: “as pessoas foram me conscientizando e não me julgando, me senti aberto para errar”. Os jovens também reforçaram uma obrigação de levar esses ensinamentos a outros homens “do mundo real”, principalmente aos jovens de fora da capital: “ensinar algo para alguém, isso é político”; “tenho o desafio de falar com meus amigos da minha cidade de coração aberto”.

Ao fim do encontro, começaram a falar sobre as possíveis percepções da roda de conversa: “eu tenho medo de participar desse tipo de encontro, vão achar que eu tô tentando armar uma resposta ao movimento anti-opressão (CAO). A gente só tá aqui comendo batatinha”, se referindo aos salgadinhos consumidos durante a reunião. Estavam reorganizando as cadeiras da sala e combinando uma próxima reunião, pois iniciativas como aquela deveriam continuar. J diz que o grupo deveria ter um nome e os homens brincaram com estereótipos masculinos, como o filme *Clube da Luta* (1999): “aqueles que ficou horas falando sobre masculinidades e não entendeu nada”. Por fim, criou-se um grupo no WhatsApp com o nome “Masculinidades anônimas”, uma alusão ao grupo Alcoólicos Anônimos para dependentes em tratamento.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Após a exposição e análise de como o álcool compõe o contexto universitário, cabem aqui alguns apontamentos sobre o percurso apresentado. Como já dito, em todo o texto é possível observar o papel do álcool na construção das masculinidades universitárias. Mais do que um elemento periférico, é preciso reconhecer que é protagonista: o álcool era um agente nas festas, nos encontros, nos jogos e nas maneiras de consumo que determinavam (certas) performatividades. A partir dessa trajetória, destacam-se aqui dois pontos reflexivos: o álcool como criador de uma linguagem; o álcool como elemento que mantém a hierarquia vigente.

Assim como levantado nas hipóteses, o álcool cria uma linguagem específica no contexto. “A bebida que transforma” subverte os limites e é uma impulsionadora/intensificadora de relações e jogos afetivos, vistos em forma de “pegação” e dança nas festas, por exemplo. “Ficar louco” carrega em si símbolos e maneiras de expressão características de certas permissividades que os homens não têm quando sóbrios. Dessa forma, o ambiente universitário, incluindo os momentos de sociabilização não oficiais, abarca um universo de experimentação. As interações sob efeito do álcool permitem um questionamento dos limites, uma subversão das normas e até mesmo novas composições sociais, principalmente quando se consideram o gênero e a sexualidade.

Essas performatividades, porém, não são feitas de maneira harmoniosa. As disputas entre e com os homens também acontecem através do álcool, principalmente na relação com as mulheres. Por meio da violência contra elas, sobretudo em forma de abuso nas festas, os homens reafirmam espaços de poder e mantêm uma ordem vigente. Dessa forma, o álcool, que em um primeiro momento parecia subverter e propor novas masculinidades, se torna um aliado e é até usado como justificativa para determinadas ações. Uma das provas é o uso do argumento “eu estava bêbado” como principal justificativa deles para o assédio e a violência contra as mulheres.

Dessa maneira, o que aparece de forma específica no contexto universitário se mostra revelador de uma base sólida de masculinidade tradicional (BENTO, 2015) ainda presente entre os jovens. Por inúmeros fatores, eles ainda reproduzem “padrões” que valorizam e beneficiam certas ações diante de outras, criando uma hierarquia entre os próprios homens, principalmente considerando a sexualidade, e com as mulheres. Além disso, a existência de um “sistema de defesa dos homens” também é sintomática dessa manutenção de uma masculinidade que privilegia o poder e a submissão de alguns grupos, de forma consciente ou inconsciente.

Vale também destacar que, ainda que não tenha sido o objetivo do trabalho, ficou evidente no estudo que esse sistema de defesa masculino vai além das ações dos jovens universitários e também é revelador de violência nas instâncias oficiais. Professores, funcionários, sindicâncias e investigações privilegiam os homens diante das mulheres, visto que há um silenciamento das denúncias e uma (não) ação em torno dos casos de violência e abuso. O álcool também ajuda a ratificar essa estrutura: enquanto para os homens ele é a “desculpa perfeita” usada pelos julgadores, como se o ato de estar alcoolizado fugisse da responsabilidade da universidade e, portanto, não fosse passível de julgamento, para as mulheres o álcool é revelador de uma imoralidade:

Nas universidades, uma aluna que participa de festas, consome bebidas alcoólicas ou outros tipos de substâncias psicoativas já parece demonstrar sua “imoralidade” [...] Ou seja, o fato de que as denunciante não estão no padrão de gênero imaginado para uma vítima inocente produz nas instâncias apuradoras dos atos de indisciplina – como as sindicâncias – uma insensibilidade à agressão e uma suposição de que teria sido apenas um ato sexual. (ALMEIDA, 2019, p. 18)

Ou seja, a universidade revelou um outro aspecto para além da transigência: mostrou-se um ambiente de manutenção de estruturas opressivas. Mais do que apenas um diagnóstico do contexto, a importância da reflexão presente também está no que extrapola os limites do *campus*. Ficou claro no trabalho que as performatividades junto ao álcool formam masculinidades controversas que serão exercidas fora dos *campi*. Dessa forma, a universidade pode ser vista como um laboratório de formação e reprodução de performances de masculinidades problemáticas, já que gera disputa entre iguais e, principalmente, entre diferentes. É uma estrutura hierárquica fundada em uma “verdade natural” (ALMEIDA JR., 2011) a ser perpetuada, perspectiva que também pode ser vista em outros estudos sobre a universidade, como o de Antônio Ribeiro de Almeida Junior que evidenciou como o “trote” iniciava relações desiguais que são levadas para as interações sociais “no mundo real”.

Apesar desse quadro, existia uma crítica iminente a essas performatividades. Assim como a universidade, os homens mantêm um paradoxo: junto a uma força de manutenção das estruturas, existe um questionamento constante das ações e “medo de errar”. A dúvida também regia as vivências dos homens universitários e certas práticas já se mostravam condenáveis e passíveis de mudança. Citando o tripé que Heloisa Buarque de Almeida (2020) coloca ao tratar da violência sexual dentro da universidade – “acolhimento, investigação/punição de agressores e educação/prevenção” –, os homens relembrou o tempo todo a educação como ferramenta para esclarecer pontos que eles consideram ainda turvos sobre as masculinidades,

principalmente relacionados à violência contra as mulheres. Relembaram que homens e mulheres possuíam uma disparidade de repertório relativo a gênero, por inúmeros fatores já apontados aqui, mas que para ambos os conceitos de “masculino” e as perspectivas sobre os “homens” não participavam desse repertório. Dessa forma, os homens não se pensavam enquanto agentes que transformavam e mantinham poder, e as mulheres não pensavam sobre novas maneiras de masculinidades possíveis/plurais deles e para com elas. A educação pode ser a chave para reverter esse cenário, principalmente para que os homens ativem a sua rede de irmandade em prol de um questionamento de certas ações e da subversão a estruturas repressoras. Reiterando a fala das jovens, “na CAO temos um lema: todo mundo pode mudar”. Essa frase se tornava uma crença delas (e de alguns homens) em uma perspectiva de transformação.

Como o presente trabalho também tem a intenção de ser o início de um diálogo sobre o tema e não uma reflexão que se finda em si, aqui também vale o levantamento de novas hipóteses e aprendizados que se revelaram ao longo da pesquisa, mas podem ser analisados com maior profundidade futuramente e/ou fugiram ao escopo definido. Destacam-se aqui dois pontos: o álcool e outros marcadores, como raça e orientação sexual, e o álcool para as mulheres.

Foi dito que o consumo e manejo do álcool naquele contexto não trazia diferenças quanto aos marcadores de raça e orientação sexual. Isso não significa que esses marcadores não fossem decisivos nas masculinidades no contexto, nem que em outros recortes e situações não poderiam apresentar outros padrões; apenas que no material coletado eles não foram definidores de ações e performatividades. Dessa forma, outras situações universitárias podem ser observadas e mais bem analisadas em futuras pesquisas para compreender melhor essas variáveis que, junto ao álcool, podem compor outras masculinidades múltiplas.

O segundo ponto é a relação das mulheres com o álcool. Mesmo sem diferenças observadas no seu consumo e manejo, cabe um olhar mais detalhado dos motivadores e performatividades delas com o álcool. Não ficou claro no presente material se as mulheres buscam os elementos “masculinos” – força, dominação e poder – com o álcool ou se ele também é chave para outros comportamentos e expressões do feminino. Neste trabalho, só se mostrou um “álcool-homem”, como um elemento que é chave para determinadas ações. Resta analisar se elas buscam esse “pacote de ações” vistas que o álcool possibilita ou se a droga traz novas possibilidades também para as mulheres.

Finalizando as reflexões, cabe novamente reforçar que as descrições e a presença nas situações observadas e vividas aqui só se deram devido à intensa interação entre pesquisador e

pesquisados, principalmente com J. Como uma “pesquisa afetiva”, foi possível acessar “camadas” relativas a afetos, sexualidade, raça e situações com o álcool que foram muito além do *campus* universitário. (Re)viver com esses jovens trouxe um paradoxo: momentos em que eles se mostravam meninos/garotos/moleques, com suas inseguranças e vulnerabilidades, e momentos em que se mostravam homens, com ações e discursos muito formatados e pouco abertos a mudanças. Foi por este aspecto que se escolheu retratá-los na narrativa como “homens”, pois, embora estejam em uma fase de experimentação, suas ações já possuem consequências e impacto naquele contexto e no ainda pouco explorado “mundo real”. Foi muito positivo ver que, entre tantos questionamentos, as masculinidades também se mostraram uma pauta de atenção desses jovens para que se tornem novos homens. Mais do que respostas, cabe aqui deixar questionamentos que eles mesmos formularam sobre suas vivências: “onde estamos pisando sendo quem somos? Por onde já passamos? Como podemos (re)pensar nossos próximos passos? E como podemos ultrapassar essas barreiras em direção a uma masculinidade mais saudável?”.

REFERÊNCIAS

- ABREU, C. C. *Experiência rave: entre o espetáculo e o ritual*. 2012. Tese (Doutorado em Antropologia Social) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012.
- ALMEIDA JUNIOR, A. R.; QUEDA, O. *Anatomia do trote universitário*. São Paulo: Hucitec, 2011.
- ALMEIDA, H. B. Violence sexuelle et de genre à l'université: du secret à la bataille pour la reconnaissance [online]. *Dossier: Genre et Justice*, Brésil(s), Sciences humaines et sociales, v. 16, 2019.
- ANDRADE, L. Time LGBT põe representatividade em campo. *Jornal do Campus*, 2019.
- APLICATIVO Campus USP passa a registrar denúncias de violência contra mulher. *Jornal da USP*, 29 nov. 2016. Disponível em: <https://jornal.usp.br/universidade/aplicativo-campus-usp-passa-a-registrar-denuncias-de-violencia-contramulher/>. Acesso em: 21 set. 2020.
- ARILHA, M.; MEDRADO, B.; RIDENTI, S. (Orgs.). *Homens e masculinidades: outras palavras*. São Paulo: Editora 34, 1998.
- BENTO, B. *Homem não tece a dor: queixas e perplexidades masculinas*. Natal: EDUFRN, 2015.
- BRAH, A. Diferença, diversidade, diferenciação. *Cadernos Pagu*, Campinas, v. 26, p. 329-376, jan.-jun. 2006.
- BUTLER, J. *Problemas de gênero: feminismo e subversão de identidade*. São Paulo: Civilização Brasileira, 2003.
- CARLOTTO, M. *Universitas semper reformanda? A Universidade de São Paulo e o discurso da gestão à luz da estrutura social*. 2013. Tese (Doutorado em Sociologia) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2013.
- CARNEIRO, H. S. *Pequena enciclopédia da história das drogas e bebidas*. Rio de Janeiro: Campus/Elsevier, 2005.
- CARNEIRO, H. S.; VENANCIO, R. P. *Álcool e drogas na história do Brasil*. Belo Horizonte: Alameda Casa Editorial, 2005.
- CARDOSO, I. *O mundo e um outro mundo: reprodução cultural e produção da diferença em vivências universitárias de estudantes lésbicas, gays e bissexuais da USP*. 2019. Tese (Mestrado em Sociologia) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2019.

CARRARA, S.; SIMÕES, J. Sexualidade, cultura e política: a trajetória da identidade homossexual masculina na antropologia brasileira [on-line]. *Cadernos Pagu*, n. 28, 2007.

CAZARRE, J. Foto. *Instagram*, 02 nov. 2019. Disponível em: <https://www.instagram.com/p/B4XjOAIDEHD/>. Acesso em: 09 fev. 2020.

CECHETTO, F. *Violência e estilos de masculinidade*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004.

CONNELL, R. *Masculinities*. Berkeley, Los Angeles: University of California Press, 2005.

CONNELL, R.; MESSERSCHMIDT, J. Masculinidade hegemônica: repensando o conceito [on-line]. *Revista Estudos Feministas*, Florianópolis, jan.-abr. 2013.

CONNELL, R.; PEARSE, R. *Gênero: uma perspectiva global*. Compreendendo o gênero – da esfera social e política – no mundo contemporâneo. São Paulo: NVersos, 2015.

CRENSHAW, K. A interseccionalidade na discriminação de raça e gênero [on-line]. *Revista Estudos Feministas*, Salvador, n. 1, 2002.

CRUZ, A. Reitor participa de CPI da Assembleia Legislativa sobre violência sexual contra estudantes. *Jornal da USP*, 10 set. 2020. Disponível em: <https://jornal.usp.br/institucional/reitor-participa-de-cpi-da-assembleia-legislativa-sobre-violencia-sexual-contr-a-estudantes>. Acesso em: 21 set. 2020.

CRUZ, A. USP amplia diversidade social e étnica. *Jornal do Campus*, 2019. Disponível em: <https://jornal.usp.br/institucional/usp-amplia-diversidade-social-e-etnica/>. Acesso em: 12 abr. 2020.

ECATLÉTICA. Intereca 2019 - Joga a bola no meu pé [Evento]. *Facebook*, 2019. Disponível em: <https://www.facebook.com/events/664309734088582/permalink/687197011799854/>. Acesso em: 24 ago. 2020.

ESTUDANTES começam a se organizar contra violência na Universidade. *Jornal do Campus*, 04 set. 2019. Disponível em: <http://www.jornaldocampus.usp.br/index.php/2019/09/estudantes-comecam-a-se-organizar-contr-a-violencia-na-universidade/>. Acesso em: 12 abr. 2020.

FIORI, A. Para enfrentar a violência sexual nas universidades, o tripé: acolhimento, normas específicas e educação [on-line]. *Ponto Urbe*, n. 26, 2020.

FOUCAULT, M. *A história da sexualidade*. V. 1: a vontade de saber. Rio de Janeiro: Graal, 1999.

GOMES, N. L. Educação, identidade negra e formação de professores/as: um olhar sobre o corpo negro e o cabelo crespo. *Educação e Pesquisa*, São Paulo, v. 29, n. 1, jan.-jun. 2003.

GONZALEZ, L. Racismo e sexismo na cultura brasileira. *Revista Ciências Sociais Hoje*, Rio de Janeiro, 1984.

INSTITUTO NACIONAL DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA PARA POLÍTICAS PÚBLICAS DO ÁLCOOL E OUTRAS DROGAS (INPAD). Resultados Parciais. **Levantamento Nacional de Álcool e Drogas**, 2. São Paulo: Inpad, 2014. Disponível em <https://inpad.org.br/lenad/resultados/comportamento-de-riscos/resultados-preliminares/>. Acesso em 13 de abril de 2020.

LEÓN, A. *O CAC faz você dançar*: uma etnocartografia das performances masculinas no bairro do Rangel em João Pessoa. João Pessoa: Epub, 2015.

MATOS, M. *Meu lar é o botequim*: Alcoolismo e masculinidade. São Paulo: CEN, 2000.

MATTOS, C. L. G.; CASTRO, P. A. (Orgs.). *Etnografia e educação*: conceitos e usos [online]. Campina Grande: EDUEPB, 2011.

MC MRBIM; MC GW. Eu que sabotei o copo dessa piranha - MR Bim e MC GW (Clipe Oficial) DJ 2D Paraíso. GR6 MUSIC. *YouTube*, 26 jun. 2019. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=0hrmE-Y--9o>. Acesso em: 25 ago. 2020.

MC TOPRE. Mochila nas Costas, Radinho na Cintura (GR6 Filmes) DJ Selminho. GR6 MUSIC. *YouTube*, 13 jul. 2019. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=122KavadQR0>. Acesso em: 25 ago. 2020.

MENDOZA, A. Z. *O uso de álcool na adolescência, uma expressão de masculinidade*. 2004. Tese (Doutorado em Enfermagem Psiquiátrica) – Escola de Enfermagem de Ribeirão Preto, Universidade de São Paulo, Ribeirão Preto, 2004.

MISKOLCI, R. *Desejos Digitais*: uma análise sociológica da busca por parceiros online. Belo Horizonte: Autêntica, 2017.

MISKOLCI, R. *Teoria Queer*: um aprendizado pelas diferenças. Belo Horizonte: Autêntica, 2012.

MONTEIRO, M. *Tenham Piedade dos Homens!* Masculinidades em Mudança. Juiz de Fora : FEME, 2000.

MONTEIRO, M. Corpo e masculinidade na revista VIP Exame [on-line]. *Cadernos Pagu*, v. 16, 2001.

MORENO, A. C. 'Não sou um caso isolado', diz aluna vítima de estupro em festa da USP. *GI*, 22 out. 2014. Disponível em: <http://g1.globo.com/educacao/noticia/2014/08/nao-sou-um-caso-isolado-diz-aluna-vitima-de-estupro-em-festa-da-usp.html>. Acesso em: 12 abr. 2020.

MUNANGA, K. A difícil tarefa de definir quem é negro no Brasil. *Revista Estudos Avançados*, São Paulo, v. 18, n. 50, jan./abr. 2004.

NASCIMENTO, P. Beber como homem: dilemas e armadilhas em etnografias sobre gênero e masculinidades [on-line]. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v. 31, n. 90, 2016.

NOGUEIRA, S. Quem são os informantes? Algumas reflexões sobre técnicas antropológicas e jornalísticas, para obtenção de informações [on-line]. In: REUNIÃO BRASILEIRA DE ANTROPOLOGIA, 27., 2010, Belém. *Dossiê*. Belém: ABA, 2010.

OLIVEIRA, P. P. *A construção social da masculinidade*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2004.

PAGNAN, R; TUROLLO JR., R. Estudante encontrado morto usou droga e se afogou na USP, diz laudo. *Folha de S. Paulo*, 16 out. 2010. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2014/10/1533238-estudante-encontrado-morto-usou-droga-e-se-afogou-na-usp-diz-laudo.shtml>. Acesso em: 12 abr. 2020.

PELÚCIO, L. *Amor em tempos de aplicativos: masculinidades heterossexuais e a nova economia do desejo*. São Paulo: Editora Annablume, 2017.

PEIRANO, M. *A favor da etnografia*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1992.

PRECIADO, P. Basura y género. Mear/cagar. Masculino/femenino [on-line]. *Parole de Queer*, v. 1, 2013.

RAFFESTIN, C. *Por uma geografia do poder*. São Paulo: Editora Ática, 1993.

RIOS, F. ; RATTS, A. A perspectiva interseccional de Lélia Gonzalez. In: PINTO, A. F. M.; CHALHOUB, S. (Orgs.). *Pensadores negros - pensadoras negras*: Brasil, séculos XIX e XX. Belo Horizonte: UFRB, 2016.

SANTORINI, E. Gatilhos da Atração. *YouTube* [Canal]. Disponível em: <https://www.youtube.com/user/GatilhosDaAtracao>. Acesso em: 26 ago. 2020.

SCHUCMAN, L. V. *Entre o “encardido”, o “branco” e o “branquíssimo”*: Raça, hierarquia e poder na construção da branquitude paulistana. 2012. Tese (Doutorado em Psicologia Social) – Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012.

SCOTT, J. Deconstructing Equality-versus-Difference: Or, the Uses of Poststructuralist Theory for Feminism [on-line]. *Feminist Studies*, v. 14, n. 1, 1988.

SESC SÃO PAULO. *Do 13 ao 20: (Re)existência do povo negro*. 2020. Disponível em: https://www.sescsp.org.br/programacao/189681_DO+13+AO+20+REEXISTENCIA+DO+P+OVO+NEGRO#/content=turismo. Acesso em: 13 ago. 2020.

SIMÕES, J. ; FRANCA, I. ; MACEDO, M. Jeitos de corpo: *cor/raça, gênero, sexualidade e sociabilidade juvenil no centro de São Paulo* [on-line]. *Cadernos Pagu*, n. 35, 2010.

SIMÕES, J.; VALLE, G. *Apresentação do Dossiê. Bagoas - Estudos gays: gêneros e sexualidades* [online], v. 9, n. 13, 10 jun. 2015.

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO (USP). *Anuário Estatístico USP*. São Paulo: VREA/USP, 2020. Disponível em: <https://uspdigital.usp.br/anuario/AnuarioControle>. Acesso em: 19 ago. 2020a.

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO (USP). Escola de Comunicações e Artes. *Mapa da ECA*. Disponível em: http://www3.eca.usp.br/sites/default/files/form/crint/documentos/mapa_ECA.jpg. Acesso em: 12 abr. 2020b.

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO (USP). USP Mulheres. *Interações na USP: primeiros resultados da pesquisa*. São Paulo: USP Mulheres, 2018. Disponível em: http://uspmulheres.usp.br/wp-content/uploads/sites/145/2018/07/INTERA%C3%87%C3%95ES-NA-USP_final_publica%C3%A7%C3%A3o2407.pdf. Acesso em: 12 abr. 2020.

VALE DE ALMEIDA, M. *Senhores de si: uma interpretação antropológica da masculinidade*. 1. ed. Lisboa: Fim de Século, 1995.

VALE DE ALMEIDA, M. *Gênero, Masculinidade e Poder*. Lisboa: Fim do Século, 1996.

VELHO, G. *Nobres e anjos: um estudo de tóxicos e hierarquia*. 1. ed. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1998.

VENTUROZA, I. *“Homem é homem”*: narrativas sobre gênero e violência em um grupo reflexivo com homens denunciados por crimes da Lei Maria da Penha. 2016. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2016.

VEJA o que se sabe e o que é mistério na morte de estudante na USP. *GI*, 26 set. 2014. Disponível em: <http://g1.globo.com/sao-paulo/noticia/2014/09/veja-o-que-se-sabe-e-o-que-e-misterio-na-morte-de-estudante-na-usp.html>. Acesso em: 12 abr. 2020.

VESTIBULAR Fuvest 2020: veja os cursos mais concorridos para entrar na USP. *GI*, 14 nov. 2019. Disponível em: <https://g1.globo.com/sp/sao-paulo/educacao/noticia/2019/11/14/vestibular-fuvest-2020-veja-os-cursos-mais-concorridos-para-entrar-na-usp.ghtml>. Acesso em: 12 abr. 2020.

ZALEWSKA, A. Proibição empurra festas para fora do campus. *Jornal do Campus*, 15 abr. 2017. Disponível em: <http://www.jornaldocampus.usp.br/index.php/2017/04/proibicao-empurra-festas-para-fora-do-campus/>. Acesso em: 12 abr. 2020.

ANEXO

ANEXO A — Termo de consentimento Prof.^a Dr.^a Cláudia Lago

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Eu, Cláudia Lago, inscrito no CPF sob nº 540176299-20, declaro que tenho consciência de que minha entrevista faz parte de um projeto de pesquisa acadêmico/científico que busca compreender mais sobre juventudes universitárias, e que os resultados da pesquisa serão analisados na dissertação de mestrado intitulada “Jovens, álcool e festas universitárias: a formação das masculinidades entre os novos homens”, apresentada ao Programa de Pós-Graduação Diversitas – Núcleo de Estudos das Diversidades, Intolerâncias e Conflitos (FFLCH-USP) para obtenção do título de Mestre por Gabriel de Oliveira Moraes, portador cédula de identidade nº 44.040.919-6, inscrito no CPF sob nº 352.135.118-13, residente à Av. Ipiranga, 200, apto 142, bloco F, República, na cidade de São Paulo, SP.

São Paulo, 14 de agosto de 2020.

Assinatura